



UNIVERSIDADE FEDERAL
DE ALAGOAS

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA E LITERATURA
DOUTORADO EM LINGÜÍSTICA
FACULDADE DE LETRAS**

ROSANGELA SANTOS DA SILVA

**O DISCURSO DO MERCADO IMOBILIÁRIO DE ALTO PADRÃO:
silenciamento da invasão do espaço público pela construção civil e a omissão
do Estado e dos órgãos de proteção ambiental**

MACEIÓ-AL

2024

ROSANGELA SANTOS DA SILVA

O DISCURSO DO MERCADO IMOBILIÁRIO DE ALTO PADRÃO: silenciamento da invasão do espaço público pela construção civil e a omissão do Estado e dos órgãos de proteção ambiental

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Linguística. Linha de Pesquisa: Discurso: Sujeito, História e Ideologia.

Orientador: Prof. Dr. Sóstenes Ericson Vicente da Silva.

Linha de pesquisa: Discurso, Sujeito, História e Ideologia.

MACEIÓ-AL

2024

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecário: Valter dos Santos Andrade – CRB-1251

A345l Silva, Rosangela Santos da.

O discurso do mercado imobiliário de alto padrão: silenciamento da invasão do espaço público pela construção civil e a omissão do Estado e dos órgãos de proteção ambiental / Rosangela Santos da Silva – 2024.
121 f. : il.

Orientador: Sóstenes Ericson Vicente da Silva.

Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Alagoas, Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura, Faculdade de Letras, Maceió, 2024.

Bibliografia: f. 114-118.

Anexo: f. 119-121.

1. Análise do discurso. 2. Mercado imobiliário - Alagoas. 3. Anúncios - Mercado imobiliário. 4. Ideologia. I. Título.

CDU: 81'42



TERMO DE APROVAÇÃO

ROSANGELA SANTOS DA SILVA

Título do trabalho: "O DISCURSO DO MERCADO IMOBILIÁRIO DE ALTO PADRÃO: silenciamento da invasão do espaço público pela construção civil e a omissão do Estado e dos órgãos de proteção ambiental"

TESE aprovada como requisito para obtenção do grau de DOUTORA em ESTUDOS LINGÜÍSTICA, pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:

 Documento assinado digitalmente
SOSTENES ERICSON VICENTE DA SILVA
Data: 21/10/2024 15:20:28-0300
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

Prof. Dr. Sóstenes Ericson Vicente da Silva (PPGLL/Ufal)

Examinadores:

 Documento assinado digitalmente
LUCIANA NOGUEIRA
Data: 21/10/2024 08:35:54-0300
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

Profa. Dra. Luciana Nogueira (UFSCar)

 Documento assinado digitalmente
FERNANDO AUGUSTO DE LIMA OLIVEIRA
Data: 05/11/2024 08:45:54-0300
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

Prof. Dr. Fernando Augusto de Lima Oliveira (UPE)

Profa. Dra. Maria do Socorro Aguiar de Oliveira Cavalcante (PPGLL/Ufal)

 Documento assinado digitalmente
MARIA VIRGINIA BORGES AMARAL
Data: 11/11/2024 20:27:33-0300
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

Profa. Dra. Maria Virgínia Borges Amaral (PPGLL/Ufal)

Maceió, 26 de julho de 2024.

 Documento assinado digitalmente
MARIA DO SOCORRO AGUIAR DE OLIVEIRA CAW
Data: 25/11/2024 20:42:24-0300
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

As minhas filhas Beatriz e Rebeca que,
avessas a desistências, ajudam-me a persistir.

AGRADECIMENTOS

Aos professores que me convidaram, com suas aulas memoráveis, a estudar mais sobre a Análise do Discurso.

A minha querida e inesquecível professora Dr^a. Dirce Jaeger que me inspirou; ensinou e ajudou-me a identificar outros sentidos para a minha vida acadêmica e também pessoal.

À secretaria do PPGLL que, de forma sempre gentil e competente, me auxiliou em todo o curso.

Aos professores e professoras da banca de qualificação que com suas leituras atentas foram essenciais para a conclusão desta pesquisa.

Aos companheiros e companheiras de trabalho da Secretaria Municipal de Educação de Maceió e da Secretaria Estadual da Educação de Alagoas que me motivaram e torceram pelo êxito da pesquisa, compreendendo minhas ausências e colaboração menos participativa em algumas ações importantes.

Às colegas de curso do PPGLL, Renata e Ângela, que foram as minhas “fora de série” durante todo o curso. Nossas angústias e esperanças compartilhadas deram, com certeza, muito mais leveza ao processo.

Agradeço especialmente ao meu orientador professor Dr. Sóstenes Ericson Vicente da Silva que me fez voltar a acreditar que há crescimento humano com afetos e respeito nos processos de ensino e de aprendizagem em uma pós-graduação. Com sua orientação, encontrei caminhos e me reencontrei e, ao silenciar em tempos de alguns dos meus momentos de “caos”, fez-me compreender que sempre há possibilidades. Com bastante ética, ocupou com maestria sua posição: a de orientar. Obrigada mais uma vez, querido professor.

Gratidão extrema a minha mãe Selma e minha irmã Suelane que em todas circunstâncias da minha vida estavam e permanecem.

As minhas filhas Beatriz e Rebeca que são parte de mim e como escreveu o Neruda “E por amor serei...serás...seremos...”. Sempre!

Ao meu esposo Julio Cesar que me impulsionou, mostrando carinho e zelo com o nosso lar e com a nossa relação mesmo quando tais preciosidades não foram prioridades na minha vida em vários finais de semana.

Ao Senhor Criador da minha vida a quem devo toda a minha existência: Deus.

“Praia do Toque? Não, moça. Não tem mais acesso. Foi privatizada.”

(Morador de São Miguel dos Milagres/AL, ao responder sobre o acesso à praia do Toque em 19/11/2022)

RESUMO

Esta tese se inscreve sob a base teórica da Análise do Discurso materialista, filiada aos estudos do filósofo francês Michel Pêcheux e da linguista brasileira Eni Orlandi e analisa o funcionamento discursivo do mercado imobiliário em Alagoas, por meio de postagens no Instagram e no site dos classificados OLX, no período compreendido de 2020 a 2024. O objetivo da pesquisa é propiciar reflexões para um posicionamento crítico, considerando os efeitos de sentido do discurso do mercado imobiliário de alto padrão face ao silenciamento da invasão aos espaços públicos. Foram selecionados recortes de anúncios, da rede social Instagram e dos classificados *online* OLX, que buscam atrair um cliente diferenciado, de “alto padrão”, para a compra dos imóveis. O estudo mostrou que o mercado imobiliário de Alagoas produz sentidos de naturalização da habitação ideal como devendo ser exclusiva, vizinha ou imbrincada da/na própria natureza e com segurança nos seus intramuros, contribuindo, dessa forma, para a reprodução e manutenção das relações de poder existentes na sociedade. Identificamos as estratégias discursivas utilizadas para naturalizar e legitimar determinadas práticas sociais quanto à habitação e a omissão do Estado nos dizeres do mercado imobiliário. Ao final da pesquisa, no nosso gesto de interpretação, constatamos que para a aquisição de imóveis residenciais nas áreas litorâneas de Alagoas há uma dinâmica no mercado imobiliário que evidencia a divisão de classes sociais e um silenciamento do Estado e de órgãos de defesa ambientais, havendo liberações do que é público para a satisfação do interesse privado e a perpetuação do “alto padrão” que separa pessoas no direito à moradia.

Palavras-chave: Análise do Discurso. Sujeito. Mercado imobiliário. alto padrão.

ABSTRACT

This thesis is grounded in the theoretical framework of materialist Discourse Analysis, aligned with the studies of the French philosopher Michel Pêcheux and the Brazilian linguist Eni Orlandi. It examines the discursive functioning of the real estate market in Alagoas through posts on Instagram and the classified ads website OLX, during the period from 2020 to 2024. The research aims to foster reflections for a critical stance, considering the meaning effects of the high-end real estate market discourse in the face of the silencing of the invasion of public spaces. Excerpts from advertisements on the social network Instagram and the online classifieds OLX were selected, aiming to attract a differentiated, “high-end” client for the purchase of properties. The study showed that the real estate market in Alagoas produces meanings that naturalize the ideal housing as being exclusive, neighboring or intertwined with nature itself, and secure within its walls, thus contributing to the reproduction and maintenance of existing power relations in society. We identified the discursive strategies used to naturalize and legitimize certain social practices regarding housing and the omission of the State in the real estate market’s discourse. At the end of the research, in our interpretative gesture, we found that for the acquisition of residential properties in the coastal areas of Alagoas, there is a dynamic in the real estate market that highlights the division of social classes and a silencing of the State and environmental defense agencies, with public spaces being released for private interest satisfaction and the perpetuation of the “high-end” that separates people in their right to housing.

Keywords: Discourse Analysis. Subject. Real estate market. High standard.

RÉSUMÉ

Cette thèse s'inscrit dans le cadre théorique de l'Analyse du Discours matérialiste, affiliée aux études du philosophe français Michel Pêcheux et de la linguiste brésilienne Eni Orlandi. Elle analyse le fonctionnement discursif du marché immobilier à Alagoas, à travers des publications sur Instagram et le site de petites annonces OLX, sur la période de 2020 à 2024. L'objectif de la recherche est de favoriser des réflexions pour une position critique, en considérant les effets de sens du discours du marché immobilier haut de gamme face au silence sur l'invasion des espaces publics. Des extraits d'annonces, de la réseau social Instagram et des petites annonces en ligne OLX, ont été sélectionnés, visant à attirer une clientèle différenciée, de "haut de gamme", pour l'achat de biens immobiliers. L'étude a montré que le marché immobilier d'Alagoas produit des significations qui naturalisent l'habitation idéale comme devant être exclusive, voisine ou imbriquée dans la nature elle-même, et sécurisée à l'intérieur de ses murs, contribuant ainsi à la reproduction et au maintien des relations de pouvoir existantes dans la société. Nous avons identifié les stratégies discursives utilisées pour naturaliser et légitimer certaines pratiques sociales en matière d'habitation et l'omission de l'État dans les discours du marché immobilier. À la fin de la recherche, dans notre geste d'interprétation, nous avons constaté que pour l'acquisition de biens immobiliers résidentiels dans les zones côtières d'Alagoas, il existe une dynamique sur le marché immobilier qui met en évidence la division des classes sociales et un silence de l'État et des organismes de défense de l'environnement, avec des libérations de ce qui est public pour la satisfaction de l'intérêt privé et la perpétuation du "haut de gamme" qui sépare les personnes dans leur droit au logement.

Mots-clés: Analyse du discours. Sujet. Marché immobilier. Haut de gamme.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 — Postagem da Podium Engenharia: Praia do Toque.....	37
Figura 2 — Postagem do jornal Repórter Nordeste: Rota Ecológica dos Milagres ..	42
Figura 3 - Postagem da AgendaA.....	51
Figura 4 - Imagem Ihas Maldivas	52
Figura 5 — Imagem do Google Maps.....	55
Figura 6 — Boibumbarte	56
Figura 7 — Jornal Tribuna Hoje	63
Figura 8 — Condomínio Ilha Bela	76
Figura 9 — Postagem no Instagram da Jarvis	85
Figura 10 — Postagem no Instagram: Podium Engenharia	86
Figura 11 — Postagem no Instagram: Podium Engenharia	89
Figura 12 — Postagem no Instagram : Harcos Empreendimentos	91
Figura 13 — Matéria do site do jornal Tribuna Hoje	93
Figura 14 — Postagem no Instagram: Harcos Empreendimentos	94
Figura 15 — Postagem do Instagram: Ilha Bela.....	96
Figura 16 — Postagem do Instagram Harcos Empreendimentos	99
Figura 17 — Postagem no OLX	102
Figura 18 — Postagem no OLX	105
Figura 19 - Postagem OLX	107

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	111
2	“MILAGRES MUDA NOME”: EFEITOS DE SENTIDO DO CAPITAL IMOBILIÁRIO NO LITORAL ALAGOANO	22
2.1	DO DIGITAL: ARQUIVO E CONSTITUIÇÃO DE CORPUS DISCURSIVO	23
2.2	O MERCADO IMOBILIÁRIO EM ALAGOAS: DISCURSO, CIDADE E CLASSES SOCIAIS	32
2.3	SOBRE A HABITAÇÃO NA SOCIEDADE CAPITALISTA	44
2.4	ESPAÇO URBANO EM ALAGOAS E CRESCIMENTO DOS CONDOMÍNIOS FECHADOS HORIZONTAIS NAS ÁREAS LITORÂNEAS	49
3	SUJEITO E IDEOLOGIA NA CONSTITUIÇÃO DA POSIÇÃO-SUJEITO DE “ALTO PADRÃO”	65
3.1	IDEOLOGIA E CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO DO DISCURSO	74
3.2	O “NÃO TEM MAIS ACESSO” E OS SILENCIAMENTOS	74
4	“PARAÍSO” À VENDA: EFEITOS DE SENTIDO DO IDEÁRIO RELIGIOSO NA SOCIEDADE DO CAPITAL	81
4.1	UM “PARAÍSO” PARA CHAMAR DE SEU: A DISCURSIVIZAÇÃO IMOBILIÁRIA E O IDEÁRIO RELIGIOSO	84
4.2	EFEITOS DE SENTIDO DO VIVER NO “PARAÍSO”	92
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
	REFERÊNCIAS	114
	ANEXO	119

1 INTRODUÇÃO

Construir implica planejamento, percurso e produto final, processo este que deixa marcas e memórias para os envolvidos diretos com a edificação. Quando se fala em construção como uma ação da Engenharia Civil, o meu interesse é logo ativado, pois me vêm lembranças da infância, adolescência, fase adulta e continua, no meu presente, a ocupar espaço de destaque. Cresci em uma família, na qual o principal sustento era proveniente da construção civil e meu pai, armador de ferragens em obras, despertou o interesse por edificações em outros membros da família e, por isso, a área da construção civil corresponde hoje à área profissional que se configura como meio maior de sobrevivência entre a maioria dos meus familiares. Uns na condição de explorados e outros, não.

Associo a escrita desta pesquisa ao processo de uma construção que, mesmo bem planejada, não é poupada de problemas não almejados concebidos durante o processo e que necessitam de olhar atento a cada cômodo ou etapa finalizados.

Ao ler a afirmação do filósofo e escritor Umberto Eco (1995, p. 5) sobre a construção de uma tese, onde se afirma que o processo “[...] significa pois, aprender a pôr ordem nas próprias idéias (*sic*) e ordenar os dados: é uma experiência de trabalho metódico; quer dizer, construir um “objeto” que, como princípio, possa também servir aos outros”, ratifico a concepção de que o trabalho científico deve beneficiar ao autor e à comunidade geral, agregando conhecimentos e lançando novas questões aos pesquisadores.

Pertencer a uma família de construtores e possuir interesse por projetos arquitetônicos me conduziram a estudar o curso técnico de Edificações, correspondente ao Ensino Médio na antiga Escola Técnica Federal de Alagoas-ETFAL em 1990. As aulas de topografia, desenho, cálculo estrutural, projetos hidráulicos e elétricos geraram motivação para meu ingresso na graduação de Arquitetura; porém como a Literatura também me atraía, cursei Letras (Português/Literatura) na Universidade Federal de Alagoas no ano de 1994 sem, contudo, me separar definitivamente do campo de edificações e estudos afins.

A partir do exposto, associar o objeto da pesquisa à linha teórica a qual embasa meu percurso acadêmico não foi difícil, visto que sentidos espalhados pelos espaços geográficos de uma cidade e gestos de leitura do funcionamento dos dizeres nesses espaços de significação já me intrigavam antes de aprofundar meus estudos na Análise do Discurso.

Meu primeiro contato com a teoria aconteceu no curso de Especialização em Formação de Professores de Língua Portuguesa, em uma parceria da Universidade Federal de Alagoas/UFAL com a Secretaria de Estado da Educação de Alagoas-SEDUC/AL no ano de 2005. Durante o curso, ouvi e li textos da pesquisadora Eni Orlandi e minha pesquisa foi orientada pela professora Dra. Maria Stela Torres Barros Lameiras, analista do discurso, que investigou a (de)apreciação dos clássicos da literatura nos depoimentos dos alunos do ensino médio que prestavam vestibular para a UFAL.

O segundo contato com a Análise do Discurso e captura definitiva se deu no ano de 2018, durante o curso de Mestrado Profissional em Letras, quando fui orientada pela professora Dra. Dirce Jaeger e juntas pudemos refletir sobre os discursos de mulheres encarceradas a partir do gênero discursivo carta pessoal. Com esta experiência, pude preencher lacunas que me inquietavam na docência do ensino da Língua Portuguesa e a pergunta comum dos livros didáticos (o que o autor quis dizer com esse texto?) parou de me inquietar, visto que a Análise do Discurso já me tranquilizava para a mediação de um ensino da língua com maior coerência.

Meu ingresso no Doutorado na UFAL em 2020, na linha de pesquisa Discurso: Sujeito, História e Ideologia, aconteceu mediante a aprovação do projeto de pesquisa que buscava analisar discursos sobre a mulher na obra *Prisioneiras* de Dráuzio Varella; porém, com a pandemia ocasionada pelo vírus Covid-19, interesses, prioridades e (des)motivações foram alterados, ocasionando dentre outros prejuízos pessoais, atraso na minha produção acadêmica. Para a continuidade do Doutorado, ressignificações foram necessárias na minha proposta de pesquisa e o objeto do estudo foi modificado.

Para a proposta de estudo atual, a inquietação maior que marcou o início da pesquisa surgiu a partir de um olhar mais atento no crescente número de condomínios chamados de “alto padrão” em Alagoas que avançam na posse dos espaços naturais que embelezam a região, principalmente o litoral sul. Fui capturada por este objeto quando conheci a praia de Muro Alto no estado de Pernambuco e, envolvida pela exuberância da natureza daquele local, decidi retornar dois anos após. Deparei-me, no retorno, com dificuldade de acesso à praia devido ao aglomerado de construções imponentes à beira-mar, que dificultavam o acesso de todas as pessoas, mostrando a implantação de restrições que alteraria a rotina de turistas e dos próprios moradores nos arredores da praia. A partir desta observação, comecei a fixar meu olhar nos espaços praianos mais próximos da minha residência, em Alagoas, e restrições semelhantes às da praia de Muro Alto são notadamente crescentes nos litorais sul e norte do estado.

Junto a esse fato, a expressão “alto padrão” me causa estranheza sempre que a escuto ou leio. Pergunto-me se está se referindo ao acabamento, ao valor, à contemporaneidade ou à localidade; bem como, penso na posição de quem é nomeado como “cliente de “alto padrão”, quando recebe a adjetivação que se desloca do objeto de compra e passa a lhe caracterizar.

Além do fato narrado em Muro Alto/PE, atento para o momento em que vivenciamos uma expansão contínua de edificações horizontais e verticais em Alagoas, que negam aos não-proprietários o direito de passarem alguns momentos em áreas antes abertas ao público. Essa afirmativa também pode ser ilustrada com a situação do município de São Miguel dos Milagres que, antes era um lugar pacato, cujos moradores viviam em sua maioria da pesca e hoje, com o avanço do turismo e do comércio imobiliário, o acesso às praias não se configura algo simples e rotineiro para os nativos da região. Grande parte dos acessos às praias está fechada por empresas do ramo imobiliário.

Diante do fechamento de acessos a determinadas praias, comecei a pensar com mais atenção sobre a relação entre o público e o privado na organização dos espaços de uma localidade e sobre as desigualdades e injustiças que caracterizam a apropriação e expropriação de determinados lugares. Perguntas como: *Quem tem*

direito? Quem não tem direito? Por que há a existência de donos do que é público? Por que o público se cala? Quem manda? Quem obedece? É legal? É ilegal? É excludente? Por que o uso da adjetivação “alto padrão”? Por que não utilizar os espaços públicos para melhorar a dignidade dos que residem e sobrevivem na localidade? permeavam as minhas reflexões, até que o objeto científico saiu do plano de uma publicação de artigo e passou a compor a centralidade desta tese.

A ênfase deste trabalho recai, então, no processo de moradia moldado sobre relações capitalistas gerenciadas pelo mercado imobiliário com, por vezes, a intervenção do Estado. Para iniciar uma discussão acerca da moradia na contemporaneidade, devemos compreender o mercado de terras e sua relação com a (des)organização do espaço urbano, considerando nessa relação a intervenção do Estado para a correção do irregular uso do solo e promoção de uma distribuição socioespacial com maior equidade. Aliado a isso, convém pensarmos nas condições específicas inerentes à moradia em seu processo de produção e circulação regulado por todos os agentes partícipes: o incorporador, o construtor, as instituições de crédito imobiliário e os proprietários além dos corretores e publicitários que divulgam os imóveis.

Na (des)organização desses espaços, há os discursos dos agentes imobiliários que chamam ou repelem conforme as variadas interpretações dos que residem ou almejam residir em uma específica região. Os agentes publicitários e os imobiliários andam juntos na empreitada de atraírem consumidores para seus produtos e, para isso nomeiam os indivíduos conforme categorias e especificidades locais de acordo com o mercado vigente, como o termo “alto padrão”, utilizado tanto para um imóvel quanto para o cliente.

Pelo viés discursivo, tratar de espaço urbano é considerá-lo como um meio onde são produzidos discursos; pois é diante do funcionamento discursivo, no urbano, que percebemos as variadas relações humanas envoltas em complexas redes de ideologia. No espaço urbano, também podemos perceber instauradas, as variadas posições-sujeito e os reflexos das interações humanas sobre o direito à cidade. As vias e as localidades urbanas constituem trajetos políticos que significam através de

conflitos ou estranhamentos compondo fronteiras que se instauram no discurso urbano (Dias, 2016, p.263).

Quando estudamos as posições-sujeito na Análise do Discurso, conforme mencionado acima, estamos nos referindo ao sujeito discursivo, já que na Análise do Discurso, a noção de sujeito não corresponde ao sujeito empírico; aquele que tem consciência do que vai dizer e que pensa ter domínio sobre a significação do que enuncia; mas sim, é o sujeito que sofre as determinações da ideologia e da história, deixando de ser indivíduo e passando a ser sujeito via o processo de interpelação (Pêcheux, 2014, p. 147).

Sobre isso, Orlandi (2015, p.47) pontua que o sujeito discursivo deve ser pensado como “posição”; um “lugar” que não possui acesso direto à exterioridade que o constitui e afirma:

Quando falo na posição de “mãe”, por exemplo, o que digo deriva seu sentido, em relação à formação discursiva em que estou inscrevendo minhas palavras, de modo equivalente a outras falas que também o fazem dessa mesma posição. Quando, ao abrir a porta para um filho altas horas da madrugada, a mãe fala “Isso são horas?” ela está, na posição-mãe, falando como as mães falam. Exatamente. Podemos até dizer que não é a mãe falando, é sua posição. Ela aí está sendo dita. E isso significa. Isso lhe dá identidade. Identidade relativa a outras; por exemplo na posição de professora, de atriz etc. (Orlandi, 2015, p. 47).

Nesse sentido, pensar no sujeito cliente de “alto-padrão” é refletir sobre a posição assumida por um indivíduo que, interpelado ideologicamente, identifica-se com o discurso imobiliário que produz significados, diferenciando as classes sociais da sociedade vigente. Nesse processo, o discurso imobiliário, regido pelo capitalismo, ao designar “alto padrão” já marca também a classe social a qual está se referindo.

A partir do que está sendo exposto, esta pesquisa se propõe a estudar o discurso no ramo imobiliário em Alagoas e está filiada ao domínio teórico e metodológico da Análise do Discurso inaugurada por Pêcheux na França (1975) e desenvolvida por Eni Orlandi, no Brasil. Este estudo toma como base, principalmente, esses teóricos, além de convocar, em reflexões ao longo da escrita, outras contribuições teóricas para que língua, sujeito e exterioridade componham a proposta

de um estudo sólido e que, a partir deste gesto de interpretação, outros sejam mobilizados.

Para a Análise do Discurso, diante do simbólico, o sujeito histórico é instado a significar; visto que sua constituição é atravessada por diferentes fatores externos. De acordo com Pêcheux (1964), a constituição do sujeito se dá pelo esquecimento que o determina, ratificando um dos entendimentos fundamentais para os estudos em Análise de Discurso: o sujeito do discurso não é o autor do discurso; porém mantém o equívoco de sê-lo.

Com foco no funcionamento discursivo do mercado de imóveis em Alagoas, é que esta pesquisa tem por objetivo geral propiciar reflexões para um posicionamento crítico, considerando os efeitos de sentido do discurso do mercado imobiliário de “alto padrão” face ao silenciamento da invasão aos espaços públicos. Somado a isso, almejamos pensar também na constituição do sujeito cliente de “alto padrão” nos discursos imobiliários que circulam de diferentes formas na sociedade. Em questões geográficas, o olhar dessa pesquisa vai em direção às áreas litorâneas do sul alagoano, onde é notório e rápido o avanço de construções horizontais de “alto padrão”, sem, contudo, desconsiderar outras regiões alagoanas que apresentam o mesmo movimento do mercado imobiliário.

No processo de observação, o termo “alto padrão” não soava bem para mim e então resolvi investigar este fenômeno crescente na atualidade do urbanismo das cidades, especificamente, das áreas turísticas. Imbuída, então, de certa ousadia por revoltar-se (Pêcheux, 1995), vislumbrei resistência diante de cenários excludentes, no estado que nasci e resido, ao debruçar-me na escrita de um trabalho acadêmico a partir da questão: como o discurso do mercado imobiliário de “alto padrão” em Alagoas silencia a invasão do espaço público pela construção civil?

Quando propomos pensar no silêncio, noção teórica da AD, nos referimos a ação de observá-lo “indiretamente por métodos (discursivos) históricos, críticos, desconstrutivistas” (Orlandi, 2015, p.45); já que o silêncio não é observável de forma direta por percepção e também não apresenta um vazio, ele significa.

No entendimento de que para a lógica de produção e posse de espaços urbanos, atualmente nas cidades, rege a prática capitalista que não é obnubilada; pelo contrário, os veículos de marketing e publicidade, via mídias sociais, atêm-se à discursivização na busca concorrida de construtores independentes, construtoras e imobiliárias para atraírem seu público, beneficiados por situações de omissão do Estado e também de órgãos de proteção ambiental.

Diante desse quadro da busca pelo lucro em detrimento da violação de direitos ao que é público; para esta pesquisa foram definidos os seguintes objetivos específicos: investigar o discurso do mercado imobiliário alagoano voltado para o cliente de “alto padrão”; analisar os sentidos dos condomínios fechados de “alto padrão” a partir dos recortes selecionados do Instagram e do OLX; identificar as formações discursivas e ideológicas presentes nos discursos analisados; discutir o silenciamento do Estado e de órgãos de defesa ambientais face ao avanço de construções em áreas de preservação e de acesso público.

A partir desses pressupostos, entendemos que o consumo orienta os discursos dos que querem vender e dos que compram e é nessa relação que as cidades contemporâneas vão se(re)formando e os sujeitos cooptados pelos dizeres são integrantes dessa tessitura de possibilidades e frustrações que a sociedade capitalista oferta; porém, também é nessa dinâmica veloz de transformação dos espaços para mais lucros, que surgem os sujeitos que buscam por segurança, tranquilidade e fácil mobilidade, idealizando suas moradias.

Para a explicação dos recortes, o *corpus* foi organizado a partir da seleção de recortes discursivos extraídos de postagens da rede social Instagram e de anúncios do site de classificados online OLX no período de 2020 a 2024. Para Lagazzi (2009, p. 02), o trabalho analítico discursivo, que considera a intersecção de materialidades significantes diversas, leva o analista à noção de recorte. Isso nos remete aos estudos de Orlandi (1984), que estabelece a importância do recorte e sua diferença da ação de segmentar uma frase e que “é preciso determinar, através dos recortes, como as relações textuais são representadas, e essa representação não será, certamente, uma extensão da sintaxe da frase” (p.15).

Assim, a construção do *corpus* e a análise estão intimamente ligadas: decidir o que faz parte do *corpus* já é decidir acerca de propriedades discursivas. Atualmente, considera-se que a melhor maneira de atender à questão da constituição do *corpus* é construir montagens discursivas que obedecem a critérios decorrentes de princípios teóricos da análise discursiva, face aos objetivos propostos, e que permitam chegar a sua compreensão.

Nesse entendimento, esta pesquisa delimita o discurso imobiliário como campo discursivo de referência, considerando as condições de produção na formulação dos discursos do mercado imobiliário postados na rede social Instagram e também nos classificados online OLX. Quando delimitamos o campo discursivo para nosso estudo, alcançamos o campo discursivo restrito de onde serão extraídos os recortes discursivos a serem analisados.

Na continuidade da descrição da mobilização para as análises, a noção de recorte, proposta por Orlandi (1984, p. 14), como unidade discursiva que corresponde aos “fragmentos correlacionados de linguagem e situação”, diferenciando-se do segmento que é mensurável em sua linearidade. A referida autora, ao propor a noção de recorte, distingue as ações de recortar e de segmentar, mostrando que a hierarquização dos níveis de análise se faz mecanicamente quando o linguista segmenta, enquanto no recorte, não existe uma passagem automática entre as unidades (recortes) e o todos que elas compõem.

Nesse mesmo entendimento, Lagazzi (2009, p. 67) frisa a importância de compreendermos que “[...] na Análise de Discurso, os elementos significantes não são considerados tendo como parâmetro o signo, mas a cadeia signifiante, o que permite ao analista buscá-los sempre em uma relação de movimento, [...] de relações a_.”. Ambos os processos; relevantes nas análises discursivas.

Neste movimento para analisarmos a constituição do sujeito de “‘alto padrão’”, consideramos a afirmação de Orlandi (2015, p. 61) de que “o sujeito não tem origem do seu dizer” e, obrigatoriamente, recorremos ao que postula Pêcheux (2014, p.147) sobre a constituição do sujeito discursivo: “os indivíduos são ‘interpelados’ em

sujeitos-falantes (em sujeitos de seu discurso) pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes”.

Para essa noção de sujeito, Pêcheux considera as leituras dos estudos de Althusser sobre assujeitamento, nas quais se afirma que os indivíduos são interpelados em sujeitos pela ideologia e é esta ideologia, segundo Pêcheux (2014, p. 146), que designa “o que é e o que deve ser” e fornece evidências pelas quais “todo mundo sabe” quem é quem no discurso, mascarando o “caráter material de sentido” sob a ideia da existência de transparência na linguagem. Ainda pensando no processo de interpelação do indivíduo em sujeito quando afetado pela ideologia, associamos o movimento dos indivíduos que são interpelados em sujeitos cliente de “alto-padrão”:

ao fato de que a relação entre a situação social do sujeito e sua posição no discurso não é direta. Há formações imaginárias que presidem essa relação, de forma que o lugar de onde se fala se reflete no que ele diz. É, portanto, um jogo de imagens que se projeta em todo discurso (Orlandi, 2008, p.198).

Assim, não existe discurso sem a presença de um sujeito determinado; constituído por sua relação com a exterioridade. Nesse sentido, “o modo com que a análise de discurso vê o discurso – ao inverso das teorias da enunciação que fixam já um sujeito na origem do dizer – nos permite pensar o sujeito em suas diferentes formas sociais, históricas, culturais possíveis” (Orlandi, 2008, p. 200).

É preciso, então, atentarmos para o funcionamento ideológico no processo de individuação do sujeito através das propagandas publicitárias que circulam na nossa sociedade. Para Orlandi (1996, p.28), é preciso pensar no sentido de um discurso como uma relação determinada do sujeito relacionado à história, a partir do gesto de interpretação, marcando a subjetivação e a relação da língua com a exterioridade. Além disso, cabe lembrar que na Análise do Discurso, a ideologia não é considerada como um conjunto de representações nem algo que oculta a realidade, mas sim como uma prática significativa e discursiva que surgirá mediante a relação necessária do sujeito com a língua e a história para haver significação.

Quando o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia, há o apagamento da inscrição da língua na história. Disso resulta o sujeito concebido como uma posição entre outras; passa a ser um lugar e não uma forma de subjetividade. Porém, o sujeito

enquanto posição não tem acesso direto à exterioridade para compreender o modo pelo qual ele foi constituído (Orlandi, 1996, p. 28).

Com base no exposto e a fim de explicar a estrutura organizacional de exposição dos resultados da pesquisa, a estrutura da tese é composta por seções, sendo a primeira a introdução, na qual é apresentado o percurso profissional da pesquisadora para justificar a escolha da teoria para seu avanço acadêmico. As inquietações iniciais descrevem um trajeto marcado por sujeitos unidos pelo envolvimento em uma teoria que amplia nossas perguntas com respostas e mais questionamentos. Essa dinâmica sempre nos envolverá: os/as analistas de discurso.

Na seção 2, será feita uma descrição que justifica a escolha do tema e do objeto da pesquisa, bem como é realizado um percurso da Análise do Discurso na perspectiva de Pêcheux e Orlandi, demonstrando a sua importância como *disciplina de entremeio* nos estudos linguísticos.

A terceira seção traz reflexões sobre a noção teórica do sujeito do discurso com sua constituição a partir da ideologia, identificando as formações discursivas que atravessam o discurso imobiliário e discorrendo também sobre o silenciamento na organização dos espaços de determinadas regiões.

Na quarta seção, são analisadas materialidades significantes através de recortes discursivos com ênfase na resposta da questão da pesquisa e nas noções teóricas mobilizadas com maior intensidade no processo discursivo do mercado imobiliário.

Diante do exposto, enfatizamos que o discurso do mercado imobiliário, para a cooptação de clientes de “alto padrão”, é fortalecido com o atravessamento do discurso religioso, promovendo no imaginário dos sujeitos, a ilusão de pertencimento a determinada classe social, correspondendo aos objetivos de uma sociedade capitalista. Desse modo, entendemos que o discurso do mercado imobiliário é atravessado pelo discurso religioso, afetando o imaginário dos sujeitos discursivos e os constituindo conforme o jogo ideológico presente, principalmente nas mídias digitais. O discurso do mercado imobiliário em Alagoas silencia a invasão do espaço

público litorâneo e a omissão do Estado e dos órgãos de proteção ambiental, fortalecendo a práxis capitalista na privatização das praias e lagoas da região.

Nesse sentido, assim como uma construção arquitetônica, a pesquisa foi realizada conforme um projeto inicial com previsão da ordem das etapas até a fase final com a ciência de que não há certezas diante de sujeitos que discursivizam a todo o momento e, por isso, novos gestos de leitura e de interpretação farão parte da permanente manutenção, com possíveis reparos e demolições, para a melhoria e funcionalidade do que foi construído nos gestos de análise aqui apresentados.

2 “MILAGRES MUDA NOME”: EFEITOS DE SENTIDO DO CAPITAL IMOBILIÁRIO NO LITORAL ALAGOANO

“Tire as construções da minha praia
 Não consigo respirar.
 As meninas de mini saia
 Não conseguem respirar
 Especulação imobiliária
 E o petróleo em alto mar
 Subiu o prédio eu ouço vaia.
 [...]

Lucro, é pra bater, pá pá
 Máquina de louco, é pra bater, pá pá
 Você pra mim é lucro, é pra bater, pá pá
 Máquina de louco, é pra bater, pá pá.”
 (BaianaSystem)

Ao introduzirmos esta seção com esses versos, procuramos estabelecer uma conexão direta com as temáticas abordadas na canção que denuncia diversas questões sociais, políticas e ambientais relacionadas à especulação imobiliária e ao desenvolvimento urbano contemporâneo. Na letra, observamos a descrição de uma angústia ocasionada pela especulação imobiliária e um clamor aflito para que parem de construir nas praias, sugerindo uma reflexão sobre as dinâmicas de poder e interesses egoístas por mais lucro, que ignoram o bem-estar dos moradores de uma localidade e a preservação do meio ambiente.

Além disso, a alusão à exploração do lucro e à máquina econômica que subjuga as pessoas, evidenciada nos versos “Lucro, é pra bater, pá pá / Máquina de louco, é pra bater, pá pá”, dialoga diretamente com a discussão sobre as relações de dominação e exploração presentes no mercado imobiliário e não diferente do resto do país, também em Alagoas, especificamente na região litorânea. É uma canção com forte impacto de expressão artística que nos convida a pensar sobre denúncia, luta e resistência, utilizando a linguagem para demarcar um campo de luta ideológica.

O poder, elemento central em uma sociedade que ovaciona o capital, desempenha um papel crucial na configuração das relações sociais e, conseqüentemente, na urbanização contemporânea. Sob a ótica dos estudos

discursivos de Pêcheux e Orlandi, é possível compreender como o poder se manifesta nos discursos sobre o meio ambiente e o lucro no contexto urbano. A urbanização contemporânea é marcada por uma série de transformações, incluindo o crescimento das cidades, a expansão imobiliária e a busca incessante por lucro e, nesse cenário, o discurso legitima práticas urbanas como a construção de narrativas que justificam a exploração dos recursos naturais em prol do desenvolvimento econômico.

No entanto, é importante considerar que esses discursos não são neutros; mas refletem interesses específicos e estão impregnados de ideologia. No contexto específico do mercado imobiliário em Alagoas, por exemplo, os discursos podem silenciar as consequências socioambientais da expansão urbana, priorizando o lucro em detrimento da preservação do meio ambiente, ocasionando sofrimentos diversos a uma população.

2.1 DO DIGITAL: ARQUIVO E CONSTITUIÇÃO DE CORPUS DISCURSIVO

Esta pesquisa segue a assertiva de Courtine e Marandin (2016, p. 53), para quem na construção de um objeto teórico, “[...] é preciso construir máquinas de costura para descosturar as falsas totalidades”. Nesse sentido, na elaboração do *corpus* deste trabalho, deparamo-nos com a situação das estratégias de venda do ramo imobiliário voltadas, principalmente, para o uso de imagens e enunciados curtos, como veremos nas materialidades selecionadas. Por esta razão, buscamos sistematizar o aporte teórico requisitado pelo objeto de pesquisa, levando em consideração que a Análise do Discurso não busca o “sentido verdadeiro”, mas o real do sentido na materialidade linguística e histórica que o constituem (Orlandi, 2015, p. 57).

Tendo em conta que não existem sentidos “literais” escondidos em determinado lugar (no cérebro ou na língua) e que os sujeitos e os sentidos surgem em meio a transferências e jogos simbólicos sobre os quais não temos controle, Orlandi (2015, p. 58) considera que as transferências presentes nos processos de identificação dos

sujeitos constituem uma pluralidade contraditória de filiações históricas. Uma mesma palavra, na mesma língua, significa diferentemente, dependendo da posição do sujeito e da inscrição do que diz em uma ou outra formação discursiva. O/a analista deve poder explicitar os processos de identificação pela sua análise: falamos a mesma língua, mas falamos diferente. Se assim for, o dispositivo que ele constrói deve ser capaz de mostrar isso, de lidar com isso e esse dispositivo deve poder levar em conta ideologia e inconsciente assim considerados.

Desse modo, cabe à/ao analista construir um dispositivo teórico-analítico que permita uma “escuta discursiva”, explicitando “[...] os gestos de interpretação que se ligam aos processos de identificação dos sujeitos, suas filiações de sentidos: descrever a relação do sujeito com sua memória” (Orlandi, 2015, p. 58). Considerando o processo de descrição/interpretação, Orlandi (2015, p.59) demonstra a importância do dispositivo construído pelo analista, que deve atravessar o efeito de transparência que há na linguagem, do sentido em sua literalidade e do sujeito que controla seus dizeres.

Desse modo, cabe deslocar-se da posição de leitor para a posição de analista, observando a produção dos sentidos em condições objetivamente dadas. Então, em um gesto de leitura do *corpus* analisado e em atenção ao modo como o sujeito cliente de “alto padrão” é constituído no discurso imobiliário em Alagoas, podemos analisar os sentidos atribuídos a “alto padrão” nas práticas sociais comunicativas de/nas cidades e a constituição discursiva do sujeito cliente desses imóveis.

Para Dias (2015, p. 972), a constituição do *corpus* em análise de discurso, desde o início da teoria, foi uma questão posta em discussão. A preocupação central dessa *disciplina de entremeio* sempre foi, justamente, não tomar a constituição do *corpus* separada das condições de produção, recortando amostras de representatividade, seja da língua, por meio de equivalências gramaticais, seja do discurso, por meio de comparação de enunciados. Assim, sabendo-se que expressão “alto padrão”, comumente, é utilizada no discurso imobiliário destinado ao consumo de luxo para adjetivar clientes com expressivo poder aquisitivo e também para os imóveis com estrutura e finos acabamentos, retomamos as reflexões apresentadas na

segunda seção, para então identificar como se dão as marcas simbólicas que se constituem nos processos de produção de sentidos.

Desde o início da nossa pesquisa, buscamos organizar um *corpus* a partir de significantes ligados ao planejamento e organização das cidades; ao público e ao privado e, especificamente, à oferta de espaços que naturalizam um lugar do sentido para o sujeito cliente imobiliário de “alto padrão”. No processo de de-superficialização que compreende a passagem da superfície linguística (material de linguagem bruto coletado) e o objeto discursivo que será analisado, o “[...] que é dito nesse discurso e o que é dito em outros, em outras condições, afetados por diferentes memórias discursivas” (Orlandi, 2015, p. 63), o *corpus* foi constituído, como dissemos, por recortes discursivos de anúncios, da rede social Instagram e dos classificados *online* OLX com o objetivo de atrair clientes de “alto padrão” para os imóveis à venda. Na observância dos modos de construção, estruturação e circulação de um discurso, segundo Orlandi (2015, p. 65), há a constituição dos sentidos de um texto e, em seguida é possível, a partir dos “vestígios”, chegar ao processo discursivo.

No início da elaboração do *corpus* de análise, o efeito de sentido em torno do significante “alto padrão” levou-nos à reflexão sobre as contradições entre o público e o privado e sobre a organização de um espaço residencial como um termômetro que avalia o nível mais alto dos proponentes. A partir do recorte inicial, a seleção do material de análise, houve o olhar atento a outros significantes que mantinham relação quanto à naturalização de sentido sobre o objeto investigado.

A pesquisa começou com a identificação de materialidades que atendessem à temática central do estudo, considerando a relação entre o planejamento urbano, a distinção entre espaços públicos e privados, e a comercialização de imóveis de alto padrão. Para a primeira etapa, que envolvia a seleção das materialidades significantes, a busca ocorreu em anúncios publicitários, postagens em redes sociais e classificados *online*. A princípio, a plataforma Youtube parecia ser em um espaço repleto de discursos que interessavam à pesquisa; porém durante a seleção, foi percebido que apesar do Youtube conter alguns vídeos com anúncios comerciais de imóveis, não é um veículo muito utilizado em Alagoas para tal fim. Nessa plataforma,

percebemos anúncios antigos e pouca atualização das empresas imobiliárias até mesmo das mais conhecidas do estado.

Em vista disso, partimos para as postagens da rede social Instagram e para os classificados *online* OLX que, bem diferente, do Youtube, apresentam anúncios frequentes com atualizações diárias. As materialidades começaram a ser escolhidas por sua capacidade de atrair um público específico, interessado em imóveis de “alto padrão”.

A seguir, foi necessário um processo de filtragem para garantir que as materialidades coletadas fossem relevantes para o alcance dos objetivos da pesquisa. Isso envolveu a análise detalhada, buscando identificar os sentidos sobre a naturalização de certos significados associados ao conceito de “alto padrão”. A seleção dos recortes foi criteriosa, porém com a ciência de que a pesquisa não necessitava de exaustão de material para a análise.

Além disso, a pesquisa considerou a diversidade das materialidades, buscando também nas imagens, os efeitos de sentido para o chamado “alto padrão” e todos os implícitos dos discursos. Anúncios em diferentes mídias, como impressos e digitais, no período de 2020 a 2024, foram comparados para que o dispositivo de análise fosse estabelecido, partindo de uma descrição cuidadosa dos enunciados na observância atenta dos funcionamentos linguísticos/significantes.

Desse modo, o *corpus* é estabelecido por recortes¹ realizados tendo em vista os objetivos determinados e os critérios ligados à questão de pesquisa. Nesse viés, cada recorte deve ser considerado em sua especificidade e não devem ser tratados como fragmentos tomados em sua linearidade, mas que podem pertencer a espaços e tempos distintos. Nessa pesquisa, portanto, recorreremos à ação de recortar, considerando cada fragmento como um recorte discursivo (RD).

Por fim, a seleção do *corpus* foi orientada pela busca de significantes que, direta ou indiretamente, dialogassem com a temática da pesquisa. Isso permitiu uma análise

¹ Orlandi (1984) ressalta a diferença entre segmentar uma frase e recortar um texto (unidade marcada pela incompletude). Para Lagazzi (2009), “o gesto analítico de recortar visa ao funcionamento discursivo, buscando compreender o estabelecimento de relações significativas entre elementos significantes”.

mais rica e detalhada dos discursos, possibilitando a identificação das noções teóricas mobilizadas no estudo.

A partir desse detalhamento da organização do *corpus*, convém atentarmos que quando falamos sobre a expansão da Análise do Discurso no Brasil, lemos que várias são as materialidades significantes que compõem trabalhos de analistas do discurso no Brasil atualmente: o corpo, o literário, o político, o jurídico, o religioso, a cidade, dentre outros discursos que suscitam interesse por mais investigação. Aqui, importa-nos como os sentidos são produzidos e postos em circulação em diferentes posições-sujeito no discurso do mercado imobiliário, tendo em conta o processo de compra e venda em Alagoas.

Neste estudo, trazer a noção de arquivo proposta pela Análise do Discurso possibilita identificar discursos dominantes, contradições e lacunas presentes nas práticas discursivas do mercado imobiliário. Por exemplo, ao analisar as postagens no Instagram, pode-se investigar como as construtoras e agentes imobiliários constroem imagens e narrativas sobre seus empreendimentos; compreender os valores e ideais que são promovidos, e como esses discursos se relacionam com as expectativas e desejos dos seus clientes. Um compilado de posts organizados/compilados nos feeds do Instagram constituem um arquivo discursivo que registram práticas de linguagem e as formações ideológicas presentes no contexto específico do mercado imobiliário em distintas situações, conforme vimos demonstrando em seções anteriores.

Além disso, o estudo do arquivo permite uma observação diacrônica das transformações nos discursos ao longo do tempo, mostrando as mudanças nas estratégias comunicativas, nas representações sociais e nas práticas ideológicas do mercado imobiliário. Tudo isso, considerando as diferentes formações discursivas e as condições de produção dos discursos. É fundamental, para nós, compreendermos as formas como os discursos são produzidos para legitimar e naturalizar determinadas práticas e relações de poder.

No texto *Ler o Arquivo Hoje*, Pêcheux (2014, p. 22) inicia expondo o seu interesse pelas relações entre textos e arquivos, afirmando que sua reflexão se

originou pela retomada da linguística sobre os “problemas de tratamento de textos, em particular pelo viés - culturalmente e politicamente problemático - dos “bancos de dados”. Pêcheux (2014) marca a diferença entre o “discursivo informaticamente” sob a forma de “dados textuais” com outros tipos de dados de ordem quantitativa. O autor designa como “literatos”, os profissionais da leitura de arquivos (historiadores, filósofos, pessoas de letras) que em suas “próprias questões de leitura” constroem o seu “mundo de arquivos”.

Pêcheux (2014, p.59) continua sua reflexão, estabelecendo o conceito de arquivo como “entendido no sentido amplo de ‘campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão’”. Na perspectiva da Análise do Discurso, o arquivo não corresponde a um amontoado de documentos que precisam ser organizados para consultas variadas; mas é necessário “considerar a relação entre o desejo do sujeito de ter acesso a tudo e o freio institucional que determina o que pode ser lido do arquivo e o que não poderá ser” (Sherer, 2012). Nesse sentido, ao falarmos de arquivo, não o consideramos como um acúmulo de documentos organizados e cancelados por uma instituição ou área de conhecimento. Não se trata do arquivo como absoluto de materiais ou campo de documentos pertinentes sobre uma questão. Falamos, sim, da “materialidade do arquivo”, que, segundo Guilhaumou e Maldidier (1994, p. 92), “impõe sua própria lei à descrição”.

Isso porque considerar o arquivo em sua materialidade implica encontrar na prática de análise de discurso o momento da interpretação, em relação ao da descrição, num batimento entre um e outro (Pêcheux, 2008, p. 54). E disso resulta a própria constituição do *corpus*, composto pelos recortes que vimos analisando ao longo desse trabalho. Nesse sentido, a materialidade do arquivo, portanto, é aquilo que faz com que ele signifique de um modo e não de outro, que faz com que ao se deparar com ele, o sujeito o recorte de maneira x e não y. Um mesmo arquivo nunca é o mesmo, por causa da sua materialidade (Dias, 2015, p. 973).

Com relação aos arquivos digitais, seguimos nosso estudo sob a perspectiva de Paveau (2014), ao tratar do “discurso digital”, referindo-se a materiais produzidos na e para a internet, citada por Dias (2015, p. 975), ao apontar as seguintes características:

temporalidade: constituída por outros paradigmas que escapam a qualquer cronologia. O tempo do digital é o do acesso e da circulação. Um arquivo digital é sempre atual ou, melhor dizendo, passível de atualização pelo acesso. (Ex.: ao comentar uma postagem do Facebook, independentemente da data em que foi postada, ela se atualiza na linha do tempo).

instabilidade do arquivo: diz respeito à sua mutabilidade. É comum lidarmos com sites, textos, blogs, vídeos, etc. que sofrem atualização ou ficam indisponíveis. Faz parte do modo de circulação do próprio digital.

dimensão e heterogeneidade do arquivo: lidamos com uma infinidade de textos na internet. Quantidade. Paráfrase.

autoria: muitas vezes nos deparamos com materiais que não têm um “nome de autor” ou uma chancela institucional e temos que descartá-los pela demanda de “legitimidade” do arquivo.

leitura dispersiva: a leitura se desloca do fio temporal linear passando a predominar a ordem espacial, na qual se impõe a visualidade (DIAS, 2013, p. 55). Para compreender o arquivo na internet, precisamos compreender a dispersão constitutiva desse arquivo, que impõe um ritmo ao trabalho de leitura.

A própria questão de pesquisa já nos direcionou para a constituição do *corpus* a partir da leitura de arquivo, compreendendo a relação da língua com sua exterioridade que Pêcheux (2014, p. 66) afirma ser “o nó central de um trabalho de leitura de arquivo”. Relacionando os estudos de Pêcheux com a análise do discurso do mercado imobiliário no contexto digital, podemos perceber como os arquivos digitais, especificamente as postagens do Instagram, são moldados por relações de poder e ideologia. As empresas imobiliárias selecionam cuidadosamente quais informações e imagens serão compartilhadas, criando um arquivo digital que promove uma determinada visão do mercado e dos produtos oferecidos.

Assim, ao analisarmos as postagens do Instagram de uma imobiliária à luz dos estudos de Pêcheux, devemos considerar os dispositivos discursivos, nos levando a compreender como o discurso do mercado imobiliário é produzido e como contribui para a reprodução das relações de poder e da ideologia dominante, presentes na sociedade do capital.

[...] a leitura de arquivo nos tempos de internet, deixo aqui uma questão: não seríamos nós o “conjunto de todos os outros”, referido por Pêcheux ao falar da divisão entre os clérigos, na idade média, por meio da qual alguns eram “portadores de leitura e de uma obra própria” e outros, “o conjunto de todos os outros”, exerciam uma leitura que impunha ao sujeito-leitor um apagamento, uma vez que se dava por meio da repetição de gestos como “cópia, transcrição, classificação,

indexação, codificação, etc.”? Afinal, não operamos nós, hoje, frequentemente, na relação com o arquivo digital, com gestos da mesma ordem: copiar, colar, compartilhar, recortar, extrair...? Contudo, em vez dos clérigos, temos, hoje, a serviço do Estado e do empresariado, a grande mídia...(mas também a escola, a ciência...). (Dias, 2015, p.974).

Orlandi (2017, p. 244) afirma que “o digital é a forma por excelência do discurso urbano” e, por isso, precisamos discorrer sobre as materialidades que significam a partir de recursos midiáticos. Os discursos no ambiente digital assumem uma importância significativa, visto que as interações online se tornaram ubíquas e influenciam amplamente a vida cotidiana. Nesse sentido, compreender como os discursos do mercado imobiliário são construídos, colocados em circulação e interpretados no espaço virtual é fundamental para identificar as formações ideológicas que refletem nas dinâmicas sociais, políticas e culturais e a transformação do espaço urbano na sociedade capitalista.

Durante a pesquisa, na seleção do *corpus*, como já mencionado, foi observado que as plataformas digitais preferidas para os negócios com imóveis em Alagoas são o Instagram e as páginas dos classificados online OLX. Divergindo de uma suposição inicial, o YouTube e o TikTok não são muito utilizados para as divulgações e atração de possíveis clientes.

Faz-se necessário reconhecer que os discursos digitais influenciam e moldam a opinião pública e as plataformas online são espaços onde ideias, informações e perspectivas são compartilhadas em grande escala, exercendo um papel relevante na formação de opiniões e no debate de questões importantes; também ao observarmos o funcionamento da linguagem nos discursos digitais, é possível identificar posicionamentos ideológicos predominantes. Sobre a dimensão dos espaços digitais para a circulação dos sentidos, Mittman (2011, p. 131)

Por sinais de rádio, telefone, cabo ou satélite, é possível ignorar fronteiras geográficas, seja chegando aos vilarejos mais remotos do país, seja alcançando outros países. E ainda, ultrapassar fronteiras econômicas, já que a acessibilidade ao digital tem se tornado cada vez mais possível e presente para aqueles que, pelo baixo poder aquisitivo, não podem adquirir livros, ou assinaturas de jornais e revistas. Neste sentido, é preciso considerar o ciberespaço sob um ponto de vista histórico, que envolve não apenas os mecanismos da internet (sua base técnica), mas, principalmente, os sujeitos

envolvidos e as condições históricas de produção, articulação, determinação e circulação de discursos. E a internet, então, já não pode ser concebida como simples repositório, deve ser observada em seus inconstantes e descontínuos movimentos.

Por meio das interações no digital, os sujeitos discursivizam sobre si mesmos e sobre o mundo ao seu redor, almejando influenciar e essas representações podem ser utilizadas para promover a inclusão e a diversidade, mas também podem ser exploradas para disseminar estereótipos e preconceitos, destacando a importância de estudos nesse campo; o do digital.

Ademais, os discursos digitais também são frequentemente utilizados como ferramentas de poder e controle. A disseminação de desinformação aponta para necessidade de compreendermos como os discursos e seus efeitos de sentidos funcionam na propagação de agendas específicas de opressão, como o que foi vivenciado no Brasil no âmbito político e pandêmico há bem pouco tempo. A partir do que é postado nos ambientes digitais, a socialização das pesquisas pode colaborar para a proteção da integridade do debate público e da liberdade de expressão e como bem colocam Silveira e Adorno (2019, p.201);

[...] o que se tem discursivizado sobre “pós-verdade” e “fake news” desenha um cenário propício de investigação para compreender esse funcionamento complexo entre o simbólico, o político, o técnico e o ideológico, uma vez que tais denominações fazem trabalhar os sentidos de verdade e mentira, real e ficção, atual e virtual. Confrontar, pois, o modo como uma e outra designação se relacionam ao mesmo tempo em que remetem a práticas diversificadas, permite pensar o político no social tendo em vista a maneira como, no cenário atual, se reorganizam as práticas sociais em torno da produção, divulgação e distribuição de notícias e informações.

Essa reflexão nos convida a considerar como a relação com o arquivo digital pode ser mediada por instituições e práticas que moldam nossa leitura e interpretação dos conteúdos disponíveis online e ao mesmo tempo, questiona se esses gestos repetitivos e padronizados nos limitam a uma compreensão superficial ou se ainda somos capazes de exercer uma leitura crítica e autônoma diante do vasto volume de informações digitais disponíveis.

2.2 O MERCADO IMOBILIÁRIO EM ALAGOAS: DISCURSO, CIDADE E CLASSES SOCIAIS

Voltando à epígrafe desta seção é a parte inicial da letra da música Lucro, da banda BaianaSystem, apontamos que os versos denotam uma reação negativa à expansão urbana descontrolada e à especulação imobiliária, indicando um descontentamento popular em relação às políticas de desenvolvimento urbano. Lemos uma crítica multifacetada às práticas sociais, políticas e econômicas que contribuem para a degradação ambiental e para a desigualdade social por meio da “subida dos prédios”; o que se harmoniza com a temática social que também compõe este estudo. Nesta realidade social, é que falamos aqui em discurso, em sujeito e em ideologia para compreendermos melhor a sociedade em que vivemos, encontrando na Análise do Discurso a sustentação teórica para o percurso do trabalho.

Embasar-se nesta perspectiva implica considerar que, conforme Orlandi (2015, p. 13), “o discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando”; é também compreender como interpretamos diante do simbólico; ou seja, como nós, sujeitos falantes, nos relacionamos com a linguagem no cotidiano nas mais variadas posições que assumimos: como filhos/as, pais/mães, professores/as, vendedores/as, compradores/as, dentre outros/as mais.

São as formas de significar através da linguagem que nossa atenção se volta nesta pesquisa, considerando as condições de produção na relação que a língua estabelece entre sujeitos que falam e as situações em que os dizeres são produzidos. Isso é o que para a Análise do Discurso significa relacionar a linguagem a sua exterioridade. Para compreender o funcionamento da linguagem nos discursos do mercado imobiliário, faz-se necessário mobilizar categorias basilares da Análise do Discurso como sujeito, ideologia, formações discursivas e a noção de silêncio.

Face ao exposto, para entender o campo teórico da Análise de Discurso é necessário remontar as suas bases epistemológicas, assim como considerar o contexto político francês da década de 1960, notadamente marcado pelos eventos de

maio de 1968. A repercussão desse movimento, aliada à diminuição da influência do modelo estruturalista nas ciências humanas, contribuiu para que Michel Pêcheux concebesse o discurso como um espaço singular, desvinculado de qualquer teoria específica, como uma disciplina de entremeio que transita nos estudos da Linguística do Materialismo Histórico e da Psicanálise.

A Análise do Discurso interroga sobre o sujeito e o discurso e possui como ponto de partida “[...] o texto em sua materialidade, enquanto unidade de sentido” e apesar da Análise do Discurso, considerar o discurso como seu objeto próprio e ter sido iniciada nos anos 1960, seu foco de interesse, o de estudar o funcionamento da língua na produção de sentidos, já era apresentado de modo não sistemático em outras épocas e sob diferentes perspectivas (Orlandi, 2015, p.15).

Quando falamos em sujeito na Análise do Discurso, estamos tratando do sujeito que é uma posição no discurso; ocupa um “lugar” para ser o sujeito que enuncia e não possui acesso direto a sua exterioridade (Orlandi, 2015, p.47). Explicar esse sujeito implica em estudarmos sobre a forma-sujeito que é a forma de “existência histórica” (Lagazzi e Orlandi, 2017, p. 21) dos indivíduos. Adiante, falaremos mais sobre a noção de sujeito do discurso que é uma noção teórica cara à Análise do Discurso.

No livro *A Inquietação do Discurso - (Re)Ler Michel Pêcheux Hoje* (2017), Denise Maldidier trata da relação de Pêcheux com a teoria do discurso em uma espécie de linha histórica com marcos importantes para pesquisadores/as. De acordo com a referida autora (2017, p. 23):

O discurso deve ser tomado nas relações e nos procedimentos imaginados pelo mecânico-teórico Pêcheux. [...] trazia para pensar esta prática disciplinar algumas ideias fundamentais. Inicialmente o conceito de “condições de produção” [...]. A referência às condições de produção designava a concepção central do discurso determinado por um “exterior”, como se dizia então, para evocar tudo o que, fora a linguagem, faz que um discurso seja o que é: o tecido histórico-social que o constitui.

Desse modo, compreender os sentidos dos discursos, é interpretar melhor o mundo e as nossas relações, considerando os elementos externos à linguagem. Para situar a teoria, é importante destacar que o início da Análise do Discurso ocorreu na França como um dispositivo que estabelecia relações entre o campo da língua e da

sociedade (historicamente marcada pelas forças de dominação ideológica) e se constitui, como já vimos, no espaço de domínio da Linguística, do Materialismo Histórico e da Psicanálise.

A Análise do Discurso se preocupa com os sentidos produzidos pela língua, sempre considerando o sujeito, a historicidade e a ideologia que o constituem (Orlandi, 2015, p. 17-18). Tal perspectiva questiona o Materialismo Histórico pelo simbólico e a Psicanálise é interrogada pela ideologia, na relação com o inconsciente sem ser absorvida por ele (Orlandi, 2015, p. 18).

Convém ressaltar que a Análise do Discurso não mistura as três áreas a fim de explicar o seu objeto teórico (o discurso); porém, tem seu método e objeto próprios e se constitui tocando as bordas da Psicanálise, do Marxismo e da Linguística sem se confundir (Orlandi, 2006, p.13). A Análise do Discurso não pretende responder às questões inerentes aos saberes científicos mencionados, mas pretende mostrar que para respondê-las faz-se necessário “deslocar de terreno”, formando outro espaço teórico no qual o linguístico e o sócio-histórico se relacionam de maneira constitutiva.

Desse modo, o filósofo Michel Pêcheux é o principal expoente da Análise do Discurso, que no fim da década de 1960, período do auge do estruturalismo, surgiu, na França, com estudos que reivindicavam a presença do sujeito nas discussões do estruturalismo linguístico. A Análise do Discurso, então, surgiu como “perspectiva de uma intervenção, de uma ação transformadora, que visa combater o excessivo formalismo linguístico então vigente, visto como uma nova facção de tipo burguês” (Leandro Ferreira, 2003, p. 40).

Nos anos 1960, a França era um dos centros motrizes da Europa Ocidental diante dos acontecimentos mundiais da época. Para o desfecho da segunda guerra mundial, dois países que não se situavam na Europa Ocidental, Os Estados Unidos da América e a União Soviética (leste europeu e parte da Ásia) exerceram grande poder. Com isto, a Europa Ocidental passou a viver a insegurança da guerra fria, deslocando-se do centro do poder internacional. Com a nova ordem mundial, surgiu

uma disputa geopolítica do capitalismo contra o socialismo², que são dois modelos econômicos antagônicos. A Europa Ocidental, nesse contexto, vivencia uma “prosperidade” oriundos dos investimentos norte-americanos e da tecnologia concomitante ao aumento da desigualdade social, da exploração das classes e da dinâmica dos movimentos sociais (Florêncio; Magalhães, 2009, p. 21). Soma-se a esse quadro social, o impacto do movimento estudantil em maio de 1968, em Paris, que se contrapunha ao modelo de sociedade vigente e à estrutura conservadora e elitista das universidades francesas.

Toda essa efervescência afetou também o campo epistemológico com inquietações sobre a vertente filosófica do Estruturalismo e sobre as ideias saussurianas, trazendo a fala, os sujeitos e as relações sociais para as discussões linguísticas. Sobre esse movimento transformador, Florêncio e Magalhães (2009, p. 22-23) afirmam que:

Os estudos, até então limitados a uma “linguística da língua”, passam a considerar sua dualidade constitutiva, isto é, seu caráter ao mesmo tempo formal e atravessado pelo social, pela história e, conseqüentemente, pela ideologia. A materialidade da língua funde-se à materialidade da história e opera nas relações sociais. Essa relação indissociável entre língua, história e ideologia é o discurso.

Essa conjuntura marcou o início da Análise do Discurso no território francês, com Michel Pêcheux, em 1969, considerando o discurso e não a língua como objeto de estudo com reflexões sobre a língua, o sujeito, a história, a ideologia e o inconsciente. A Análise do Discurso surgiu, então, para teorizar que os sentidos não são evidentes e nem devem ser assegurados pela organização sintática dos seus elementos, porque, como Pêcheux (2014, p.146) afirma:

[...] o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe “em si mesmo” (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas).

²Denominação questionável para alguns teóricos marxistas sobre este regime instituído na União Soviética em 1917.

A partir dessa afirmativa de Pêcheux, considerando que os dizeres mudam de sentido segundo as posições sustentadas pelos sujeitos do discurso, analisar o discurso do mercado imobiliário é refletir sobre um determinado sujeito, sua posição ideológica e os sentidos aí produzidos.

Para tanto, os estudos de Michel Pêcheux e Eni Orlandi são pilares fundamentais para as análises, oferecendo uma perspectiva aprofundada sobre como o discurso transcende a mera sequência de palavras, sendo, essencialmente, uma prática social carregada de ideologias que materializam na língua a divisão de classes sociais. Convém ressaltar, entretanto, que a Análise do Discurso passou por uma reelaboração nos anos 1980 na França, devido a mudanças históricas e discordâncias entre teóricos/as, e se consolidou no Brasil, a partir das contribuições de Eni Puccinelli Orlandi.

Com os estudos da Análise do Discurso, é possível pensar sobre as construções simbólicas enraizadas historicamente e influenciadas por ideologias dominantes, presentes na sociedade contemporânea. Desse modo, tal perspectiva tem possibilitado analisar diferentes objetos, com contribuições para diversas áreas e sobre diferentes temáticas. Assim,

em todas essas distintas materialidades, o acesso se faz pelo fragmento, pelo resíduo, pelo que sobra e pelo que falta, pelo que escapa ao simbólico, pelo que toca o real da língua, o real da história e o real do sujeito. Enfim, há uma gama imensa de possibilidades, que estão a desafiar a potencialidade e o vigor do aparato teórico-analítico do campo discursivo (Leandro Ferreira, 2008, p. 142).

Nesse sentido, esta pesquisa não pretende invalidar a importância da questão de escolha por mais segurança e proximidade com a natureza por pessoas que buscam tais requisitos para as suas moradias; mas, conforme os objetivos já descritos, este estudo direciona para reflexões sobre a dinâmica da linguagem nos discursos do mercado de imóveis, na consolidação de interesses que separam pessoas e ignoram direitos, conforme daremos a ver a partir do que se segue:

RD 1: Praia do Toque – um cenário paradisíaco

Figura 1 — Postagem da Podium Engenharia sobre a praia do Toque



Fonte: Página da Podium Engenharia no Instagram³

RD 2: “Praia do Toque? Não, moça. Não tem mais acesso. Foi privatizada” (Morador de São Miguel dos Milagres/AL, ao responder sobre o acesso à praia do Toque em 19/11/2022).

Ambos os dizeres são formulações inscritas em determinadas posições ideológicas produtoras de sentidos, que não são perceptíveis sob a ideia de que a linguagem é transparente. Desse modo, “[...] não podemos tomar a perspectiva de que podemos atravessar simplesmente as palavras para encontrar, através delas, sentidos que ali estariam depositados” (Orlandi, 2016, p.151).

Ao observarmos esses dizeres, identificamos como a língua se articula com a ideologia, constituindo os sujeitos e os sentidos. No recorte 1, temos uma imagem com propaganda de uma empresa imobiliária com o objetivo de divulgar a Praia do Toque, caracterizando-a como “um cenário paradisíaco”. No recorte 2, deparamo-nos com a resposta de um morador sobre o acesso à Praia do Toque. Os sujeitos dos discursos estão inscritos em posições ideológicas diferentes e ao dizerem; eles significam.

³ Disponível em: <https://www.instagram.com/podiumengenharia>. Acesso em: 10 out. 2023.

Nos recortes discursivos anteriores, é possível compreender os efeitos de sentido do que está e o que não está sendo dito, considerando que “entre o dizer e o não dizer desenrola-se todo um espaço de interpretação no qual o sujeito se move” (Orlandi, 2015, p. 83). Ao lermos que a Praia do Toque é um lugar “paradisiaco” e também que a ela “não tem mais acesso”, refletimos sobre o sentido de paraíso e seu caráter de exclusão.

Para analistas de discurso, na perspectiva materialista, é imprescindível considerar as noções de sujeito e ideologia, a fim de compreender como os objetos simbólicos⁴ significam. Orlandi (2015, p. 64) detalha o processo de análise da seguinte forma:

A transformação da superfície linguística em um objeto discursivo é o primeiro passo para essa compreensão. Inicia-se o trabalho de análise pela configuração do corpus, delineando-se seus limites, fazendo recortes, na medida mesma em que vai se incidindo um primeiro trabalho de análise, retomando-se conceitos e noções, pois a análise de discurso tem um procedimento que demanda um ir e vir constante entre teoria, consulta ao corpus e análise. Esse procedimento dá-se ao longo de todo trabalho.

Nesse momento, chamamos a atenção para o que vamos sempre retomar ao longo do trabalho, de que não há discurso sem sujeito e nem sujeito sem ideologia (Orlandi, 2015, p.45). Com isso, pensamos na interpretação que para a Análise do Discurso não é uma decodificação, mas

[...] é “garantida” pela memória, sob dois aspectos: a. a memória institucionalizada (o arquivo), o trabalho social da interpretação onde se separa quem tem e quem não tem direito a ela; b. a memória constitutiva (o interdiscurso), o trabalho histórico da constituição do sentido (o dizível, o interpretável, o saber discursivo) (Orlandi, 2015, p. 45).

Ao nos debruçarmos sobre a análise discursiva do mercado imobiliário, descrevemos nosso gesto de interpretação voltando o nosso olhar à constituição do sujeito do discurso que, na Análise do Discurso, é interpelado pela ideologia e carrega as marcas ideológicas que o levam a produzir discursos que os inserem em

⁴ Orlandi (2015, p.24) ao explicar sobre o termo “compreender” para a Análise do Discurso, exemplifica o objeto simbólico como podendo ser “enunciado texto, pintura, música, etc.”.

determinadas formações discursivas. Compreender esse sujeito discursivo é convocarmos, além dos estudos de Pêcheux, pensadores como Althusser, Lacan e Marx.

Convém ressaltar também que, nos textos de chamadas para a aquisição dos imóveis, há um determinado público; selecionado; almejado que se constitui o público prioritário dos que trabalham com as vendas e, para cada lançamento imobiliário, a clientela pré-definida facilita, de igual modo, a seleção dos corretores por nível e experiência. Nesse movimento, a prática capitalista que nos convoca a tecermos considerações sobre o Materialismo Histórico que, juntamente à Linguística e à Psicanálise formam a tríade basilar das regiões de saber da Análise do Discurso.

Pêcheux e Fuchs (2014) apresentam um quadro epistemológico geral a fim de aprofundar a reflexão sobre a relação entre a linguística e a teoria do discurso e situam a Análise do Discurso na articulação de três regiões de saberes científicos:

- 1.O materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias;
- 2.A linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo;
- 3.A teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos (Pêcheux; Fuchs, 2014, p. 160).

Essas regiões do conhecimento científico, conforme os referidos autores, são atravessadas por uma “teoria da subjetividade de natureza psicanalítica” (Pêcheux; Fuchs, 2014, p. 160), o que possibilita reformular algumas reflexões sobre a questão da leitura. Uma das reflexões diz respeito ao efeito leitor, constitutivo da subjetividade e para o qual a sua realização torna necessário que suas condições de existência “estejam dissimuladas para o próprio sujeito” (Pêcheux; Fuchs, 2014, p. 160).

Com relação a essa articulação das três áreas do conhecimento, Orlandi (2017, p.15) ratifica, explicando que:

[...] a análise de discurso pressupõe a psicanálise, a linguística e o marxismo. E os pressupõe na medida em que se constitui da relação de três regiões científicas: a da teoria da ideologia, a da teoria da sintaxe e da enunciação, e a teoria do discurso como determinação histórica dos processos de significação. Tudo isso atravessado por uma teoria psicanalítica do sujeito. É este o contexto histórico da análise de discurso. São essas as condições históricas do aparecimento da análise de discurso.

Em se tratando da especificidade deste trabalho, quando pensamos no mercado imobiliário e o sentido de “alto padrão”, em discursos, atribuído a um indivíduo e não a outro, devemos ir ao encontro dessas noções teóricas da Análise do Discurso para compreendermos o funcionamento da ordem da língua; pois há um imaginário entre sujeitos que enunciam, não havendo, portanto, “discurso neutro ou inocente, uma vez que ao produzi-lo, o sujeito o faz, a partir de um lugar social, de uma perspectiva ideológica [...]” (Orlandi, 2007, p.18).

Na questão da moradia, encontramos discursos variados, especificamente aqueles envoltos na relação de comércio para o fortalecimento de empresas imobiliárias. Entendemos que o sistema capitalista, no qual o lucro é o objetivo principal, a habitação passa a ser uma mercadoria a ser comprada e vendida, possibilitando que a especulação imobiliária ignore as necessidades reais e igualitárias dos habitantes de uma comunidade e gere desequilíbrios sociais e impactos significativos nas condições de vida das pessoas.

Ao falarmos em mercadoria, recorremos a Marx, que no livro I de *O Capital*, analisa a mercadoria em geral e como as relações sociais capitalistas transformam todos os aspectos da vida, incluindo a habitação, em mercadorias sujeitas às leis do mercado. Marx analisa como a moradia se torna parte desse sistema de trocas e relações econômicas (2011, p. 892), afirmando que:

Por outro lado, qualquer um sabe que o alto preço das moradias está na razão inversa de sua qualidade e que as minas da miséria são exploradas por especuladores imobiliários com lucros maiores e custos menores do que jamais o foram as de Potosí. O caráter antagônico da acumulação capitalista, e, por conseguinte, das relações capitalistas de propriedade em geral torna-se aqui tão palpável que mesmo nos relatórios oficiais ingleses sobre esse assunto abundam invectivas bastante heterodoxas contra a “propriedade e seus direitos”.

Marx destaca a contradição inerente ao sistema capitalista, no qual a propriedade privada de terras e imóveis permite aos especuladores lucrarem imensamente, mesmo à custa da qualidade das moradias e do bem-estar das pessoas. Marx também aponta para a contradição no modo como a propriedade é tratada nos relatórios oficiais ingleses, nos quais críticas fortes são feitas contra os “direitos de propriedade”.

Nessa mesma perspectiva, Engels (2015), em *A Questão de Moradia* investiga as condições precárias de habitação enfrentadas pela classe trabalhadora na Inglaterra do século XIX, revelando como o sistema capitalista promove a exploração e a alienação dos trabalhadores, até mesmo em sua esfera doméstica. Engels mostra como a busca pelo lucro por parte dos proprietários de imóveis resulta em moradias insalubres, superlotadas e caras para os trabalhadores, enquanto os proprietários acumulam riqueza às custas do sofrimento dos inquilinos.

No momento contemporâneo, no qual o discurso neoliberal produz o sentido de busca ao lucro do capital financeiro, ignorando o bem-estar social, convém trazer para a reflexão como essa lógica influencia diretamente o discurso do mercado imobiliário. Ao enfatizar a liberdade do mercado e minimizar a intervenção estatal, o discurso neoliberal promove a ideia de que a propriedade e a valorização imobiliária são prioridades acima do acesso justo à moradia e das necessidades sociais. Conectando essa noção à realidade atual, o mercado imobiliário também tenta convencer pessoas a adquirirem lotes em condomínios fechados de “alto padrão” e omite as regras para a construção que, geralmente, seguem normas rígidas de impositividade construtiva para o não “empobrecimento” do condomínio. Isso leva os compradores entusiasmados a mais adiante repassarem seus lotes, mesmo sofrendo perdas financeiras.

A ênfase na privatização, especulação e maximização de lucros, na perspectiva do discurso neoliberal, pode levar à exclusão e à desigualdade no mercado imobiliário, reforçando a noção de que a moradia é muito mais uma mercadoria para ser negociada do que um direito social garantido a todos.

Ao trazermos as proposições de Marx e Engels sobre a exploração na relação locador e locatário, refletimos também sobre a questão polêmica dos limites do privado em detrimento do que é público, nos espaços naturais de uma cidade; a exemplo disso, a construção de condomínios fechados em áreas de preservação ambientais como manguezais e áreas muito próximas a lagoas. Restringir e/ou ocupar espaços, antes destinados a todas as pessoas é uma forma de exploração por uma seleta classe social. Essa reflexão sobre a influência neoliberal no discurso do mercado imobiliário se faz fundamental para compreender como políticas e práticas

na área habitacional refletem e perpetuam as desigualdades sociais de classe, desafiando/inviabilizando a construção de uma sociedade equitativa.

Na Figura a seguir, apresentamos uma imagem, veiculada em rede social, que ratifica o que expusemos anteriormente. Trata-se de uma imagem, postada no dia 18 de março de 2023, extraída da página da rede social Instagram do Jornal Repórter Nordeste e agrega a esta pesquisa, inicialmente, pelos enunciados “privatiza espaços públicos” e “expulsa pescadores”.

RD 3 – Milagres muda nome, privatiza espaços públicos e expulsa pescadores.

Figura 2 — Postagem no perfil do Instagram do Jornal Repórter Nordeste sobre a Rota Ecológica dos Milagres



Fonte: Página do Jornal Repórter Nordeste no Instagram⁵

A imagem refere-se à cidade turística de São Miguel dos Milagres, localizada no litoral norte de Alagoas, nacionalmente conhecida por suas praias naturais. No enunciado, lemos a placa colocada de entrada da cidade, direcionando os visitantes para a rota ecológica e na substituição da preposição “de” (Rota ecológica de // Milagres) para a contração “dos” (Rota ecológica dos Milagres), suprimindo o primeiro nome da cidade (São Miguel), o que, do ponto de vista discursivo, mobiliza sentidos distintos. Desse modo, a rota ecológica “de” Milagres convoca um sentido que nos remete a um direcionamento para a conhecida rota das trilhas de São Miguel dos Milagres, havendo, então, um sentido geográfico. Por sua vez, a rota “dos” Milagres

⁵ Disponível em: <https://www.instagram.com/reporternordeste>. Acesso em: 10 jan. 2024.

passa a significar uma proximidade/intimidade com a natureza do lugar, mas com a possibilidade do encontro com o divino, com o sobrenatural.

Este funcionamento da memória discursiva a partir de/dos “Milagres” mostra que todo discurso se relaciona com uma anterioridade, com um já-lá que é retomado para que um novo discurso produza também [novos] sentidos. Esta memória discursiva não é, no entanto, de caráter cognitivo nem pessoal, mas discursiva, definida por Pêcheux (1999, p. 52) como

[...] aquilo que, em face de um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível.

Em contraposição à placa da entrada da cidade, o enunciado jornalístico que chama a atenção para a leitura da postagem, muda a função sintática do “Milagres” e este passa a ser sujeito do movimento capitalista tirano que: “muda”, “privatiza” e “expulsa”. Na imagem, identificamos a contradição de sentidos que são formulados a partir de um imaginário poder que a cidade exerce sobre si própria e o dizer da manchete no qual o sentido de “divino” desliza, passando a significar opressor dos moradores.

Ao atribuir à cidade [e não ao município] de São Miguel dos Milagres a responsabilidade de mudar, privatizar e expulsar, apaga-se a ação do poder público e os seus reais interesses na região. A partir do momento em que autorizações, por meio de documentos oficiais, são dadas aos que detêm os meios de produção, o lucro passa a ser a preocupação maior em detrimento das pessoas que, nesse exemplo, devem pescar em outros lugares e residirem em outros locais, fora da “Rota ecológica dos Milagres”. Nessa dinâmica de desenho espacial de uma região turística, o interesse por mais renda e lucro gera o interesse por construções de “alto padrão” edificadas especialmente para clientes de “alto padrão”. Nesse caso, os pescadores e nativos da região estão longe do foco das incorporadoras imobiliárias, a não ser para dispor de sua força de trabalho.

Quando pensamos sobre o sentido de “alto padrão”, somos levados a pensar sobre categorias de pessoas definidas por uma determinada classe social. Isso reflete

diretamente nas relações de poder e nas disparidades socioeconômicas presentes na sociedade capitalista, o que contribui para a reprodução das hierarquias sociais, reforçando a divisão entre uma elite privilegiada e a maioria da população, que vive em condições habitacionais menos favorecidas no contexto urbano contemporâneo. Nesse sentido, somos impelidos a pensar sobre os fundamentos da problemática da habitação no modo de produção capitalista, sobre o que trataremos a seguir.

2.3 SOBRE A HABITAÇÃO NA SOCIEDADE CAPITALISTA

A partir dos pressupostos teóricos até agora mobilizados, avançamos nesse momento para um recorte temporal sobre a evolução da habitação humana, iniciando nos tempos medievais, especialmente durante o período que abrange os séculos XI e XII, quando ocorreram transformações significativas na organização social e econômica da Europa Ocidental. Naquele período, uma das manifestações mais emblemáticas foi o surgimento dos burgos, que desempenharam um papel crucial na evolução da habitação urbana.

Os burgos, originalmente, eram assentamentos fortificados construídos ao redor de castelos ou feudos, com o propósito de protegerem-se de invasões e ataques externos. Com o tempo, esses burgos cresceram em tamanho e importância, tornando-se centros urbanos autônomos e prósperos. Essas áreas urbanas proporcionaram um ambiente propício para o desenvolvimento de uma nova forma de habitação, marcada pela concentração de residências, estabelecimentos comerciais e atividades produtivas (Sposito, 1988, p.28).

A expansão dos burgos estimulou o surgimento de uma classe mercantil e artesanal, que encontrou nas cidades em crescimento novas oportunidades econômicas e a necessidade de abrigar uma população crescente resultou na construção de casas e edifícios urbanos, muitos dos quais refletiam a arquitetura e os padrões de construção da época.

As residências nos burgos variavam em tamanho e qualidade de acordo com a posição social e econômica de seus habitantes (Sposito, 1988, p.28-29). Enquanto os burgueses podiam desfrutar de moradias espaçosas e confortáveis, a maioria da população vivia em habitações mais modestas e, muitas vezes, superlotadas. Esse período foi fundamental para a formação das cidades medievais e para a evolução do conceito e prática da habitação ao longo dos séculos subsequentes.

Ao relacionar a questão da habitação com o capitalismo, Sposito (1988, p.31) afirma que

é notória a expressividade do fato urbano pré-capitalista. São bons exemplos disto, tanto as cidades antigas localizadas na bacia do Mediterrâneo, quanto as orientais, todas essencialmente políticas. Podemos destacar inclusive o papel das “cidades” feudais, pois ainda que fossem pequenas e tivessem muitas vezes um caráter urbano discutível, pelo seu papel pouco político e muito mais religioso, estavam inseridas na economia feudal, e ao mesmo tempo em luta contra ela. Esta retrospectiva tem razão de ser, se quisermos distinguir a magnitude do processo de urbanização a partir do desenvolvimento do capitalismo, tanto no que se refere a sua intensidade, quanto ao caráter mais amplo e diversificado das cidades. As transformações, que historicamente se deram, permitindo a estruturação do modo de produção capitalista, constituem consequências contundentes do próprio processo de urbanização. A cidade nunca fora um espaço tão importante, e nem a urbanização um processo tão expressivo e extenso a nível mundial, como a partir do capitalismo.

Isso nos faz compreender melhor o processo de urbanização e suas consequências a partir do capitalismo. Engels, na obra *Sobre a questão da Moradia*, aborda a condição de habitação da classe trabalhadora durante a Revolução Industrial na Inglaterra do século XIX. O filósofo discorre sobre a exploração capitalista, vinculando as condições de moradia inadequadas à exploração. Na referida obra, Engels argumenta que os capitalistas, em busca de maximizarem os lucros, negligenciam o bem-estar dos trabalhadores, proporcionando-lhes condições habitacionais desumanas. Além disso, Engels também mostra que o rápido crescimento das cidades industriais não foi acompanhado por investimentos adequados em infraestrutura habitacional e sugere soluções, incluindo a necessidade de intervenção estatal na regulação das condições habitacionais e a implementação de reformas sociais.

As soluções propostas por Engels ainda inspiram debates sobre políticas públicas com relação à questão da moradia como um reflexo das estruturas sociais e econômicas de uma sociedade. Nesta reflexão, pensemos sobre o crescimento urbano e a ausência de melhorias sociais amplas para toda a população, permanecendo sem solução o problema habitacional popular, visto que “em todo lugar em que a população é densa, a renda fundiária é elevada” (Marx, 1988, p. 217). Para Marx:

Quanto mais maciça a centralização dos meios de produção, tanto maior a consequente aglomeração de trabalhadores no mesmo espaço; que, portanto, quanto mais rápida a acumulação capitalista, tanto mais miserável a situação habitacional dos trabalhadores. As “melhorias” (improvements) das cidades, que acompanham o progresso da riqueza, mediante demolição de quarteirões mal construídos, construção de palácios para bancos, casas comerciais etc., ampliação das ruas para o tráfego comercial e de carruagens de luxo, introdução de linhas de bondes puxados por cavalos etc., expulsam evidentemente os pobres para refúgios cada vez piores e mais densamente preenchidos (Marx, 1988, p. 210).

A partir desta reflexão de Marx, é possível fazer uma relação das construções de imponentes condomínios fechados, que vão imprensando moradias menores para fora de seus espaços, resultando em modificações paisagísticas e podendo ocasionar problemas para os que residem no lado externo aos muros. Um exemplo em Alagoas pode ser constatado ao compararmos as áreas dos manguezais de anos atrás com o cenário atual onde o concreto vai ganhando maiores dimensões nas áreas litorâneas.

Mesmo com as promessas de priorizarem a sustentabilidade, as incorporadoras imobiliárias, em Alagoas, vêm diminuindo o verde e aumentando o cinza de suas obras modernas; dificultando acessos e separando gentes. Disso resultam questões que envolvem a propriedade privada e o poder público nas (des)caracterizações das cidades e das pessoas. Nessa discussão, é interessante a tese posta por Ribeiro (2015, p. 40) de que

a terra urbana somente adquire um preço porque o seu uso permite aos agentes econômicos obterem ganhos extraordinários nos investimentos que realizam na cidade. O preço da terra é somente um reflexo da disputa entre os diversos capitalistas pelo controle das condições que permitem o surgimento dos sobrelucros de localização.

Isso explica o caráter de interesse predominante comercial que sustenta o “ramo da produção de moradias” (Ribeiro, 2015, p. 50), no qual a terra urbana é um objeto de disputa e valorização dentro de um contexto capitalista, evidenciando a necessidade de se estudar os discursos dominantes que legitimam tais práticas e interesses econômicos.

A busca por tais lucros marca uma sociedade dividida por classes sociais. Na organização social primitiva, a sobrevivência era baseada apenas na caça, coleta e pesca e não havia classes, mas com a prática da agricultura e a domesticação de animais em assentamentos, deu-se início a transição para as sociedades de classes. À medida que a agricultura se desenvolveu, a noção de propriedade privada se instaurou, iniciando a divisão da sociedade em classes com a emergência de uma classe dominante que detinha a propriedade privada dos meios de produção (Engels, 1984, p.57). Para o referido autor,

a terra cultivada foi distribuída entre as famílias particulares, a princípio por tempo limitado, depois para sempre; a transição para a propriedade-privada completa foi-se realizando aos poucos, paralelamente à transição do casamento sindiástico à monogamia. A família individual principiou a assumir o papel da transformar-se na unidade econômica da sociedade. (Engels, 1984, p. 192).

Nesse processo de consolidação da propriedade privada e de transformação da estrutura familiar em unidades monogâmicas, a família individual passou a ser o centro da organização econômica da sociedade, não sendo apenas uma unidade de reprodução, mas também de produção que controlava e gerenciava os meios de produção.

Para o comércio da habitação, o mercado não se detém apenas nos lucros da venda dos imóveis, mas também nos elementos externos aos muros que devem existir para atenderem aos novos moradores como administração condominal, aluguéis de lojas de conveniências, incorporações de imóveis para comércios maiores e parcerias intersetoriais.

Diante dos benefícios da propriedade privada em detrimento dos direitos de equidade para toda a sociedade, O Estado assume uma postura ambígua. Por um lado, tem o dever de garantir a segurança e o bem-estar de todos os cidadãos,

independentemente de sua condição socioeconômica; no entanto, por outro lado, o Estado prioriza os interesses da classe dominante, que detém o poder econômico e político. Isso se manifesta através de políticas públicas que privilegiam o desenvolvimento dos empreendimentos, como isenções fiscais, investimentos em infraestrutura privilegiada e flexibilização das normas urbanísticas. Além disso, a atuação do Estado na garantia da segurança desses imóveis muitas vezes se dá em detrimento da segurança e dos direitos dos moradores das áreas menos privilegiadas circunvizinhas.

Cabe ao Estado adotar medidas de regulação e controle sobre os condomínios de “alto padrão”, especialmente quando esses empreendimentos ameaçam o bem-estar dos demais, por meio de legislações que visem garantir o acesso democrático ao espaço urbano, a redistribuição de recursos e oportunidades, e a promoção da integração socioespacial.

Nesse contexto, cabe trazer aqui parte do código de edificações do município de Marechal Deodoro, nos termos da Lei Municipal nº. 1.303, de 12 de novembro de 2019 (altera a Lei Municipal nº 446/83 de 28 de dezembro de 1983) que traz, em seu artigo 191-A:

Serão objeto de regulamentação por ato do Poder Executivo, os procedimentos, os parâmetros e diretrizes previstos nessa lei, bem como prazos diferenciados, independentemente de zoneamento urbano, relativos ao licenciamento de:

- I-Empreendimentos/Edifícios/obras públicas;
- II-Empreendimentos/obras de interesse social;
- III-Empreendimentos/edificações geradoras de tráfego ou de impacto ambiental;
- IV-Empreendimentos que requeiram outorga onerosa do direito de construir;
- V-Empreendimentos/obras cujo impacto urbano, social ou econômico na região seja notadamente de interesse público.

E no Art.191-B, lemos que “os parâmetros dessa lei podem ser flexibilizados dentro dos princípios da razoabilidade, quando devidamente justificados e acatados pela Secretaria de Planejamento, Orçamento e Desenvolvimento Urbano, sempre **assegurado o interesse público**” (grifo nosso). Neste código de edificações, documento com oito páginas e com revogação de trinta artigos da lei anterior, não

encontramos um detalhamento específico sobre as construções residenciais em condomínios e os impactos aos moradores deodorenses.

Há itens que definem a regulamentação, porém sem ênfase às infrações sobre as áreas ambientais da região, que são o grande atrativo das incorporadoras e construtoras. O mesmo silenciamento ocorre sobre o acesso e mobilidade de todos os espaços públicos do município de Marechal Deodoro. Com isso, apenas com a criação da “Fiscalização Orientadora no município de Marechal Deodoro”, os casos “omissos” serão discutidos para que seja “sempre assegurado o interesse público”.

No entanto, do ponto de vista discursivo, “[...] o silêncio significa. . . quanto mais falta, mais possibilidades de sentidos se apresentam” (Orlandi, 2015, p. 47). Face ao exposto, enfatizamos que os aspectos discursivos não se restringem exclusivamente à sociedade capitalista, elas constituem um arcabouço teórico-metodológico fundamental para a compreensão do fenômeno discursivo. Foi a sociedade contemporânea, marcada por suas contradições e pelo acúmulo de conhecimento, que proporcionou a Michel Pêcheux a oportunidade de realizar os estudos que culminaram no desenvolvimento da Análise do Discurso (Florêncio *et al.*, 2009, p. 55).

2.4 O ESPAÇO URBANO EM ALAGOAS E O CRESCIMENTO DOS CONDOMÍNIOS FECHADOS HORIZONTAIS NAS ÁREAS LITORÂNEAS

A partir dos pressupostos apresentados, a nossa proposta nesta subseção é tratar da relação constitutiva da história e do discurso, buscando compreender as condições de produção dos discursos em análise. Ao longo da história, as transformações nas formas de produção e apropriação do espaço pelo sujeito são marcadas por diferentes características. De simples construções de abrigos até a organização e construção das cidades, a sociedade desenvolveu diferentes maneiras de transformar o espaço a partir da produção, apropriação e acumulação do capital.

O processo de industrialização corroborou para o avanço do êxodo populacional para os centros urbanos, ocasionando o adensamento nas metrópoles.

A partir desse fenômeno, surgiram as demandas inerentes à transformação/organização dessas ocupações, como áreas de circulação, estrutura de saneamento, áreas destinadas às atividades de grupos específicos, controle e fiscalização. Quando falamos sobre a organização dos espaços urbanos, estamos refletindo sobre lucros, pois como Guerra (2019, p.12) afirma:

Para os proprietários dos bens e meios de produção, a produção de espaço urbano começa a se apresentar como negócio, além de suas atividades produtivas originais”. Nesse cenário, o Estado passou a se responsabilizar pela infraestrutura urbana embrionária que, por sua vez, valorizava os imóveis atendidos, tornando-os progressivamente inacessíveis à parcela mais pobre da população. Com o crescimento das áreas urbanizadas, também se tornou papel do Estado a necessidade de criação de regramentos para ordenar e controlar essas novas expansões urbanas, assim como investimentos em infraestrutura e equipamentos urbanos.

O modo de produção e apropriação do espaço urbano configura-se como uma prática urbana com adaptações capitalistas específicas a cada localidade e município. Fica sob a responsabilidade do Estado a definição das legislações urbanísticas que precisam atender às transformações (exigências?) do mercado imobiliário. Nesse sentido, analisar discursivamente tal movência nas cidades é perceber que os discursos produzidos mantêm evidências de sentido sobre o espaço urbano e a existência de exclusão social dos sujeitos; também é estar atento à profusão de significações que se aglomeram e comunicam. Estudos de outras áreas, como a Arquitetura e Urbanismo e a Geografia, agregam às reflexões e possibilitam visualizar melhor a questão de organização/divisão territorial de um determinado local.

As propostas técnicas e funcionais da Arquitetura constroem a cidade que se comunica através de imagens midiáticas e inusitadas interações: meios, imagens e mediações constituem a complexa comunicação que, sobretudo a partir da Revolução Industrial, tem a cidade como cena e motivo (Ferrara, 2008, p. 41). Na imponência das fachadas, portarias dos condomínios e no paisagismo de um espaço, observamos uma espécie de chamamento para o “belo” e o “perfeito” padrão de moradia, deixando como secundária, ao primeiro olhar, o fator segurança que atende ao escopo de um determinado público que procura a moradia em locais fechados, a exemplo do que observamos a seguir:

RD 4- COM NOVO CONDOMÍNIO “ALTO PADRÃO”, PRAIA DO FRANCÊS SE CONSOLIDA COMO “BAIRRO NOBRE” DA CAPITAL

Figura 3 — Postagem no perfil do Instagram da AgendaA sobre um novo empreendimento no litoral sul alagoano



Fonte: Página da AgendaA no Instagram⁶

Na divulgação do novo condomínio de “alto padrão” em Alagoas, o Oléron Resort Residence, ser “nobre” traz consigo o sentido de “exclusivo”, como lemos na continuidade da postagem: “Projetado em uma área total de 300 mil metros quadrados com **acesso exclusivo** (grifo nosso) à praia por baixo da rodovia [...]”. A partir da imagem do novo resort na praia do Francês, no movimento de de-superficialização do objeto linguístico, identificamos um sujeito que se marca no que diz; de onde diz e em quais circunstâncias diz (Orlandi, 2015, p. 63).

Vemos, então, uma imagem similar à famosa ilha Maldivas, localizada no continente asiático, conhecida por sua exuberância e seletividade dos visitantes. Nessa relação de sentidos,

[...] um discurso aponta para outros que o sustentam, assim como para dizeres futuros. Todo discurso é visto como um estado de um processo discursivo mais amplo, contínuo. Não há, desse modo, começo absoluto nem ponto final para o discurso. Um dizer tem relação com outros dizeres realizados, imaginados ou possíveis (Orlandi, 2015, p. 37).

⁶ Disponível em: <https://www.instagram.com/agenda.com.br>. Acesso em: 10 jan. 2024.

Figura 4 — Imagem das Ilhas Maldivas.



Fonte: <https://www.fashionbubbles.com/luxo/ferias-nas-ilhas-maldivas/>. Acesso em abril de 2024

Na Análise do Discurso, a paráfrase da imagem é um processo que envolve reinterpretar ou reformular os sentidos de uma imagem, levando em conta seus efeitos de sentido e as memórias discursivas que ela evoca. Esse conceito é usado para entender como uma imagem pode ser interpretada, a partir de diferentes elementos e como esses elementos se relacionam entre si e com outros discursos. Para Lagazzi, “a imagem é uma tecnologia política de linguagem que afeta o sujeito” (Lagazzi, 2020) e o demanda em seus gestos e práticas.

Ao fazer a paráfrase da imagem, analisamos cada parte dela em detalhes, o que nos ajuda a perceber contradições e continuidades presentes na materialidade visual. Também permite identificar os sentidos estabilizados e as possíveis interpretações múltiplas.

Retomando as imagens, quando comparamos ambas as construções e o modo como se constitui a ocupação dos espaços naturais, observamos que os sentidos não estão só nas palavras; mas também nas imagens. É o simbólico nos instigando a interpretar. Analisando os novos produtos do setor imobiliário, como um novo empreendimento imobiliário, Guerra (2019, p. 25) considera que

a cidade deveria ser estudada através de uma ciência que unisse os conhecimentos, teorias, metodologias e práticas de várias disciplinas, como sociologia, filosofia, economia, política, história, geografia, arte e urbanismo. Através da compressão da realidade da prática social urbana de cada cidade brasileira, pode-se propor instrumentos das políticas públicas urbanas, mesmo que pautados por referências internacionais avançadas de planejamento urbano (Maricato, 2000, n.p).

Avançando nas reflexões, ao referenciar LeroiGourhan, Guerra (2019, p.28) afirma que a origem das cidades desde os primeiros sinais de sedentarização do homem e sua evolução nos modos de ocupação da terra até a cidade atual, acompanham a progressiva integração das pessoas no plano do/sobre o organismo social. Esse, por sua vez, é representado pelo acordo entre natureza, indivíduo e sociedade urbanizada, que individualiza o espaço e o tempo, evoluindo até atribuir um valor absolutamente imperativo ao tempo, quando o indivíduo passa a funcionar como uma célula produtiva (Leroi-Gourhan, 1990, n.p apud Guerra, 2019, p. 28).

O modelo de produção do espaço urbano atual segue o “processo de industrialização iniciado na Europa no século XVIII, o qual modificou as relações sociais, de propriedade, de consumo e de produção do espaço” (Guerra, 2019, p. 28). Desse modo, o espaço das cidades passou a ser cenário ideal para se constitui enquanto espaço de produção e acumulação, consoante ao tempo das fábricas e também pelo domínio da ideologia capitalista.

Por sua vez, a crescente busca por moradia em espaços fechados exemplifica um temor coletivo de situações extramuros, que responde positivamente às cartadas de investimentos dos empreendedores do ramo. Daí, podemos pensar sobre segregação social a partir das classes sociais separadas pelo capital. Sobre essa regência do mundo pelo capital, Marx ressalta que

sob as condições da produção do capital, como sujeitos físicos, significa precisamente que eles são postos como tais, sujeitos, pelas formas assumidas pela coisa: a mercadoria, o dinheiro, o capital, etc. É como se nessas condições de estruturação histórica surgisse a figura de um grande sujeito, um Sujeito que se põe sujeitos. E estes últimos, sujeitos físicos, não se determinam senão como máscaras ou personificação do grande Sujeito: o capital, a mercadoria, o dinheiro, etc. É a própria coisa que se dá como sujeito, a exigir comportamentos adequados à realização de suas determinações formais (Marx, 2001, p.125).

Com isso, Marx nos convida a questionar as estruturas subjacentes do sistema capitalista e a entender como essas estruturas não apenas moldam as relações entre as classes sociais, mas também determinam a própria essência dos sujeitos físicos/individuais dentro desse sistema. As formas assumidas pela coisa (no caso, o capital) influenciam diretamente a habitação das pessoas; o grande Sujeito, representado pelo capital, determina como as cidades se estruturam.

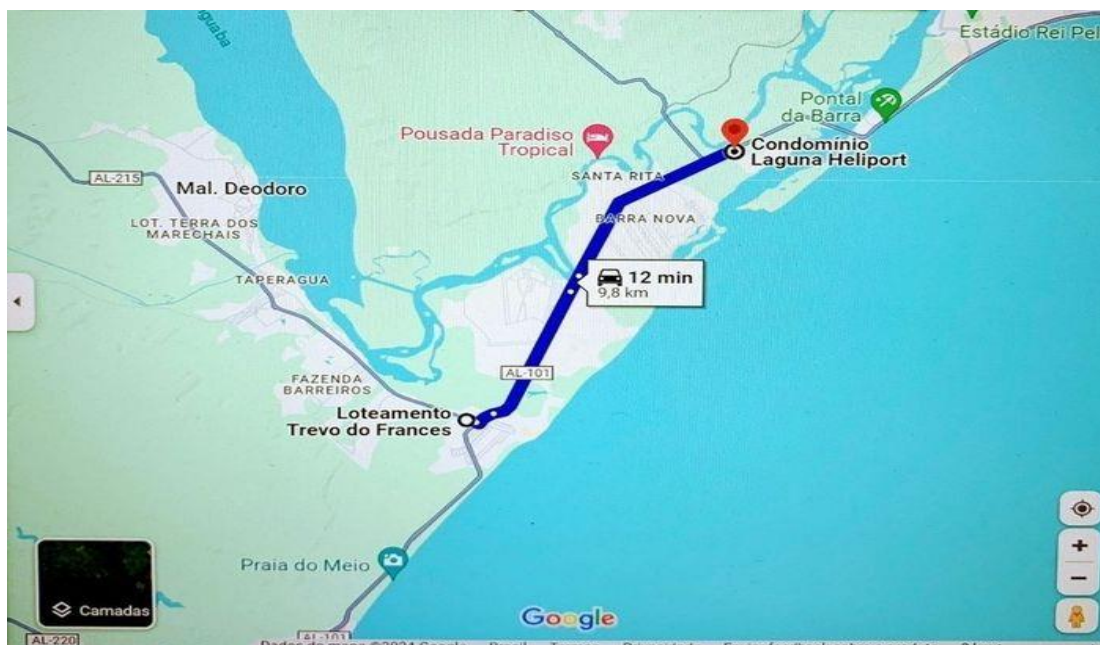
Quando nos reportamos a essa determinação do capital sobre a estruturação das cidades, não podemos ignorar os fatores que levam ao êxodo rural, ocasionando a necessidade de planejamento para a construção de habitação para todos/as. Segundo os dados do IBGE (2015), a população urbana brasileira em 1950 era de 36,2% e em 2010, a população residente nas cidades já marcava o percentual de 84,4%⁷. No entanto, essa acelerada urbanização não ocorreu de forma homogênea, mas foi marcada por consideráveis desigualdades socioespaciais. Embora a organização dos espaços e modernização das cidades sejam necessários para o desenvolvimento de uma região, as construções de imóveis de “alto padrão” em áreas litorâneas nem sempre seguem os trâmites legais ambientais e respeitam os direitos de todos.

Em se tratando do crescimento das construções de condomínios horizontais nos litorais sul e norte de Alagoas, focaremos mais na Ilha de Santa Rita que pertence ao município de Marechal Deodoro e fica próxima ao centro da cidade de Maceió, capital de Alagoas. É, nesta parte de Alagoas, que imponentes condomínios se avizinham com grande rapidez, modificando toda a paisagem local. Atualmente, nessa região, há os condomínios: Laguna, Granville, Santé, Isla, Ilha Bela, Vista da Lagoa, Angatu, Saco da Pedra, dentre outros em construção⁸. Todos construídos em uma área aproximada de 10 km na rodovia que liga Maceió à praia do Francês. A imagem abaixo demonstra a proximidade dos condomínios, ao traçarmos a rota do condomínio Laguna até o trevo da praia do Francês:

⁷ Traremos dados atualizados mais adiante.

⁸ Moradores da região chamam de “Alphaville” de Alagoas em alusão ao bairro nobre paulistano, que foi idealizado para ser um bairro imponente de grandes proporções.

Figura 5 — Imagem do Google Maps que demarca a área de construção dos condomínios no litoral sul alagoano.



Fonte: Google Maps. Acesso em: 20 nov. 2023.

Toda essa faixa azul representa a área onde estão sendo construídos os condomínios de “alto padrão”, situada do condomínio Laguna Heliport até a praia do Francês, onde será construído o condomínio similar às construções das ilhas Maldivas mostrado anteriormente (Figura 4). Esta região, devido à “descoberta” do mercado imobiliário, apresenta outros condomínios fechados de médio ou pequeno porte distantes das praias, porém divulgados como “vizinhos” ou “bem próximos” das praias ou quantificam a quilometragem de distância da praia do Francês⁹, o que lhes garante um olhar para outra classe de consumidores, os que estão um pouco abaixo do “alto padrão”, a exemplo dos que adquirem empreendimentos localizados em outras áreas do município de Marechal Deodoro.

Em Alagoas, o espaço urbano litorâneo é marcado por uma construção sociopolítica do sentido de imóveis de “alto padrão” como espaços fechados que

⁹ Um exemplo desse chamamento publicitário, encontramos facilmente nos anúncios do OLX, a exemplo: “A Experiência de Construir Sua Nova Vida em Um Lugar Incrível, **a Poucos minutos da Praia do Francês** e a 20 Minutos de Maceió!!!” disponível no endereço eletrônico: https://al.olx.com.br/alagoas/terrenos/condominio-fechado-lotes-porto-canoas-1155836890?lis=listing_no_category. Acesso em: 15 maio 2024.

propiciarão lazer, conforto e segurança aos que se encaixam nos pré-requisitos (às vezes não ditos) para sua aquisição. Por sua vez, os condomínios vizinhos de menor padrão não contam com a mesma estrutura e acesso às belezas naturais da região, públicas, como os de “alto padrão”. Questões como transporte, proximidade do comércio local e construção de unidades públicas assistenciais na região também têm relevância na distinção dos “padrões” de moradia.

É interessante pontuar que a relação histórica que se estabelece na tríade terras nordestinas – habitantes – pertencimentos dos espaços permite significar a cidade para além de simples registros datados em uma linha histórica, pois as cidades guardam memórias, rompem planejamentos antecipados, expressam fortes marcas, insistindo em não desaparecer, atraindo olhares com interesses iguais e divergentes. Alagoas é conhecido como o estado onde se encontra o “paraíso das Águas” e possui características que não são ignoradas pelo Estado diante da especulação imobiliária. Vemos uma imagem da dimensão de área beira-mar do estado:

Figura 6 — Imagem do site Viver Brasil que mostra as características de Alagoas por região.



Fonte: Disponível em: https://viverbrasil.altervista.org/mapa_turistico_alagoas.html. Acesso em: 10 fev. 2024.

Na imagem anterior, vemos a extensa área litorânea, lado do oceano atlântico, onde se concentram lindas praias. Na região de Maceió, que fica vizinha ao município de Marechal Deodoro, é onde está sendo instaurado o grande complexo de condomínios de “alto padrão”. Por ser localizada na área metropolitana e conhecida pela beleza natural, a paisagem da rota que liga Maceió à entrada da cidade de Marechal Deodoro tem sido bastante modificada. Na imagem também podemos perceber a área extensa que é beneficiada com o Rio São Francisco, o que comprova que Alagoas concentra espaços que não passam despercebidos pelo mercado de imóveis (mesmo os locais voltados ao chamado “turismo de temporada”).

Por esta razão, convém conhecer o estado de Alagoas na sua origem e para adentrar na história de Alagoas e no início da divisão das suas terras, o livro “História das Alagôas” de Craveiro Costa, publicado em 1983 é uma leitura necessária, pois trata sobre as apropriações, cessões, demarcações e divisões do território alagoano; sobre um período marcado por grandes lutas e, também, por avanços. Na referida obra, lemos sobre as primeiras expedições exploradoras custeadas pela corte portuguesa e a chegada na “embocadura” do rio de São Francisco, no dia 04 de outubro de 1501. O local chamado pelos indígenas dos arredores de Paratinga foi o primeiro ponto da terra alagoana a ser explorado. Com as expedições preliminares, Portugal percebeu a necessidade de apropriação da terra face à ameaça das incursões espanholas e às possíveis complicações diplomáticas.

Conhecendo a costa brasileira em quase toda sua extensão e, gradualmente, conseguindo melhor relação com as tribos mais acessíveis, o governo português planejou a colonização, organizando a expedição de 1530, chefiada por Martim Affonso de Souza e quatro anos após, D. João III segmentou o Brasil em capitanias hereditárias (Costa, 1983, p. 30). As referidas capitanias hereditárias devem ser compreendidas como, um sistema, que possibilitou a estruturação de uma ordem social que irá surgir durante o Brasil Colônia e se perpetuará durante toda a história do país, mesmo que se posicionando de maneira diferenciada em algumas ocasiões. Nesse período, herdando um método administrativo português e o alterando sob a realidade colonial, os donatários se tornam predominantemente a elite dessa sociedade em construção.

A história territorial alagoana remonta à sua integração inicial como parte meridional da Capitania de Pernambuco, só alcançando autonomia em 1817 e sua colonização foi impulsionada pela expansão para o sul da produção canavieira pernambucana, demandando novas áreas de cultivo. Surgiram, nesse contexto, Porto Calvo, Alagôas¹⁰ e Penedo, núcleos que influenciaram significativamente a colonização e a dinâmica econômica e social regional. A invasão holandesa em Pernambuco estendeu-se a Alagoas em 1631, resultando em conflitos intensos em Porto Calvo até a expulsão dos invasores em 1645, deixando a economia local em desordem. Com a migração de escravos, durante esse período, exacerbou a escassez de força de trabalho nas plantações de cana, levando à formação de quilombos, dos quais o mais proeminente foi o de Palmares, só completamente subjugado no final do século XVII (Costa, 1983, p. 15-24).

O território alagoano ficou integrado ao estado de Pernambuco (Nova Lusitânia) até o seu desmembramento em 16 de setembro de 1817, após grandes lutas:

O território alagoano ia, assim, saindo do tumulto das primeiras aglomerações, definindo-se, do Persinunga ao São Francisco e ao Moxotó. Para essa definição, ainda não assinalada em todos os seus contornos geográficos, consumiram-se mais de cinquenta annos, meio século de lutas e sofrimentos inenarráveis (Costa, 1983, p. 26).

Em 1817, a então comarca das Alagôas contava com oito vilas e a população era de cem mil habitantes. A criação da capitania das Alagôas, com o Alvará de 16 de setembro de 1817, não lhe concedeu o estabelecimento dos limites territoriais, já que não havia mesmo necessidade de se traçarem linhas limítrofes num território cujas fronteiras estavam traçadas, “[...] immemorialmente, por actos officiaes successivos, que ficaram como marcas definitivas, afastando dúvidas e firar direitos” (Costa, 1983, p. 62). Conforme Souza e Tavares:

Assim, os antigos termos de Porto Calvo e Alagoas, já do século XVII - como o de Penedo também o era -, haviam se fragmentado, dando origem a mais 5 congêneres: 1 de Porto Calvo (Porto de Pedras-1815) e 4 de Alagoas (então Santa Maria Madalena da Lagoa do Sul, atual município de Marechal Deodoro), ou seja: 1) Maceió (1815), 2) Atalaia (1764), 3) Anadia (1801) e 4) Poxim (?). De Penedo não havia registro

¹⁰ Mantida a escrita da época.

de fragmentação, permanecendo tal qual no século XVII. Acredita-se que tais termos se referissem àqueles de cidades, uma vez que o regime de capitanias hereditárias havia sido extinto, em 1759, pelo Marquês de Pombal, havendo apenas as capitanias reais (Lopez, 1997) (Souza e Tavares, 2019, p. 9).

Considerando o recorte desta pesquisa, o espaço territorial denominado de Santa Madalena da Lagoa do Sul, atualmente Marechal Deodoro, corresponde ao espaço geográfico das proximidades com praias, rios e lagoa e onde está concentrada uma considerável área de manguezais. O olhar da nossa pesquisa é voltado para essa região sem, contudo, ignorar que no litoral norte alagoano acontece semelhante fenômeno de organização física do espaço, a exemplo de Ipioca (norte de Maceió) e dos municípios de São Miguel dos Milagres e Maragogi.

A autonomia administrativa de Alagoas começou a ganhar força a partir da criação da comarca¹¹, porém só se efetivou um século depois. Alagoas, pelo último Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021), contava com 3.365.351 habitantes em uma área de 27.830,661 km². Está localizado na região Nordeste e possui 102 municípios, fazendo limites com Pernambuco, Sergipe, Bahia e Oceano Atlântico. Pelos dados do IBGE¹², a maioria dos alagoanos reside nas cidades, área urbana dos municípios, resultando nas modificações frequentes dos espaços, exigidas pelo aumento da população.

Nesse cenário, o quantitativo de pessoas que residem nas cidades é de 2.297.860, enquanto nas áreas rurais, o número cai para menos da metade: 822.634 pessoas. Isso implica dizer que mais moradias e condições sociais devem ser planejadas e executadas, nas cidades, para que as pessoas possam estar bem acomodadas nos espaços em que querem ou precisam residir. A expansão das construções no urbano, então, passa a ser algo previsível conforme os números; porém precisamos pensar de que forma ela está acontecendo e a quem se destina;

¹¹ Em 09 de outubro de 1706, foi criada a comarca das Alagoas, através da Carta Régia. Terminada a Guerra dos Mascates, confronto entre comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda, em 1712, o Ouvidor Geral José da Cunha Soares iniciou sua vida judiciária, estabelecendo sua sede na Alagoas do Sul, trazendo à região os benefícios da justiça.

¹² Conforme apontado anteriormente, a população urbana brasileira em 1950 era de 36,2% e em 2010, a população residente nas cidades já marcava o percentual de 84,4% (IBGE, 2015). No entanto, essa acelerada urbanização não ocorreu de forma homogênea, mas foi marcada por consideráveis desigualdades socioespaciais.

além de refletirmos também sobre quem são esses sujeitos constituídos nos discursos do mercado de imóveis em Alagoas.

Como apontado anteriormente, neste estudo, voltamos o nosso olhar para o litoral sul alagoano, no município de Marechal Deodoro, que a partir da duplicação da Rodovia AL-101, começou a passar por um rápido processo de transformação da paisagem urbana com as frequentes construções de condomínios fechados. Isso vem fragilizando e até extinguindo alguns acessos da população em geral, transformando toda a paisagem urbana (com impactos socioambientais) e reforçando uma divisão conforme as condições socioeconômicas. É essencial debatermos essas questões de forma crítica, considerando tanto os benefícios quanto os impactos negativos desses empreendimentos e até onde a liberação do Estado influencia a identidade dos habitantes de uma localidade.

O condomínio Laguna, entregue em 2005, configura-se como um dos primeiros condomínios fechados da região, destinado a uma classe social alta devido ao valor para a sua aquisição e manutenção. Esse modelo de moradia, a de “alto padrão”, além de mostrar a divisão social, produz uma ideia ilusória no indivíduo que não se reconhece pertencente a uma determinada classe social, mas que se enxerga vizinho aos que possuem melhores condições econômicas. Vemos isso, por exemplo, na aquisição de lotes pagos “em suaves prestações”, porém alguns compradores não conseguem conciliar seus salários com o alto valor do condomínio. As exigências da engenharia, da arquitetura e do paisagismo, são impostas nos contratos desses condomínios e estabelecem um padrão para que os empreendimentos sejam cada vez mais valorizados. O preço é alto para o alcance da “moradia ideal”. A instauração de tapumes com cor determinada no lote; dimensão mínima da área a ser construída; quantidade de famílias que “podem” residir no mesmo imóvel e outras regras nos fazem questionar sobre quem realmente é o/a proprietário/a do imóvel.

Por conseguinte, a busca por moradia em localização próxima às belezas naturais e, mesmo assim, em áreas urbanas, faz parte da chamada “renovação urbana”, fazendo com que, diante de mais ofertas, o êxodo seja constante. Essa renovação urbana que acompanhamos atualmente na região de Marechal Deodoro,

antes conhecida e procurada mais por sua arquitetura histórica do centro da cidade nos faz continuar refletindo que

[...] na cidade do capital, há espaços públicos apropriados e modificados pelo mercado imobiliário, comprometendo o acesso às pessoas e atribuindo uma conotação de privatização para a comunidade local. Essa segregação socioespacial é um processo dinâmico, pois determinada área ocupada por um (classe social), em outro momento, vai sendo habitada por outra classe social com inferior ou superior condição, acarretando a chamada renovação urbana que se caracteriza pelo processo de substituição das formas urbanas existentes por outras modernas. Ela pode ser pontual concebida pela iniciativa privada, ou difusa, pela ação do Estado, quando abrange uma área ampla e totalmente alterada (Duarte *et al.*, 2005, n.p).

Com tal renovação, o mercado imobiliário direciona seus investimentos para a valorização de determinadas áreas, descaracterizando a identidade local (cultural e social populacional) por edificações que obedecem às tendências mercadológicas e ignoram a singularidade (classe social), tornando os espaços modificados em mercadoria a serem vendidas e compradas. Em uma mesma região, o poder público escolhe o grupo dos maiores investimentos em bens e serviços coletivos, enquanto outros são fadados ao descaso e ao abandono (Sposito, 1988, p.74).

Considerando a realidade dos moradores do município de Marechal Deodoro, que possui condomínios de “alto padrão” com os moradores de condomínios propostos pelo governo federal, Oliveira (2017, p. 58) afirma:

Já nos conjuntos residenciais do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), que são para atender as famílias de baixa renda, além das casas serem pequenas padrão(sic) para essa faixa de renda, as mesmas estão localizadas nos bairros periféricos de Marechal Deodoro como: Tuquanduba, Carmo e nos povoados Botafogo e Estiva. Tanto os conjuntos como os bairros [...] são marcados pelo afastamento do centro da cidade e falta de serviços urbanísticos como: transporte, saneamento, escolas, postos de saúde, áreas de lazer, entre outros.

Desse modo, percebemos que há uma diferença na oferta de serviços públicos para os moradores de uma mesma localidade; apesar de residirem em condomínios fechados de igual modo, reforçando a existência de uma categorização socioespacial. Para compreender, portanto, os processos de segregação socioespacial e da organização do urbano, é preciso pensar sobre a perspectiva civilizatória do Estado,

de base capitalista, face às condições de classe social, etnia e raça, como elementos determinantes das posições dos sujeitos em suas classes sociais (Wacquant, 2008, p.37), do que trataremos na próxima seção.

Face ao exposto, no âmbito do mercado imobiliário alagoano, interessa analisar como os discursos são constituídos e circulam para manter ou desestabilizar estruturas de poder e interesses econômicos. Na obra *Semântica e Discurso*, Pêcheux aprofunda a relação intrínseca entre linguagem, ideologia e as formações discursivas, ilustrando como os discursos são impregnados por forças ideológicas e como podem ser analisados para demonstrar as dinâmicas de poder presentes em um contexto específico.

O crescimento dos condomínios fechados em regiões litorâneas de Alagoas reflete, em seus termos, a influência da política neoliberal no mercado imobiliário. A ideologia neoliberal, que preconiza a liberdade de mercado e a mínima intervenção do Estado na economia, estimula o surgimento desses empreendimentos como resposta à demanda por segurança e exclusividade por parte de uma clientela de alto poder aquisitivo. Nesse contexto, a dinâmica neoliberal promove a privatização de espaços de maior interesse econômico, favorecendo a proliferação de condomínios fechados que oferecem uma sensação de segurança e conforto, mas ao mesmo tempo restringem o acesso público a espaços naturais, como as praias e lagoas.

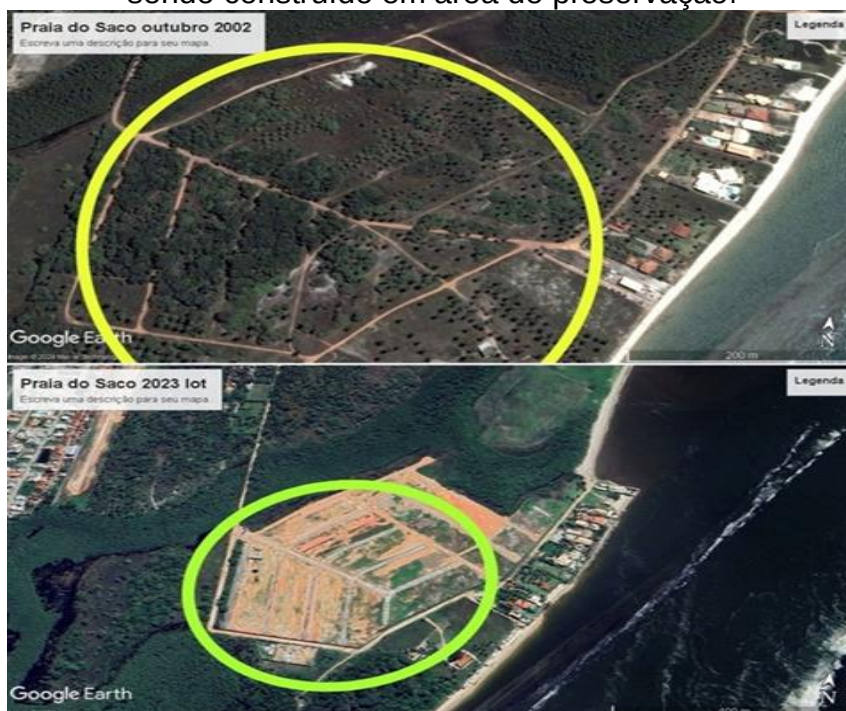
Essa visão de mercado, centrada na maximização dos lucros e na segmentação socioeconômica, se choca com princípios democráticos de acesso igualitário a recursos comuns que deveriam ser de usufruto coletivo. Além disso, a expansão descontrolada desses empreendimentos pode ser vista como um reflexo da pouca regulamentação estatal sobre o uso do solo e a ocupação de áreas de preservação ambiental. A ausência de políticas públicas efetivas de ordenamento territorial muitas vezes permite o avanço indiscriminado de empreendimentos imobiliários que abafam os menos favorecidos com seus muros altos.

Há um cenário de contradição que nos leva a pensar sobre as dinâmicas sociais e econômicas em um espaço ordenado pelo mercado. Sobre isso, Engels (1986, p.219) aponta que

[...] a base da civilização é a espoliação de uma classe por outra, todo o seu desenvolvimento transcorre em permanente contradição. Todo progresso da produção representa simultaneamente um retrocesso na situação da classe oprimida, isto é, da grande maioria. Todo benefício para uns é necessariamente um malefício para os outros, cada nova libertação de uma classe leva necessariamente a uma nova opressão da outra. [...] entre os bárbaros, como vimos, praticamente ainda não se podia estabelecer uma diferença entre direitos e deveres, a civilização deixa claros a diferença e o antagonismo entre ambos até para o mais idiota, atribuindo a uma classe quase todos os direitos e à outra, em contrapartida, quase todos os deveres.

Assim, a ascensão dos condomínios fechados em Alagoas, restringindo o acesso às praias e provocando impactos ambientais, se constitui como uma expressão da dinâmica neoliberal no setor imobiliário, na qual a busca pelo lucro e a privatização de espaços comuns se sobrepõem aos interesses coletivos e à preservação ambiental. Para ilustrar tal constatação, apresentamos uma imagem do Google Earth, veiculada no site do jornal Tribuna Hoje, que divulgou denúncias sobre os crimes ambientais promovidos pelos responsáveis por uma construção de um condomínio fechado na Praia do Saco.

Figura 7 — Imagem do Google Earth e veiculada pelo jornal Tribuna Hoje como forma de denúncia a um novo empreendimento em Marechal Deodoro que está sendo construído em área de preservação.



Fonte: Disponível em: <https://tribunahoje.com/noticias/cidades/2024/02/10/133621-video-movimento-pede-embargo-do-loteamento-saco-da-pedra-em-marechal-deodoro>. Acesso em: 12 mar. 2024.

Desse modo, é visível, o desmatamento de áreas de preservação em duas décadas (2002-2023). Na reportagem do referido jornal, há referência a uma ONG que se mobilizou para lutar contra a apropriação:

Para ela, o empreendimento invadiu uma área de mangue e compromete a subsistência da APA de Santa Rita – que é uma área de proteção ambiental permanente. “Por isso, solicitamos que além de embargar o empreendimento, o MPF cobre dos responsáveis por esse crime a recuperação da área degradada”, afirmou Neirevane. Na representação ao MPF de Alagoas, os signatários do documento denunciam os crimes ambientais promovidos pelo Saco da Pedra, envolvendo duas unidades de conservação e áreas de Preservação Permanente de Restinga e Manguezal no município de Marechal Deodoro.

Em Alagoas, ações similares, com ou sem denúncias, estão em crescente multiplicação.

3 SUJEITO E IDEOLOGIA NA CONSTITUIÇÃO DA POSIÇÃO-SUJEITO DE “ALTO PADRÃO”

Anteriormente, delineamos nossa abordagem na mobilização dos dispositivos teóricos necessários à construção dos dispositivos de análise da pesquisa, ao tempo em que exploramos a problemática da habitação dentro da dinâmica da sociedade capitalista, a partir da qual discutimos o espaço urbano e o território específico de Alagoas, com foco no litoral.

Nesta seção, voltaremos o nosso olhar para as concepções teóricas da Análise do Discurso mobilizadas para o embasamento dessa investigação, iniciando pela noção de sujeito discursivo. Para compreendermos as posições-sujeito no discurso do mercado imobiliário de “alto padrão”, precisamos pensar em uma construção discursiva e não em um indivíduo isolado. A noção de sujeito na teoria do discurso não corresponde ao sujeito empírico, mas é concebida considerando um sujeito dividido, que não é uno, é plural. Isso nos leva a pensar em diferentes posições-sujeito em condições específicas e determinadas por formações discursivas que lhes afetam.

Na perspectiva da Análise do Discurso, o sujeito não é uma entidade individual autônoma, mas uma construção ideológica situada dentro das formações discursivas. Discorrer sobre o sujeito da Análise do Discurso é tratar de efeito de linguagem; do sujeito concebido pela/na linguagem e que traz marcas de discursos anteriores. Trata-se de um sujeito que não tem a origem do dizer e nem possui o poder de controlar os dizeres. A partir de conceitos desenvolvidos por Freud e Lacan, Pêcheux encontrou na Psicanálise os mecanismos de representação responsáveis pela constituição do sujeito na linguagem, cujas posições não têm origem em si mesmo.

3.1 IDEOLOGIA E CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO DO DISCURSO

Para Pêcheux (2014, p.150), “[...] a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito)” e nessa relação do sujeito-

falante com a formação discursiva que o determina, há dois tipos de “esquecimentos” (esquecimentos nº 1 e nº 2) que, sob a tópica freudiana, marcam a oposição entre os sistemas “pré-consciente-consciente” e o “inconsciente” (Pêcheux, 2014, p.163). Pêcheux, então, propõe que o esquecimento nº 1 considera ser o próprio sujeito a origem do dizer e o esquecimento nº 2 concede ao sujeito-falante o poder de selecionar os dizeres no interior da formação discursiva que o domina.

Esses dois tipos de esquecimento também são efeitos ideológicos, fazendo com que o sujeito falante acredite ser autor e dono daquilo que diz. É preciso reconhecer que todo sujeito necessita de vínculos sociais, mesmo que se encontrem em situação sócio-histórica adversa, pois “o homem é um sujeito histórico e simbólico”, sujeito capturado pelas instituições no contexto desse processo de individualização: “É aí que incide fortemente a educação e é também aí que podemos pensar tanto a reprodução como a resistência, a ruptura e os movimentos (dos sujeitos, dos sentidos, da sociedade, da história etc.)” (Orlandi, 2016, p. 154).

É de suma importância avançarmos na reflexão acerca do entendimento da Análise do Discurso de que o sujeito não detém a plena propriedade de sua enunciação. Como indivíduo, o sujeito está sujeito ao processo de interpelação, um conceito althusseriano que postula que os discursos são atravessados pela ideologia, momento em que o pré-construído se faz presente. Este processo confere ao sujeito a ilusão de que ele é o agente primário do seu dizer.

Althusser (1970, p. 99) postula que a ideologia opera de tal maneira que “recruta” sujeitos entre os indivíduos (recrutando a todos) ou “transforma” os indivíduos em sujeitos (transformando a todos) por meio da interpelação, que pode ser exemplificada pela interpelação comum no cotidiano: “Ei! você”. Faz a gente pensar que se imaginarmos que a cena teórica ocorre em uma rua, o indivíduo interpelado se vira. Com essa simples virada, ele se torna sujeito porque reconheceu que a interpelação estava de fato direcionada a ele. Com essa exemplificação do “pequeno teatro teórico”, Althusser explica a ideologia como responsável pela constituição do sujeito do discurso. Para o referido autor (1970, p. 102):

Portanto a ideologia interpela os indivíduos como sujeitos. Como a ideologia é eterna, vamos suprimir a forma da temporalidade na qual

representámos o funcionamento da ideologia e afirmar: a ideologia sempre-já interpelou os indivíduos como sujeitos, o que nos leva a precisar que os indivíduos são sempre-já interpelados pela ideologia como sujeitos, e nos conduz necessariamente a uma última proposição: os indivíduos são sempre-já sujeitos. Portanto, os indivíduos são “abstratos” relativamente aos sujeitos que sempre-já são. Esta proposição pode parecer rum paradoxo. Que um indivíduo seja sempre-já sujeito, mesmo antes de nascer, é, no entanto, a simples realidade, acessível a cada um e, de maneira nenhuma, um paradoxo.

Sobre isso, Orlandi (2015, p. 43) afirma que

a evidência do sentido, que, na realidade é um efeito ideológico, não nos deixa perceber seu caráter material, a historicidade de sua construção. Do mesmo modo podemos dizer que a evidência do sujeito, ou melhor, sua identidade (o fato de que “eu” sou “eu”), apaga o fato de que ela resulta de uma identificação: o sujeito se constitui por uma interpelação - que se dá ideologicamente pela sua inscrição em uma formação discursiva - que, em uma sociedade como a nossa, o produz sob a forma de sujeito de direito (jurídico). Esta forma-sujeito corresponde, historicamente, ao sujeito do capitalismo, ao mesmo tempo determinado por condições externas e autônomo (responsável pelo que diz), um sujeito com seus direitos e deveres.

A afirmação explica sobre a importância de distinguirmos o sujeito constituído ideologicamente, via interpelação, do sujeito construído socialmente (o de direito), levando-nos ao entendimento de que o sujeito discursivo

é materialmente dividido desde sua constituição: ele é sujeito de e é sujeito à. Ele é sujeito à língua e à história, pois para se constituir, para (se) produzir sentidos ele é afetado por elas. Ele é assim determinado, pois se não sofrer os efeitos do simbólico, ou seja, se ele não se submeter à língua e à história ele não se constitui, ele não fala, não produz sentidos (Orlandi, 2015, p. 46).

A afirmação de Orlandi sobre o sujeito do discurso, sendo sujeito de e sujeito à, leva a entender o papel do sujeito no mercado imobiliário de “alto padrão” em Alagoas. Nesse contexto, as distintas posições-sujeito (corretor, investidor ou comprador) são materialmente divididas desde a sua constituição, pois se constituem como sujeito de suas ações e quanto sujeitas às influências da linguagem e da história. Para se posicionar nesse mercado e produzir sentidos sobre a comercialização dos imóveis de “alto padrão”, o sujeito é afetado pela linguagem e pela história, e é assim determinado pela sua inserção nesse contexto simbólico e histórico, no qual seus dizeres e a produção de sentidos estão intrinsecamente ligados

a sua submissão à linguagem e à história; a sua inscrição em diferentes formações discursivas e em filiações ideológicas correspondentes.

A ideia de que o sujeito do mercado imobiliário de “alto padrão” em Alagoas é determinado pela linguagem e pela história destaca a importância da compreensão das dinâmicas discursivas e históricas que permeiam esse mercado. Os discursos que circulam nesse contexto, incluindo os enunciados sobre prestígio, exclusividade, perfeição e valorização imobiliária, influenciam a maneira como os agentes desse mercado percebem e valorizam os imóveis de “alto padrão”. Além disso, a história econômica e social da região também desempenha um papel significativo na formação das expectativas e práticas dos participantes desse mercado. Assim, ao reconhecer que o sujeito do mercado imobiliário de “alto padrão” é tanto sujeito de quanto sujeito à linguagem e à história, é possível compreender as complexas interações e construções de sentido que ocorrem nesse contexto específico, considerando o importante processo de interpelação ideológica.

Podemos perceber que a caracterização dos clientes como de “alto padrão” suscita sentidos nos sujeitos discursivos, constituindo-os a partir da linguagem, historicidade e ideologia. Para haver sentido, a língua com seus equívocos e sujeita a falhas, deve estar inscrita na história ocasionando a discursividade (Orlandi, 2015, p. 45).

De igual modo, pensando discursivamente, identificamos no mercado imobiliário, discursos variados em espaços conjuntos, porém com diferenças sociais que estabelecem marcas e “muros” entre os sujeitos de “alto padrão” dos demais. A noção de sujeito, na Análise do Discurso, sempre estará relacionada à questão de formação discursiva. Indursky (2005, n.p.) considera não ser “[...] possível pensar em Formação Discursiva (FD) de forma dissociada à noção de Forma-Sujeito e sua fragmentação em posições-sujeito [...], bem como estão claramente pressupostas no questionamento de Pêcheux”, o que leva este estudo a buscar também na noção de Formações Ideológicas e de Formação Discursiva, categorias de análise caras à Análise do Discurso. Ao pensarmos no sujeito do discurso, faz-se necessário considerar que

ao dizer, o sujeito significa em condições determinadas, impelido, de um lado, pela língua e, de outro, pelo mundo, pela sua experiência, por fatos que reclamam sentidos, e também por sua memória discursiva, por um saber/poder/dever/dizer, em que os fatos fazem sentido por se inscreverem em formações discursivas que representam no discurso, as injunções ideológicas (Orlandi, 2015 p. 51).

Quando nos reportamos à noção de Formações Ideológicas, estamos tratando de formações que representam uma estrutura socioideológica de uma formação social. Essas formações sustentam o dizer e produzem sentidos que, discursivamente, tentam obscurecer conflitos e defendem a ideia de ausência de contradição de classes (Florêncio *et al.*, 2009, p. 72). Analisar discursos, na perspectiva materialista, é considerar a existência da luta de classes porque para se teorizar sobre algo, há a necessidade de se estar posicionado ideologicamente.

Ao falarmos sobre formações discursivas, na perspectiva inaugurada por Michel Pêcheux, estamos nos referindo a um dos conceitos centrais na Análise do Discurso, sendo elas essenciais para compreender como os discursos são produzidos, circulam e são interpretados numa determinada sociedade. Pêcheux desenvolveu essa noção, em distinção à noção inicial formulada por Michel Foucault.

Para Pêcheux, as formações discursivas são sistemas semióticos complexos que englobam não apenas os elementos linguísticos, mas também as condições sociais, ideológicas e históricas que permeiam a produção e a recepção dos discursos. Quando fazemos uma análise discursiva, devemos considerar que “[...] a posição-sujeito e o sentido são relativos à inscrição a uma formação discursiva do dizer submetido à análise” (Orlandi e Lagazzi, 2017, p.20). Para o conceito de formações discursivas, explicamos que são “a projeção, na linguagem, das formações ideológicas” (Orlandi e Lagazzi, 2017, p. 20). Ou seja, na perspectiva de Pêcheux (2014), são “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determina o que pode e deve ser dito” (p. 147). Nesse sentido, “[...] é assim que não podemos pensar o sentido e o sujeito sem pensar a ideologia. Do mesmo modo não podemos pensar a ideologia, em termos discursivos, sem pensar a linguagem” (Orlandi e Lagazzi, 2017, p. 20).

Desse modo, a noção de sujeito ideológico, que enuncia a partir da sua relação com determinada formação discursiva e que se constitui na relação ao discurso do outro refuta a concepção de um sujeito uno e homogêneo e marca o sujeito descentrado, nos termos propostos pela Análise do Discurso.

Nessa perspectiva, a análise do sujeito concebe sua constituição conforme o “esquecimento” daquilo que o determina. Nesse sentido, a interpelação do indivíduo em sujeito do discurso é viabilizada pela inscrição na formação discursiva a qual se filia, ou seja, aquela na qual ele é constituído como sujeito. Essa identificação, que fundamenta a unidade imaginária do sujeito, baseia-se no fato de que os pré-construídos e os elementos de sustentação que o determinam são constantemente reinscritos no discurso produzido pelo próprio sujeito. Essa complexa dinâmica revela como o sujeito, ao mesmo tempo em que se constitui como agente discursivo, é também afetado pelas estruturas ideológicas e sociais que o circundam, evidenciando a intrincada relação entre sujeito, linguagem e poder na produção de sentido.

A partir dessas reflexões e partindo da construção do imaginário na constituição identitária do sujeito cliente de “alto padrão”, sem deixar de considerar as tensões no convívio social por divisões que evidenciam as diferenças de classes sociais, interessa ao nosso percurso teórico-analítico investir, a partir de Pêcheux e Orlandi, na relação “sujeito da linguagem” e “sujeito da ideologia”.

Numa primeira busca da origem, conceito ou critérios que regulamentassem o termo “alto padrão”, nossa pesquisa não encontrou justificativa comum no ramo imobiliário (sites, livros, produções acadêmicas e com profissionais do ramo); porém, observamos que se designa “alto padrão” tanto os objetos mercadológicos como também os sujeitos nas propagandas: “o imóvel de “alto padrão” e “o cliente de “alto padrão”. Nesse sentido, consideramos que identificar a formação discursiva do mercado imobiliário como dominante é compreender a constituição do sujeito de “alto padrão” na posição-sujeito partícipe de uma classe social com maior recurso financeiro, mesmo que o objeto da negociação não corresponda a um nível de qualidade mais alto quando comparado a outros.

Para Henry (2014, p. 36), era de grande interesse de Pêcheux discernir a relação entre o sujeito da linguagem e o da ideologia. Tratava-se da compreensão da “evidência subjetiva” e da “evidência do sentido (ou da significação)”. O ponto de partida para as formulações teóricas de Pêcheux sobre essa questão era “[...] a indicação formulada por Althusser sobre o paralelo entre a evidência da transparência da linguagem e o ‘efeito ideológico elementar’, a evidência segundo a qual somos sujeitos” (Henry, 2014, p.36).

Nesse caso, retomando a tese de Althusser sobre o processo de interpelação ideológica, há de se considerar o efeito da ideologia como responsável por conceber os sujeitos dos discursos. Ao afirmar sobre a necessidade de uma teoria materialista do discurso, Pêcheux (2014, p.139) explica que a categoria de sujeito é uma “evidência” primeira no meio de um tecido de evidências “subjetivas” que constituem os sujeitos.

Para Pêcheux, a constituição do sentido se une à constituição do sujeito no interior da tese central que é a interpelação. Desse modo, quando há, nos discursos midiáticos, um chamamento publicizado a todos os indivíduos sociais para a aquisição de imóveis de “alto padrão”, quem são os sujeitos que, pela interpelação ideológica, sob o tecido de uma evidência subjetiva, se enquadrarão no grupo prioritário das imobiliárias?

Pêcheux (2014, p. 144) afirma que se é verdade que a ideologia “recruta” sujeitos entre os indivíduos (no sentido em que os militares são recrutados entre os civis) e que ela os recruta a todos, é preciso, então, compreender de que modo os “voluntários” são designados nesse recrutamento, isto é, no que nos diz respeito, de que modo todos os indivíduos recebem como evidente o sentido do que ouvem e dizem, leem ou escrevem (do que eles querem e do que se quer lhes dizer), enquanto “sujeitos falantes”: compreender realmente isso é o único meio de evitar repetir, sob a forma de uma análise teórica, o “efeito Münchhausen”.

Quando Pêcheux faz menção ao “efeito Münchhausen”, faz uma alusão ao barão que se elevava nos ares puxando pelos próprios cabelos em uma situação ilusória de poder/ser a força que o direciona aos lugares e situações almejadas. Para

Orlandi (2015, p. 40), “o imaginário faz necessariamente parte do funcionamento da linguagem [...] assenta-se no modo como as relações sociais se inscrevem na história e são regidas, em uma sociedade como a nossa, por relações de poder”.

Assim como o barão de Münchhausen se elevava do pântano puxando a si mesmo pelos cabelos, os sujeitos que enunciam possuem a ilusão de que possuem o poder de criar e controlar os seus discursos, o que se inscreve numa noção de viés subjetivista de caráter idealista. No discurso do mercado imobiliário não é diferente. Os sentidos não são evidentes e são marcados pelas formações ideológicas presentes na sociedade. As formações ideológicas atuam como estruturas invisíveis que moldam as percepções e identidades dos sujeitos, determinando os significados e valores atribuídos aos imóveis/clientes de “alto padrão”. O sujeito, por sua vez, é interpelado por essas formações ideológicas e assume determinadas posições, reproduzindo os discursos dominantes e contribuindo para a reprodução da ideologia que sustenta as relações de poder no mercado imobiliário.

Interessa-nos compreender que quando se fala sobre os processos de subjetivação/identificação que constituem o(s) sujeito(s) nas diferentes práticas urbanas, Zoppi-Fontana (2003, p. 246) nos direciona a pensar sobre o funcionamento dos diversos efeitos de exclusão e silenciamento que os “espaços e memórias múltiplos conflitantes” produzem sobre a construção discursiva da identidade de sujeitos socialmente discriminados quanto à cidade em que eles se significam. Para Zoppi-Fontana (2003, p. 246),

se a cidade significa, isto é, se um conjunto de escanções do espaço urbano é interpretado como sendo “a cidade” ou “o lugar (de) X na cidade”, é porque as representações desses espaços fazem sentido para o sujeito, elas ressoam em um concerto de significações e significantes presentes como memória discursiva.

Ao relacionarmos essa citação com a análise discursiva do mercado imobiliário, podemos identificar como as representações dos espaços urbanos são moldadas pelos discursos dominantes presentes nesse mercado. Nessa reflexão, as representações dos espaços urbanos são influenciadas pelas relações de poder e interesse que permeiam esse mercado; por exemplo, determinadas áreas da cidade são valorizadas e comercializadas como “locais de prestígio” ou “bairros nobres”

(como é o caso das áreas com aglomerado de condomínios imponentes) enquanto outras são estigmatizadas e desvalorizadas, a exemplo das áreas destinadas à construção de “unidades habitacionais” do Programa Minha Casa Minha Vida, em Marechal Deodoro/AL.

Desse modo, a Análise do Discurso nos ajuda a compreender como essas representações são construídas discursivamente e como a memória discursiva atua na interpretação dos espaços urbanos. Os discursos promovidos pelo mercado imobiliário, seja por meio de publicidades, corretores ou construtoras, contribuem para a disseminação de determinadas representações dos espaços urbanos, que ressoam nos gestos de interpretação dos sujeitos.

Nesse sentido,

a “cidade” (e seus espaços) não se refere a um domínio de objetos definidos empiricamente, mas a um domínio de significação, que permite ao sujeito se situar no mundo porque se situa no mundo das significações, isto é, se reconhece e se movimenta nas diversas posições de sujeito que configuram a memória discursiva (Zoppi Fontana, 2003, p. 246-247).

Logo, ao falarmos sobre a constituição do sujeito discursivo das cidades, devemos observar os efeitos produzidos por sentidos que apontam para a exclusão, discriminação, (re)conhecimentos relacionados a uma memória que faz os sujeitos se posicionarem. Quando lemos em um informe publicitário “Você merece morar neste paraíso”, urgem perguntas como: “onde devem morar os que não merecem?” e “quem é responsável pelo agrupamento dos merecedores?”. Ao lermos “paraíso”, associamos a uma imagem presente em práticas linguísticas diversas ao longo da nossa vida e os efeitos de sentido produzidos pelo enunciado tem relação com a memória discursiva.

A memória discursiva retoma o já dito para constituir dizeres. Pode ser entendida, conforme Archard (2007, p. 50):

[...] não no sentido diretamente psicologista da “memória individual”, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador. O risco evocado de uma vizinhança flexível de mundos paralelos se deve de fato à diversidade das condições supostas com essa inscrição: é a

dificuldade - com a qual é preciso um dia se confrontar - de um campo de pesquisas que vai da referência explícita e produtiva à lingüística, até tudo o que toca as disciplinas de interpretação: logo a ordem da língua e da discursividade, a da “linguagem”, a da “significância” (Barthes), do simbólico e da simbolização...

Orlandi e Lagazzi (2017, p. 24) propõe pensar no que postula Courtine sobre os dois eixos: o eixo vertical que é o da constituição do dizer e o eixo horizontal que se refere ao da formulação. Do cruzamento desses eixos, o da formulação determinado pelo da constituição, produz-se o dizer. A memória, por sua vez, está situada no eixo vertical que “são as enunciações que se estratificam no eixo vertical de tal maneira que qualquer formulação se dá determinada pelo conjunto das formulações já feitas” (Orlandi e Lagazzi, 2017, p. 25), considerando que a memória discursiva se constitui pelo esquecimento.

Ao tomarmos, para exemplificar, a palavra “padrão”, que já foi dita em diferentes circunstâncias nos contextos históricos da nossa sociedade, conforme as condições de produção específicas, sua significação se deu de forma particular. A esse conjunto de enunciações da palavra “padrão” constitui a memória da qual estamos falando. “Padrão” adjetivando um funcionário do mês, por exemplo, pode produzir um efeito de sentido como “modelo a ser seguido”; “melhor do que os outros”; “o mais produtivo” dentre outros sentidos.

Quando dizemos uma palavra, ela “significa não apenas o que temos a intenção de dizer, mas também pela memória de que ela está impregnada e que, muitas vezes, desconhecemos” (Orlandi e Lagazzi, 2017, p. 25). Esse funcionamento discursivo mostra que um dizer junto a um não-dito e esquecido constitui sua memória. Ao conjunto de enunciações já ditas e esquecidas, irrepresentáveis, é o interdiscurso (idem).

3.2 O “NÃO TEM MAIS ACESSO” E OS SILENCIAMENTOS

Nos estudos discursivos aos quais nos filiamos, o silêncio “liga o não-dizer à história e à ideologia” (Orlandi, 2007, p. 12) e por este motivo, identificar a relação do

dizer com o não-dizer é fundamental para compreendermos o processo discursivo. Para Orlandi (2007, p. 12), ao estudarmos a noção de silenciamento é preciso compreender que “há um processo de produção de sentidos silenciados que nos faz entender uma dimensão do não-dito absolutamente distinta da que se tem estudado sob a rubrica do “implícito”.

Essa noção de silenciamento, proposta por Orlandi, é responsável também pela produção de sentidos, ao considerar não apenas o que é dito nos discursos, mas também o que é silenciado. Para Orlandi (2007, p.29),

em face dessa sua dimensão política, o silêncio pode ser considerado tanto parte da retórica da dominação (a da opressão) como de sua contrapartida, a retórica do oprimido (a da resistência). E tem todo um campo fértil para ser observado: na relação entre índios e brancos, na fala sobre a reforma agrária, nos discursos sobre a mulher [...].

Nesse sentido, ver o silêncio como linguagem é compreender que nos processos de significação, “o silêncio é. Ele significa. Ou melhor: no silêncio, o sentido é” (Orlandi, 2007, p. 31). Analisar discursos do mercado imobiliário implica observar o que é posto em silêncio e como este não-dizer está imbricado nas palavras produzindo sentidos. Não há como observarmos o silêncio senão “por seus efeitos (retóricos, políticos) e pelos muitos modos de construção de significação” (Orlandi, 2007, p.46).

Na figura a seguir, vemos uma postagem do dia 04 de novembro de 2022 que traz o dizer: “Seu espaço privativo na lagoa”, em referência a um dos benefícios do espaço do condomínio a venda. Trata de um espaço localizado no final do loteamento que culmina em uma parte da Lagoa Mundaú e que após a construção de um píer, haverá fácil acesso para todos os moradores conforme garantem os corretores.

Figura 8 - Condomínio Ilha Bela



Fonte: Instagram (2024).

Identificamos nesta postagem, em um primeiro olhar, a determinação de um lugar social para indivíduos selecionados. Vemos o funcionamento da linguagem em “seu espaço privativo” demarcando e dando posse a alguém que não é “qualquer um”, mas consiste em um espaço privilegiado, de exclusividade na lagoa. O que está silenciado aponta para o fato de que não se exclusiviza o que é público: a lagoa é de todos; é um espaço totalmente público. Nesse gesto de análise, a memória discursiva recupera *slogans* de resorts e hotéis que garantem piscinas e ofurôs privativos a seus hóspedes; assim, quando uma postagem de uma empresa do mercado imobiliário oferece um espaço privativo está garantindo a separação dos demais; dos outros; da gente intrusa.

É importante considerar que a memória, na perspectiva da Análise do Discurso, possui caráter constitutivo. Para Amaral e Almeida (2020, p.222):

a partir da memória social, a memória histórica oficial (a institucionalizada, a documentada pelos arquivos, bibliotecas, órgãos

de Estado, etc.) e a memória erudita (a mobilizada pelos historiadores em seu trabalho) se servirão para afiançar ou questionar o exercício do poder, preservando a lembrança de um passado ou efetuando a exclusão de quaisquer ameaças que escapem ao controle narrativo-memorial do gesto interpretativo dominante. Embora convenha ao trabalho dos historiadores, Mariani (1998, p. 35) aponta que uma diferenciação entre os tipos de memória (oficial, erudita, contra-memória, etc.) não é do interesse imediato do analista do discurso, uma vez que trabalhar com a memória em categorias estanques e “imobilizantes” pode fazer com que se desconsiderem “as contradições constitutivas das relações de sentido, que vão entrelaçando estas diferentes memórias”.

Os autores reiteram que “a memória do discurso, constitutiva do interdiscurso, representa um lugar onde estão os já-ditos, prontos a serem convocados, lugar de retorno a outros discursos, como repetição ou ressignificação (como paráfrase ou polissemia)” (Idem, ibidem).

A partir disso, compreendemos que em seu funcionamento, o discurso do mercado imobiliário em Alagoas aciona uma memória que se relaciona ao prazer humano, bem-estar e plenitude religiosa. Além disso, a linguagem utilizada no discurso imobiliário muitas vezes recorre a narrativas e metáforas que têm raízes na memória coletiva da sociedade. Por exemplo, expressões como “boom imobiliário”, “bolha imobiliária”, “ciclos de mercado”, entre outras, evocam imagens e conceitos que remetem a experiências passadas de expansão e colapso nos mercados imobiliários. Essas metáforas não apenas comunicam informações específicas sobre o mercado, mas também mobilizam emoções e associações acionadas por uma memória discursiva. Dessa forma, lembramos do que nos diz Pêcheux, na obra *Semântica e Discurso*, que “uma palavra por outra” é a definição da metáfora, mas também consiste o ponto em que o “ritual se estilhaça nos lapsos” (Pêcheux, 2014, p. 277).

Voltando à materialidade em análise, em Lacan, podemos analisar esse discurso como uma manifestação do desejo humano de possuir e, de certa forma, controlar um território exclusivo. Essa noção de propriedade como extensão do ego é destacada pela palavra “seu”, que possui o sentido de posse e identificação com o espaço. Assim, o discurso explora os desejos inconscientes dos potenciais compradores de segurança, status e poder simbólico associados à propriedade privada.

Outro silêncio que há na ordem desse dizer, é a ausência de um verbo/ação que organize sintaticamente a frase, ocasionando uma lacuna que, dentre outras possibilidades, dificulta uma interpretação para os não seguidores da página. Ao excluir o verbo, a imagem dessa materialidade permite-nos compreender que tudo o que está sendo visualizado é o próprio espaço privativo destinado aos compradores dos lotes e que o dizer está mais para um título de uma obra de arte (a lagoa) do que para um chamado direto para a compra.

Nesse processo de cooptar clientes de forma menos direta e mais contemplativa, o “seu privativo” reflete o desejo do sujeito por privacidade e tranquilidade em um mundo de conexões cada vez mais aceleradas e com pessoas mais ansiosas. Para Henge (2016, p. 93),

é possível delinear duas grandes e significativas contribuições da Psicanálise para a AD: primeiramente, o papel constitutivo do outro na formação do indivíduo (Eu especular passando a Eu social) e a clivagem da subjetividade pela linguagem (a função simbólica e o sujeito do inconsciente). Logo, o desejo do outro e a linguagem são constitutivos do sujeito, não mais tomado como individualidade, mas como categoria teórica e que só é apreensível pela sua inscrição no simbólico, marcadamente determinada pelo outro.

Neste sentido, entendemos que a Psicanálise contribui com a Análise do Discurso quando estuda a transição do “Eu especular” para o “Eu social”, no entendimento de o “Eu especular” representa a fase em que o indivíduo se reconhece no espelho e começa a desenvolver uma noção de identidade, enquanto o “Eu social” reflete a internalização das normas, valores e expectativas da sociedade. Associando à materialidade em análise: “Seu espaço privativo na lagoa”, o sentido está relacionado à construção da identidade dos potenciais compradores não apenas com base em suas próprias necessidades e desejos, mas também em resposta às expectativas sociais e influências externas, como a publicidade imobiliária. Nesse sentido, ser denominado “alto-padrão” traz à tona a memória de “vencer na vida” que caracteriza os que podem e compram; os que possuem “sucesso” financeiro.

Embora, neste gesto de análise, o discurso produza um sentido de idealização do condomínio, ele silencia sobre as desigualdades sociais subjacentes e os impactos ambientais da construção. Esses silêncios são significativos, pois apontam para as

realidades inconvenientes e complexas; são dizeres que apelam aos desejos e fantasias dos potenciais compradores, sem confrontarem as questões mais profundas relacionadas à questão da propriedade e ao desenvolvimento imobiliário. Os não-ditos neste discurso fazem-nos pensar sobre a omissão dos órgãos gestores públicos e os de defesa ambiental na privatização dos espaços da beira da lagoa.

A Análise do Discurso nos convida a ir além das aparências superficiais do texto, explorando as complexas relações entre linguagem e ideologia. Ela nos recorda que os discursos não são neutros e que as condições de produção de um determinado discurso são essenciais para o processo de análise de um funcionamento discursivo. De acordo com Orlandi (2015, p. 28),

as condições de produção do discurso compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação. Também a memória faz parte da produção do discurso. A maneira como a memória “aciona”, faz valer, as condições de produção é fundamental [...]. Podemos considerar as condições de produção em sentido estrito e temos as circunstâncias da enunciação: é o contexto imediato. E se as consideramos em sentido amplo, as condições de produção incluem o contexto sócio-histórico, ideológico.

É importante reconhecer que as condições de produção compreendem os sujeitos envolvidos na produção do discurso, bem como a situação na qual o discurso é produzido. No caso do mercado imobiliário em Alagoas, as posições-sujeito do discurso incluem não apenas os agentes imobiliários e publicitários, mas também os potenciais compradores e a própria comunidade local. Na Análise do Discurso, condição de produção trata-se da situação específica na qual o discurso é elaborado e posto em circulação; considerando fatores como o momento econômico, as tendências de mercado e as características geográficas e culturais da região.

Ao focarmos na região de Alagoas para análise do discurso imobiliário, é importante destacar que a região metropolitana da capital é conhecida como “Paraíso das Águas” e, não raro, exposta em jornais e propagandas dos governos locais a fim de evidenciarem suas belezas naturais. Turistas e moradores da região são convocados a se significarem quando se veem com os pés no “paraíso”, mesmo quando a estrutura física e oferta de serviços públicos não condizem com o que é veiculado.

O mercado imobiliário em Alagoas, para surpresa dos profissionais do ramo em 2020, apesar da pandemia, registrou um aumento significativo na venda dos imóveis com índice de 8,4% em relação ao ano anterior de 2019¹³. Recentemente, foi veiculado que atualmente, a região metropolitana de Maceió possui a maior alta do preço do metro quadrado no Brasil, ficando a mais cara da região nordeste com o valor em reais de 7.815,00 o m²¹⁴. Para conhecer e residir em tal espaço de grande potencial lucrativo, o comércio imobiliário se volta em direção aos que possuem maiores condições financeiras e elevado padrão de exigências, visto que a comissão a receber será bem maior do que a da comercialização de imóveis “padrões” ou sobre imóveis com pequena área construída localizados nos bairros mais periféricos.

Os condomínios fechados de “alto padrão” na Ilha de Santa Rita ocupam hoje, quase toda a via principal que liga Maceió à praia do Francês. Condomínios como Angatu, Laguna, Santé (duas unidades), Ilha Bela, Vista Lagoa, Saco da Pedra, Isla e outros ainda não lançados pelo mercado imobiliário são espaços imponentes que viabilizam fácil acesso ao espaço natural público da região aos seus clientes. Para a venda dos lotes desses espaços, a produção de sentidos no discurso imobiliário marca lugares que naturalizam posições dos sujeitos, ideologicamente, projetados a partir da noção de “cliente de “alto padrão”. Nesse sentido, interessa analisar como o discurso imobiliário cristaliza a crença de que espaços naturais podem e devem ser comprados por determinada classe social, o que nos leva a pensar na segmentação radical na sociedade capitalista no momento contemporâneo.

¹³ Matéria do Jornal Tribuna Hoje com o depoimento de Jubson Uchôa, presidente da Associação das Empresas do Mercado Imobiliário de Alagoas (Ademi-AL). Disponível no site: Mercado imobiliário em Alagoas cresce 8,4% na pandemia - TribunaHoje.com. Acesso em: 10 abril de 2024.

¹⁴ Disponível em: <https://www.jornaldealagoas.com.br/economia/2023/08/07/4516-maceio-e-a-capital-com-maior-alta-no-preco-do-metro-quadrado-no-brasil-nos-ultimos-12-meses>. Acesso em: 10 abr. 2024

4 “PARAÍSO” À VENDA: EFEITOS DE SENTIDO DO IDEÁRIO RELIGIOSO NA SOCIEDADE DO CAPITAL

Na perspectiva da Análise do Discurso, teoria e metodologia trabalham juntas em um “ir e vir” constante entre *corpus*, teoria e análise (Orlandi, 2015, p. 65). Desse modo, só podemos compreender o modo de significar do discurso imobiliário, pensando na rede de filiações de sentidos relacionadas à ideologia, que concebe dizeres comprometidos com a memória do discurso religioso, no qual o “Jardim do Éden” aciona os sentidos de paz, origem humana, tranquilidade, ausência de violência, harmonia entre os seres em uma aura bucólica. Traz a ideia de que todos os conflitos humanos são resolvidos diante de uma morada tranquila.

Pensar no tipo, subtipos e/ou variedades do discurso para a pesquisa (aqui, o discurso imobiliário) é importante, porém, de acordo com Orlandi (2015, p. 84), não deve fazer parte de suas “preocupações centrais”, pois o que caracteriza um discurso é seu funcionamento e não, o tipo.

Conforme Orlandi (2015, p. 84):

os tipos resultam eles mesmos de funcionamentos cristalizados que adquiriram uma visibilidade sob uma rubrica, uma etiqueta que resulta de fatores extradiscursivos, lógicos; psicológicos, sociológicos etc. O que interessa primordialmente ao analista são as propriedades internas ao processo discursivo: condições, remissão a formações discursivas, modos de funcionamento. Mas ele não o faz pela classificação a priori discurso político – mas pela observação de seu funcionamento. Discursos, a priori, não tidos como políticos, podem estar funcionando como tal.

Quando pensamos na caracterização do discurso imobiliário, devemos considerar que a sociedade é constituída, organizada e funciona, no conjunto de suas práticas, em sua materialidade, na perspectiva do discurso dominante, a exemplo do discurso autoritário, que não deve ser entendido por sua “forte carga ideológica”, mas sim por seu “funcionamento discursivo”, no qual os dizeres injuntivos estabelecem relações de exclusão e reforçam a diferença de classes na nossa sociedade (Orlandi, 2015, p. 87).

A reflexão sobre a relação do mercado imobiliário com o cliente – o sujeito ideal no capitalismo, o consumidor – traz à tona o monopólio de uma classe social sobre o espaço, excluindo os pobres da propriedade fundiária. Isso se dá porque a classe que detém a maior parte dos recursos fragmenta, ocupa e modela os espaços como lhes convém, acentuando a disparidade referentes aos benefícios para uma classe social em detrimento de outras (Harvey, 1980, p. 146-150).

Nesse sentido, é necessária uma reflexão de como o capital domina a organização do espaço, para que discussões sobre estruturação do espaço urbano e fragmentação desse espaço possam ser devidamente consideradas. Há um silêncio das regras para a construção do imóvel e são pouco evidenciados os valores paralelos às prestações fixas a serem pagas até a entrega do imóvel; além do valor condominial que, geralmente, não é fixado no ato da compra. Na concepção de Orlandi, compreender a noção de silêncio é saber que “[...] quanto mais falta, mais silêncio se instala, mais possibilidades de sentidos se apresenta” (Orlandi, 2015, p. 47).

Pêcheux afirma sobre a existência do jogo para dizer x e não y relacionado a uma força de evidência que articula os mecanismos da imaginação de base ideológica e à relação complexa do sujeito com a linguagem. Para Pêcheux (2012, p.56), “todo discurso é potencialmente um índice de agitação nas filiações sócio-históricas de identificação”. Dessas agitações, resulta que o discurso põe o sujeito no jogo de sentidos e o convoca a interpretar, quer seja o que está sob o efeito da literalidade ou sob o efeito de ilusão de que sabe o que se fala e que não há mais “coisas a saber” (Pêcheux, 2012, p. 34).

Sobre esse “efeito de ilusão”, citamos o exemplo do contrato de compra e venda do condomínio Ilha Bela que possui trinta páginas divididas em itens e cláusulas. Além das cláusulas comuns à maioria dos documentos que oficializam uma aquisição; encontramos neste contrato em estudo, cláusulas que podem frustrar futuros moradores desatentos sobre o “padrão” de construção e manutenção do lote que, realmente é bem alto; a exemplo a obrigatoriedade da área ser construída; a ausência de muros frontais e a proibição da residência de mais de um núcleo familiar em um mesmo imóvel.

Essas cláusulas contratuais podem, de fato, frustrar os compradores desatentos, visto que contratos e leis podem mascarar as relações de poder subjacentes, aumentando a desigualdade. Nesse caso, o contrato aparentemente protetor pode, na verdade, manter o *status quo* e favorecer os interesses dos construtores e proprietários, em detrimento dos moradores. Sobre essa questão, Marx e Engels afirmam que

Sendo o Estado, portanto, a forma pela qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns e na qual se resume toda a sociedade civil de uma época, conclui-se que todas as instituições comuns passam pela mediação do Estado e recebem uma forma política. Daí a ilusão de que a lei repousa na vontade, e, mais ainda, em uma vontade livre, destacada da sua base concreta (Marx; Engels, 2002, p. 74).

Para compreendermos a dominância do Estado no seu discurso de oficialização, faz-se necessário o entendimento do seu papel, historicamente constituído, de garantir e expandir as condições que regem o processo de reprodução social. De acordo com Silva (2014, p. 48-49), isto implica que através do Estado (e não somente a partir dele), o capital materializa as condições legais e administrativamente necessárias à perpetuação das contradições que o sustentam. Além disso, “o Estado não pode eliminar a contradição entre a função e a boa vontade da administração, de um lado, e os seus meios e possibilidades, de outro, sem eliminar a si mesmo, uma vez que repousa sobre essa contradição” (Marx, 2010, p.60).

Nesse contexto, as contradições decorrentes de antagonismos sociais requisitam o desenvolvimento de estratégias que simulem ser o Estado capaz de resolver os gargalos sociais gerados pelo capitalismo, como se o Estado existisse em separado. Nesta assertiva, associamos o funcionamento do discurso imobiliário como um dos “gargalos sociais” concebidos pelo capitalismo e o Estado posto em um espaço de “neutralidade”; porém sendo competente para suas mediações via discurso oficial. Apesar da inclusão da moradia como um direito social dos cidadãos, conforme a Emenda Constitucional nº 26/2000 da Constituição Federal de 1988, deparamo-nos com documentos que oficializam apropriação de áreas públicas para a ascensão do mercado imobiliário que afetam moradias antigas de moradores de uma região.

Com isso, surgem as inquietações sobre as concessões (sob as orientações dos Projetos de Edificações/Código de Obras de cada município) nas áreas litorâneas de Alagoas diante das visíveis explorações de espaços que deveriam ser preservados. Livres de qualquer empecilho, as imobiliárias vendem o “paraíso” e buscam na clientela de alto poder aquisitivo, seus potenciais compradores.

4.1 UM “PARAÍSO” PARA CHAMAR DE SEU: A DISCURSIVIZAÇÃO IMOBILIÁRIA E O IDEÁRIO RELIGIOSO

De acordo com o jornal Tribuna de Alagoas, em matéria publicada em 8 de setembro de 2023:

O mercado imobiliário alagoano tem se tornado, no mínimo nos últimos anos, num dos mais promissores e com maior crescimento no número de empreendimentos do Nordeste. Claro que esses investimentos surgiram na esteira das inúmeras atrações naturais, tanto no litoral como na região serrana que apresenta os melhores números. Os investimentos ganharam dimensão no Litoral Norte, encabeçados por Maragogi, o segundo maior polo imobiliário hoteleiro de Alagoas, mas que foi superado, nos últimos 5 anos, pelos municípios da Rota Ecológica, particularmente em São Miguel dos Milagres, praticamente em todas as praias e Porto de Pedras, especialmente na praia do Patacho. Com os empreendimentos na praia do Marceneiro, mais de 500 milhões estão sendo aplicados na região.

Esse crescimento do mercado imobiliário já era previsto quando, em 2022, a revista eletrônica Imóveis de Valor já afirmava que a capital alagoana liderava a valorização imobiliária no Nordeste e que desde 2019, a cidade registrava valorização de 30% nos preços dos imóveis para venda “a maior dentre as capitais nordestinas, conforme apurou o FlipeZAP”.

Face ao exposto, apresentamos a seguir uma postagem veiculada no Instagram:

Figura 9 — Postagem no Instagram da imobiliária Jarvis para divulgação e comercialização do empreendimento Bahay.



Fonte: Disponível em: https://www.instagram.com/p/Cqylp0rLttD/?img_index=1. Acesso em: 20 dez. 2023.

A imagem acima, publicada no dia 8 de abril de 2023, chama a atenção para o lançamento de um condomínio fechado de lotes de terrenos no povoado de Barra Nova que fica no litoral sul de Alagoas. O ano de 2023, em Alagoas, apresentou um cenário de crescentes construções de condomínios fechados no litoral alagoano. Esta imagem trata do espaço a ser comercializado no litoral sul e, assim, como os seus vizinhos similares, cooptam os compradores com discursos que tentam suavizar, sintetizando o processo que envolve a compra, a construção e a habitação permanente: “Localização que te trará muito requinte e praticidade”.

A partir disso, voltamos à imagem 9, considerando que as palavras e proposições possuem seus sentidos constituídos nas formações discursivas presentes em um discurso conforme Pêcheux (2014), no entendimento de que formação discursiva, como já dissemos, deve ser compreendida como aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada uma conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser

dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc.) (Pêcheux, 2014, p. 147).

No recorte discursivo a seguir, semelhante ao enunciado anterior, encontramos o “templo” que junto ao “paraíso” nos remetem à formação discursiva religiosa.

RD 5 – O EQUILÍBRIO PERFEITO ENTRE SER E VIVER [...] O Naluum é o seu templo na Praia do Marceneiro. Aqui você desfruta do equilíbrio perfeito entre o conforto do dia a dia e a sintonia com o meio ambiente.

Figura 10 - Postagem no Instagram da imobiliária Podium Engenharia para divulgação e comercialização do empreendimento Naluum na praia do Marceneiro que fica no litoral norte alagoano.



Fonte: Disponível em: https://www.instagram.com/p/CofU4LThwvf/?img_index=1. Acesso em: 10 ago. 2023.

Deparamo-nos, nessa materialidade significativa, com um discurso que aciona a uma memória para as reflexões atuais sobre o SER e o TER que protagonizam debates sobre a importância de valorização da nossa essência (nossa identidade; quem somos), considerando que a busca desenfreada pelo “ter” ocasiona níveis de ansiedades e até infelicidade. Os *coachings* estão presentes em variadas plataformas digitais e com a venda das suas mentorias e cursos tentam trabalhar essas questões nos indivíduos cada vez mais atarefados com a vida moderna. Porém, na imagem anterior, observamos o deslizamento do “TER” para o “VIVER”, apagando o sentido de posse como antagônico de SER sob o funcionamento da ideologia capitalista que está profundamente ligada à noção de posse e acumulação de bens materiais, dos quais dificilmente o “marceneiro” poderá usufruir, exceto no emprego da sua força de trabalho, no período da construção dos imóveis, tendo em vista que a praia não é sua.

Nesse sentido, trata-se de um discurso filiado à formação ideológica capitalista, que ao silenciar o “ter” para propor o antagonismo ao “ser”, põe o “viver” no sentido de harmonia, numa dualidade coerente para uma habitação perfeita, para uma dada classe social. Além disso, nesse RD, percebemos o silêncio como “ponto de fuga” para onde vão outros sentidos na dinâmica de multiplicação de outros sentidos, fazendo com que um objeto simbólico signifique indefinidamente (Orlandi, 2007, p.155).

É possível identificar também o funcionamento da formação imaginária neste recorte discursivo, pois há uma projeção de uma perfeição de moradia intramuros na qual é possível a pessoa SER ela mesma, em sua identidade social, e assim VIVER com maior qualidade. É relevante enfatizar que “o silêncio é a condição de possibilidade de o dizer vir a ser outro.” e neste o “sentido ecoa no sujeito” (Orlandi, 2007, p.154). No silenciamento de outros verbos, o enunciado realça o SER e o VIVER como representações do homem (ser) e do viver (natureza) em uma ideia de perfeição, ignorando, na materialidade, o TER como essencial para o alcance do benefício de morar em um condomínio fechado de “alto padrão” a beira mar na sociedade em que vivemos.

De acordo com Orlandi (2007, p. 31), “[...] podemos dizer que o silêncio é que é “figura”, já que é fundante. Estruturante, pelo avesso. Constitutivo em primeira e

múltiplas instâncias, ele tem primazia sobre as palavras”. Dessa forma, a imagem nos faz pensar sobre as estratégias comerciais das imobiliárias com a promessa de bem-estar em moradias alcançadas apenas por parte da população. Viver mal e em desequilíbrio seriam então, reservados ao que não podem SER e nem VIVER pela ausência do TER?

Para Hara e Pochapski (2021, p.148):

[...] O condomínio reúne elementos que o mercado imobiliário chama atualmente de “amenidades”. O campo de golfe, as áreas florestais, os lagos artificiais, os charmosos centrinhos inspirados em Carmel ou Hamptons, com galerias de arte, alta gastronomia, lojinhas de grifes internacionais... Todos esses espaços e serviços funcionam como dispositivos de imersão; e provocam uma espécie de anestesia-mento dos sentidos. Anestesia no sentido original grego: an (ausência/privação), aístheia (sensação/percepção). Ausência de sensação do outro, privação da percepção do diferente. [...] É fácil abandonar as pessoas que não são sentidas, percebidas, que, no fundo, inexistem.

Desse modo, quando lemos que o condomínio Naluum é “O equilíbrio perfeito entre o ser e o viver”, surge a questão: há, portanto, moradas que apresentam desequilíbrio entre o ser e o viver e apenas os que são de “alto padrão” podem conseguir essa ordem que está à venda? Indagação esta que nos mostra o funcionamento do silêncio pela contradição do mesmo e o diferente, mostrando o movimento do contraditório (Orlandi, 2007, p. 17). Em outra postagem da Podium Engenharia, lemos:

RD 6 - SUA MORADA DOS SONHOS ESTÁ EM MILAGRES E A PODIUM TEM A CHAVE

Figura 11 - Postagem da Podium Engenharia no Instagram para a comercialização de um empreendimento a ser lançado em São Miguel dos Milagres no litoral norte alagoano.



Fonte: Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CnXA4kGrzwR/>. Acesso em 15 dez. 2023.

Trata-se de uma propaganda de uma imobiliária que tem por objetivo vender imóveis no município de São Miguel dos Milagres, no litoral norte alagoano, conhecido pelas praias, pela vida simples de um vilarejo de pescadores e pela presença frequente de pessoas famosas do Brasil e do exterior, o que tem feito acelerar o crescimento turístico e a especulação imobiliária na região.

A imobiliária possui como *slogan* de chamada na *bio* do seu perfil no Instagram “Vem com quem mais entende de Milagres” e define o seu nicho “Empreendimentos de “alto padrão”, o que produz o efeito de sentido da seguinte advertência: “Nosso produto é direcionado a um público certo, o de “alto padrão”; ou seja, “Milagres” não é para todos, só para alguns.

O sentido de “Milagres” do nome do município, retomado no enunciado, permite um gesto de leitura que aponta para algo divinal e de difícil alcance; porém, no deslizamento de sentido do nome do município para os feitos divinos, compreendemos que há um intermediador que possui as chaves do paraíso: a própria imobiliária, que ocupa a posição de São Pedro, com as chaves do céu, conforme crença do catolicismo romano.

Todavia, com base em Pêcheux, Orlandi (1996, p.21) afirma que

Desse modo, dirá Pêcheux, uma palavra, uma proposição não tem um sentido que lhes é próprio, preso à sua literalidade e nem sentidos deriváveis a partir dessa literalidade. O sentido é sempre uma palavra, uma proposição por outra e essa sobreposição. Essa transferência (“meta-phora”) pela qual elementos significantes passam a se confrontar, de modo que se revestem de um sentido, não poderia ser predeterminada por propriedades (intrínsecas, eu diria) da língua. [...] Ora, os sentidos só existem nas relações de metáforas das quais certa formação discursiva vem a ser o lugar mais ou menos provisório: as palavras, expressões, proposições recebem seus sentidos das formações discursivas nas quais se inscrevem. A formação discursiva se constitui na relação com o interdiscurso (memória do dizer), representando no dizer as formações ideológicas. Ou seja, o lugar do sentido, lugar da metáfora, é função da interpretação, espaço da ideologia.

Diante dessa noção de efeito metafórico, é possível pensar o deslizamento, na AD, como próprio da ordem do simbólico, considerando a língua “[...] como sistema sintático intrinsecamente passível de jogo e a discursividade como a inscrição de efeitos linguísticos materiais na história” (Pêcheux, 1980 apud Orlandi, 1993, p. 81). Esta noção de efeito metafórico, elaborada por Pêcheux em seu projeto inicial, AAD69, é compreendida como:

[...] a série das superfícies discursivas [...] constitui um vestígio do processo de produção do discurso, isto é, da “estrutura profunda” comum. Nosso empreendimento consiste, pois, em remontar desses “efeitos de superfície” à estrutura invisível que os determina (Pêcheux, 1993, p. 94).

É, portanto nesse movimento, que o sujeito se realiza discursivamente, assujeitado ao simbólico na história, o que nos leva a pensar nas diferentes possibilidades de formulação dos enunciados e como este sujeito se inscreve na relação do já-dito e o que está sendo dito, ou seja, entre o interdiscurso e o intradiscurso, entendido como constituição do sentido e sua formulação.

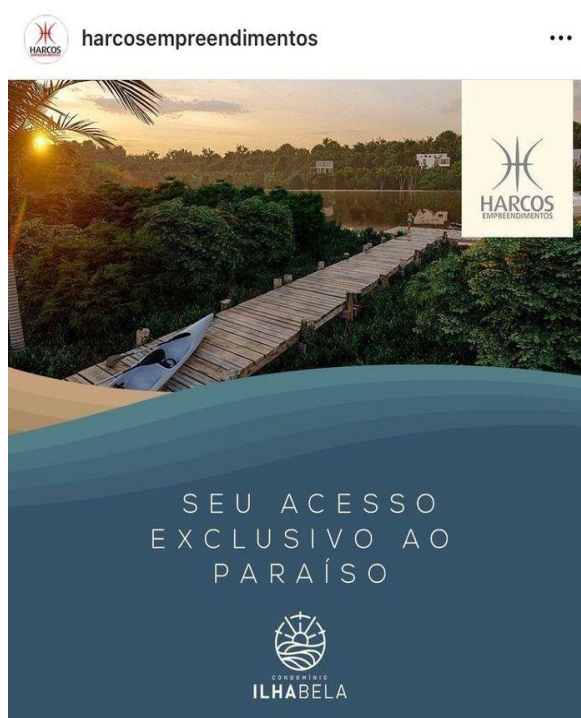
Vemos também, na formulação do discurso, a imagem de uma igreja, o que reforça a formação discursiva religiosa, numa tentativa de abrandar a cooptação comercial, oferecendo a imagem de santuário residencial no qual “Milagres”, “igreja”, “paraíso” e “fé” comporão o cenário de moradia para os interessados. Porém, não é

qualquer pessoa que pode comprar a chave que a Podium tem, em se tratando da posse do referido empreendimento.

Não muito diferente dos sentidos já apontados, na postagem a seguir, lemos um enunciado que na junção da imagem de uma ponte e do dizer “seu acesso exclusivo ao paraíso” apontam também para a formação discursiva religiosa.

RD 7 – SEU ACESSO EXCLUSIVO AO PARAÍSO

Figura 12 — Postagem da Harcos Empreendimentos no instagram para a comercialização do condomínio Ilha Bela.



Fonte: Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CcGVAqfP4ri/>. Acesso em: 21 mar. 2023.

Identificamos aqui o efeito do esquecimento nº 2, que corresponde à ilusão da realidade do pensamento, isto é, a ilusão do sujeito de que a escolha consciente de determinadas palavras conseguirá comunicar o que ele pensa. Porém, as formulações não ditas são constitutivas do dizer e se caracterizam como sentidos possíveis mesmo que não desejáveis.

4.2 EFEITOS DE SENTIDO DO VIVER NO “PARAÍSO”

Nesta análise, consideramos que a promessa de um acesso exclusivo para a lagoa silencia o “público”, formulando um dizer que aponta para a apropriação de uma parte de um todo que é público, visto que nenhum morador da região terá o conforto de usufruir daqueles m² específicos da beira da lagoa. Pensar nisso já implica em um sinal de alerta para a quantidade de pequenos, médios e grandes espaços naturais que não podem ter edificações, mas que acabam se tornando acesso para os condôminos de “alto padrão”, para além do que os interesses que sustentam o empreendimento se sobrepõem à área de preservação, razão pela qual a ponte passa por cima do mangue.

Trata-se de uma questão que evidencia a desigualdade social a partir da concepção de que os “condomínios fechados” são beneficiados pelos serviços públicos de coleta de lixo e iluminação pública, ao passo que proíbem ou dificultam o acesso do público externo às áreas públicas que circundam tais condomínios, minimizando só aí a importância da coletividade. Quando associamos a prática vivenciada nos condomínios fechados de “alto padrão” em Alagoas com os objetivos da Política Nacional de Mobilidade Urbana, pensamos no impacto trazido ao desenho das cidades quando tais condomínios, principalmente os maiores, impedem o fluxo de transeuntes e transportes, obrigando-os a fazerem extensos retornos.

É importante registrar que os objetivos da Política Nacional de Mobilidade Urbana (art. 7º) são:

- I- Reduzir as desigualdades e promover a inclusão social; promover o acesso aos serviços básicos e equipamentos sociais;
- II- Proporcionar melhoria nas condições urbanas da população no que se refere à acessibilidade e à mobilidade;
- III- Promover o desenvolvimento sustentável com a mitigação dos custos ambientais e socioeconômicos dos deslocamentos de pessoas e cargas nas cidades; e
- IV- Consolidar a gestão democrática como instrumento e garantia da construção contínua do aprimoramento da mobilidade urbana (Brasil, 2012, n. p.).

Atentemos para o item IV que nos mostra a dissonância da realidade das construções de grandes condomínios em áreas de preservação ambiental ou muito próximas às praias e lagoas. Sabemos que para a construção de imóveis em áreas de preservação, há normas específicas a serem atendidas para que haja liberação por parte do poder público e, que se não houver o cumprimento dessas exigências, multas e embargos devem ser colocados em prática.

Segue um registro para exemplificar o que estamos falando nesta última análise sobre a dificuldade da mobilidade urbana em determinadas situações:

Figura 13 - Matéria do site do jornal Tribuna Hoje que denuncia a construção de um condomínio na Barra Nova no litoral sul alagoano.



Responsáveis teriam invadido uma área de mangue, comprometendo a subsistência da APA de Santa Rita no Litoral Sul de Alagoas - Foto: Edilson Omena

Fonte: Disponível em: <https://tribunahoje.com/noticias/cidades/2024/02/10/133621-video-movimento-pede-embargo-do-loteamento-saco-da-pedra-em-marechal-deodoro>. Acesso em: 14 mar. 2024.

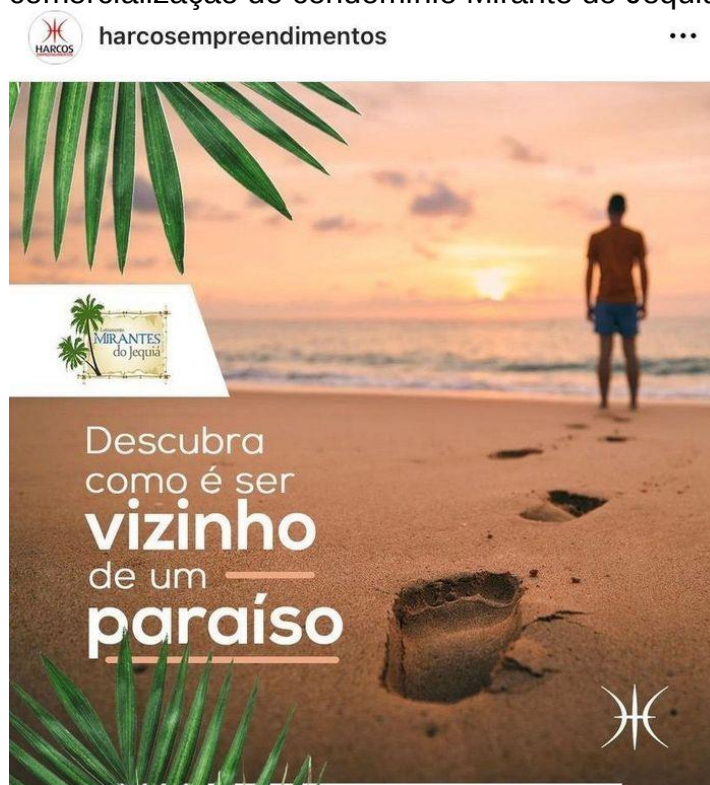
Nesta imagem, identificamos nitidamente o desvio que precisará ser dado por um pedestre para ter acesso à parte movimentada da Praia do Saco no litoral sul de Alagoas, o que ignora as necessidades dos moradores locais. Por sua vez, o dizer

“Responsáveis teriam invadido uma área de mangue...” consiste em um ato de resistência que contesta uma realidade imposta pelos “responsáveis” pela invasão a “uma área de mangue”.

Vejamos agora, nos três recortes discursivos que seguem (RD 8-10), o funcionamento do dizer “paraíso” em diferentes formulações:

RD 8 – Descubra como é ser **vizinho** de um **paraíso**

Figura 14 - Postagem da Harcos Empreendimentos no Instagram para a comercialização do condomínio Mirante do Jequiá



Fonte: Disponível em: https://www.instagram.com/p/ChuJRJgLz_o/. Acesso em: 08 dez. 2023.

No RD acima, há dizeres que apontam para a formação discursiva religiosa e trazem uma atualização da memória discursiva do jardim do Éden, morada totalmente criada por Deus, conforme a crença judaico-cristã. Nota-se que nesse RD, o sujeito discursivo é convocado a assumir uma posição específica em relação ao tema do paraíso: a do próprio “Deus”. A estrutura imperativa da frase implica em uma relação de poder, na qual o cliente é direcionado a realizar, não apenas uma ação: a de “descobrir”, mas também a de “comprar” que está silenciada. O cliente não conseguirá

descobrir “como é ser **vizinho** de um **paraíso**” sem ter a posse e, para isso, precisa ter condições financeiras e adequar-se a todas as exigências do criador (“Deus”/mercado imobiliário).

Para Orlandi (2007, p.28):

[...] o que se pode dizer é que o que funciona na religião é a onipotência do silêncio divino. Mais particularmente, isso quer dizer que, na ordem do discurso religioso, Deus é o lugar da onipotência do silêncio. E o homem precisa desse lugar, desse silêncio, para colocar uma sua fala específica: a de sua espiritualidade.

Nesses dizeres, a dinâmica capitalista funciona em resposta às perguntas subentendida (como descobrir ou que é preciso fazer para descobrir?), momento em que a compra comparece como condição, na qual o lucro do vendedor constitui o foco primordial, valendo-se da necessidade social do consumo de “alto padrão”. Conforme Gallo (2019 p.197), na forma-histórica contemporânea “[...] o que importa é o consumo, e inclui-se aí o consumo de ideias, o consumo de valores, o consumo de modos de vida, o consumo de tudo. Nesse sentido, tudo vira mercadoria, inclusive o sujeito”.

Considerando a noção de “imbricação material”, que implica ser a materialidade discursiva, resultado do imbricamento de duas materialidades: “a materialidade histórica e a materialidade significante” (Lagazzi, 2011, p. 401), entendemos que “os critérios de normatização dos discursos que se formulam e que circulam nos espaços informatizados são resultantes da imbricação entre materialidades [...]” (Gallo, 2019, p. 193) e, dessa forma, escrita, voz, imagem podem estar imbricadas na materialidade digital como podemos ver no RD em análise.

Ainda na imagem (Figura 14), observamos marcas de pegadas profundas que permitem o sentido de se “fincar” na terra, explorando um território “conquistado”. Isso nos leva a pensar em uma formação imaginária de que ao ser possuidor da terra, o sujeito cliente poderá contemplar o sol que, no nosso gesto de leitura, mobiliza a memória do “conquistador” face ao sol que desponta no horizonte da prosperidade, razão pela qual adquirir um lote constitui um privilégio de ficar mais perto de Deus (“vizinho de um paraíso”). Porém não são todos que poderão usufruir desse

“privilégio”, uma vez que se trata de um empreendimento de luxo destinado aos “clientes de “alto padrão”, posição-sujeito que, sob o processo da interpelação, é o sujeito consumidor que, na forma-sujeito histórica, identifica-se com a formação discursiva que o domina.

Por sua vez, no RD 9 (Figura 15), deparamo-nos com mais uma tentativa de atrair clientes a partir da imagem de um lugar idílico, porém com a contradição observada no “particular” que traz à tona os conflitos entre o público e o privado, visto que o povoado da ilha de Santa Rita é repleto de belezas naturais, até então, acessível a todos os que se interessava em visitar.

RD 9 – Um paraíso particular na ilha de Santa Rita

Figura 15 - Postagem da Harcos Empreendimentos no Instagram para a comercialização do condomínio Ilha Bela



Fonte: Disponível em https://www.instagram.com/p/CXtVgb5D_Os/. Acesso em: 21 mar. 2023.

No RD 9, a posição-sujeito cliente é interpelada a associar a noção de paraíso a um lugar particular e específico: a Ilha de Santa Rita. O emprego lexical de “paraíso” evoca o sentido de lugar ideal, perfeito, sugerindo um espaço que permite grande prazer, felicidade e beleza, construindo uma imagem idealizada que atrai o sujeito. Nesse sentido, na frase nominal “Um paraíso particular na Ilha de Santa Rita”, todo o enunciado adjetiva a imagem do condomínio sem qualquer identificação nominal desta vez. Assim, há um reforço da ideia de exclusividade e intimidade, possibilitando a compreensão de que o lugar referenciado é especial e, por ser particular, é pouco acessível. Essa noção de exclusividade desperta o desejo no sujeito cliente de “alto padrão”, enquanto possibilidade de fazer parte de um grupo privilegiado que tem acesso a um paraíso particular.

Para Caldeira (2003, p. 64),

[...] a moradia e o status social são obviamente associados e em várias sociedades a residência é uma forma de as pessoas se afirmarem publicamente. Em consequência, a construção ou aquisição de uma casa é um dos projetos mais importantes que as pessoas irão realizar. A casa faz declarações tanto públicas quanto pessoais, já que relaciona o público e o doméstico. Ao criar uma casa, as pessoas tanto descobrem e criam sua posição social **quanto moldam seu mundo interior** (grifo nosso).

Lacan considera o desejo como uma força fundamental na formação do sujeito. Para ele, o desejo não é simplesmente um querer forte, mas é algo estruturado pela falta e que buscamos incessantemente de forma contínua. De acordo com Dor (1989, p. 114),

o sujeito, na verdade de seu desejo, está, portanto, oculto de si mesmo pela dimensão da linguagem. Inversamente, quanto ao desejo do sujeito, isso fala dele em seu discurso, sem que ele o saiba. Neste sentido, o desejo aparece como estritamente coextensivo ao registro do inconsciente. O sujeito, na verdade de seu desejo, pode, portanto, ser colocado como sujeito do inconsciente. O “isso fala dele” que designa o sujeito do inconsciente constitui esse algo de que estamos irredutivelmente separados, por não estarmos senão representados na linguagem. Correlativamente, o sujeito falante articula constantemente algo de seu desejo no “desfile da palavra”.

O “isso fala dele” mencionado na citação anterior se refere ao sujeito do inconsciente, onde o “isso” é o desejo¹⁵, e se manifesta no discurso do sujeito, mesmo que o próprio sujeito não possua consciência disso. Dessa forma, nessa concepção lacaniana, o sujeito é irredutivelmente separado de si mesmo pela dimensão da linguagem; é o sujeito clivado; descentrado.

Ao analisarmos esse RD quanto à noção do silêncio, precisamos estabelecer a distinção de implícito, pois são diferentes quantos aos seus pressupostos teóricos; “[...] o não-dito remete ao dito; ele se mantém como tal; ele permanece silêncio e significa” (Orlandi, 207, p.66). Estamos diante de um funcionamento discursivo que ao assegurar que o empreendimento é um “paraíso particular” produz um efeito de sentido de “privatização” de um espaço (“paraíso”) celestial, destoando da afirmativa bíblica para um ladrão: “Em verdade te digo que hoje estarás comigo no **Paraíso**.”¹⁶

Ao dizer, o sujeito do discurso assume uma posição de classe, um lugar social mesmo de modo inconsciente e nesse jogo ideológico, os sentidos são produzidos. O movimento desse sujeito, na sociedade de classes, acontece de forma tensa na relação as redes de identificação ideológica e que para Indursky (2008, p. 22), essa dinâmica tensa que faz o sujeito romper com sua identificação ideológica pode se realizar por duas maneiras: pela desidentificação ou pela contra-identificação. Para Indursky (idem):

A desidentificação está na origem dos novos sentidos que até então não eram possíveis de serem pensados. [...] A diferença que a desidentificação instaura é da ordem do antagonismo e os sentidos que dela derivam não podem mais ter por sede o mesmo domínio [...]. Os novos sentidos que resultam desta deriva determinam o surgimento de um novo domínio de saber, organizados por uma nova forma-sujeito. Trata-se do surgimento de um novo sujeito-histórico.

A diferença essencial, portanto, desses dois conceitos sobre a constituição do sujeito do discurso reside na ruptura total ou não com a forma-sujeito dominante e

¹⁵ Lacan e seus estudos sobre o inconsciente, com releituras de Freud, são extremamente importantes para a compreensão da constituição do sujeito do discurso. Pêcheux desenvolveu, a partir das concepções teóricas lacanianas a ideia do sujeito, não só interpelado pela ideologia, mas também o do desejo inconsciente.

¹⁶ Afirmção de Jesus Cristo a um ladrão na cruz. A passagem está contida no livro do evangelho de Lucas, capítulo 23 da Bíblia *online* disponível em: <https://www.bible.com>. Acesso em: 02 maio 2024.

com uma determinada formação discursiva. No processo de desidentificação, a tensão é de forma antagônica à formação discursiva e com a contra-identificação surgem tensões entre as posições-sujeito, surgindo novos saberes no interior de uma mesma formação discursiva. Desse modo,

os sujeitos do discurso são constituídos num movimento dialético entre a atualidade de um acontecimento histórico e a memória, um jogo do novo com o velho, do estabilizado com o instável, do dito com o não-dito, do grito com o silêncio, do possível com o impossível. Os lugares sociais e ideológicos são a todo momento agitados pela luta de classes, produzindo outros lugares que ressignificam sentidos, simulam o velho no novo, ou ao contrário, incitam rupturas/derivas em direção a novos e radicais sentidos, antes impensáveis de ser pronunciáveis ou compreendidos (Oliveira, 2017, p. 106).

A formulação desse RD, portanto, marca a presença de um sujeito posicionado ideologicamente na classe dominante e que, no uso do seu “poder”, garante a perfeição de uma habitação a quem se adequar ao padrão de merecedor desse “céu”. Na Figura 16, o sujeito se inscreve, assim como no RD da figura 15, em uma formação discursiva religiosa com a referência ao “paraíso”, porém ao utilizar o sintagma “pertinho” aponta para o sentido de que a natureza é o paraíso e o condomínio fica bem próximo.

RD 10 - “Sua casa pertinho do paraíso”

Figura 16 - Postagem da Harcos Empreendimentos no Instagram para a comercialização do condomínio Mirantes de Jequiá



Fonte: Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CgUFHaTLF8I/>. Acesso em: 12 fev. 2023.

Abre-se a possibilidade de distinção entre os que “moram longe do paraíso” e outros que podem “morar pertinho do paraíso”, apontando o sentido de dualidade, diferença, contraste. Na concepção da Análise do Discurso, sujeito e sentido não são transparentes e não se concebe a constituição do sujeito discursivo sem considerar a ideologia, pondo em questão o efeito de obviedade. Na imediatez do dizer, a expressão “pertinho do paraíso” direciona para a compreensão de algo positivo e perfeito, porém, ao silenciar os que moram distante, aponta-se o jogo de poder e da separação de classes.

Nessa noção perspectiva, Orlandi (2015, p. 53) afirma que

[...] o sentido é sempre produzido de um lugar, a partir de uma posição do sujeito – ao dizer, ele estará necessariamente, não dizendo “outros” sentidos. Isso produz um recorte necessário no sentido. Dizer e silenciar andam juntos. Há, pois uma declinação política da significação que resulta no silenciamento como forma não de calar, mas de fazer dizer “uma” coisa, para não deixar dizer “outras”. Ou seja, o silêncio recorta o dizer. Essa é a sua dimensão política.

Nos três RDs anteriores (RD 8-10), notamos, portanto, a identificação do sujeito discursivo à formação discursiva também religiosa e sua inscrição em uma posição de classe, que indica o poder aquisitivo burguês, silenciando os que não podem, economicamente, fazer comprar “Sua casa pertinho do paraíso”. Isso corrobora a afirmação de que

a circularidade de discursos na sociedade propicia, pois, a manutenção ou alteração de regras sociais determinadoras das relações de dominação, que somente podem ser detectadas no empreendimento da descoberta de sentidos silenciados ou obscurecidos no dizer (Florêncio et al., 2009, p. 66).

Sabendo que o empreendimento está situado em uma área em crescimento turístico devido ao encontro do rio e do mar, embora não tão próximo da água, ou seja, sem ser “pé na areia” (Figuras 14 e 19), os enunciados dos RDs nos fazem pensar sobre o esquecimento nº 2, que provoca no sujeito a ilusão de que controla as palavras ao optar por determinada palavra e não outra. Essa ilusão de autonomia do sujeito discursivo o leva a recorrer a paráfrases pela necessidade de se fazer melhor entender.

Continuando nessa reflexão, lembramos, por exemplo, que o RD 8 traz os dizeres “descubra” e “vizinho”, acionando uma memória de intimidade entre habitações próximas, buscando produzir a sensação de proteção e segurança. Nota-se também um suposto interesse em compartilhar conhecimentos para que outras pessoas se beneficiem dessa vizinhança.

Nesse sentido, há uma relação do sujeito com o silêncio para não incorrer no excesso do dizer, ao apagar os requisitos necessários para morar vizinho ao paraíso, tendo em conta que “algo é dito para que não seja dito o indesejável, o não permitido, porque há sentidos que, se não evitados podem trazer à tona sentidos que apontam para uma formação discursiva que precisa ser excluída” (Florêncio et al., 2009, p. 84).

Por sua vez, buscamos verificar o funcionamento do discurso imobiliário em outros espaços digitais, razão pela qual chegamos à OLX, uma página de classificado online, na qual a negociação entre partes interessadas acontece de forma mais rápida e com um bom alcance de visualizações para o anúncio. Nessa página, o anunciante possui a possibilidade de colocar em destaque e com isso, seu anúncio pode ficar no topo da página conforme o plano adquirido, considerando que quanto mais dias o anúncio estiver no topo, mais caro será o valor pago.

Recortamos de um anúncio do OLX, o que apresentamos no RD a seguir, na qual o condomínio Zamá é descrito:

RD 11 – Sobrados de “**alto padrão**” à venda [...] um condomínio localizado em um mirante com vista permanente para o mar do Litoral Norte, um dos mais belos e valorizados de Alagoas.

Figura 17 - Postagem no OLX de comercialização do condomínio de chalés Zamá.

Código do anúncio: ZAMA

Vende-se sobrado em Condomínio Fechado de Três suítes plenas

Zamá - Sobrados de alto padrão à venda, com 3 suítes, piscina e vista permanente da praia do Marceneiro na Rota Ecológica de Milagres/AL

Rota de Milagres - Passo de Camaragibe/AL

Descrição do imóvel

ZAMÁ, SEU LUGAR NO SOL NASCENTE!

Zamá, um condomínio localizado em um mirante com vista permanente para o mar do Litoral Norte, um dos mais belos e valorizados de Alagoas.

Um lugar para curtir a família, chamar os amigos e aproveitar cada segundo com conforto, segurança e total integração com a natureza. Um lugar onde o sol é o seu melhor anfitrião.

A CONSTRUTORA ESPECIALISTA EM MILAGRES, VAI TE SURPREENDER DE NOVO.

Fonte: Disponível em: https://al.olx.com.br/alagoas/imoveis/vende-se-sobrado-em-condominio-fechado-de-tres-suites-plenas-996115469?lis=listing_1001. Acesso em: 3 abr. 2024.

A predicação dos sobrados (“alto padrão”) antecede a descrição da localização do condomínio de casas Zamá, situado no litoral norte de Alagoas, na Rota de Milagres, estando localizado na praia de Marceneiro (RD 5), região de grande crescimento imobiliário e turístico. No RD 11, podemos ler, sinestesicamente, uma descrição que direciona para a imagem de um clima de tranquilidade e de beleza, cristalizando os sentidos de que uma moradia perfeita é aquela onde a natureza, a vista e a calmaria se fazem presentes.

Ao explicar o processo discursivo, Pêcheux (2014, p. 240) afirma ser este um sistema de relações de substituição, paráfrases, sinonímias, etc. que funcionam entre elementos linguísticos – “significantes” – em uma formação discursiva dada e, portanto, “[...] as palavras, expressões e proposições recebem seus sentidos da

formação discursiva a qual pertencem” (Idem, ibidem). Por esta razão, ao analisarmos discursivamente, observamos a relação da ideologia com esse sistema de relações, produzindo sentidos por sujeitos inscritos em diferentes formações discursivas (Orlandi, 2016, p. 136).

Nesta concepção, quando é enunciado que o condomínio possui “vista permanente para o mar”, dá-se uma garantia de permanência que, na verdade, não se tem. Ao utilizar o adjetivo “permanente”, ficam silenciados, na proposição, a possibilidade de desastres ambientais (como o avanço do mar e o desmoronamento de costeiras), assim como a possibilidade de construções modernas que possam obstruir, pelo menos, uma parte da linda “vista”. Desse modo, é importante analisar como o sujeito do discurso, pelo efeito da formação ideológica dominante, oferta o que não pode ser ofertado de forma permanente, movido pela necessidade imediata do lucro. Neste dizer, em um gesto de leitura, é acionada a memória de “permanente/eterno/para sempre”, nos ares de uma vida eterna em um paraíso à venda.

Esse funcionamento do religioso “[...] concretiza o inexistente, produz-se o visível, o sensível, o audível, na invisibilidade. [...] Gestos de interpretação tateantes, na busca de algo que só faz sentido “do outro lado” da vida. (Orlandi, 2017, p. 55). Desse modo, esta formação discursiva, a do discurso religioso, constitui um lugar privilegiado para a produção dos efeitos performativos que é quando o dizer equivale ao fazer (Orlandi, 2017, p. 58).

Tem-se, então, dois polos da sociedade capitalista, na luta ideológica da luta de classes sociais e

não há sob o domínio do capital apenas uma posição-sujeito, uma forma-sujeito e um sentido possível, pois numa luta há (no limite) dois interesses em conflito. O realizado do sujeito do capital é a transformação do homem em mercadoria, é a desrealização do homem e a realização do capital, é a desumanização do homem e a humanização das coisas. Com isso, há um outro horizonte social, político e ideológico radicalmente contrário nessa luta de classes, que por sua própria natureza de explorado, necessita em si, e para si, tornar-se consciente dessa desumanização, agindo contra essa exploração. O alhures, o silenciado grita/arde em todos os recantos/lugares do mundo, desloca/desliza/deriva práticas/sentidos

para outros lugares, outros dizeres, novos sentidos em que não faça sentido viver sob a exploração (Moreira, 2017, p.115).

Dessa maneira, pensamos naqueles que resistem a toda essa desumanização/opressão e, tomando posição, agem/resistem. Um exemplo atual de resistência às invasões e privatizações das praias brasileiras é a denúncia, nas redes sociais, sobre a audiência pública, realizada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para discutir a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) 3/2022, que favorece a criação de praias privadas diante da permissão de transferência dos (chamados) terrenos da marinha¹⁷, mediante pagamento de ocupante particulares e gratuitamente quando ocupadas por estados ou municípios¹⁸.

Em 26 de maio de 2024, no perfil Folha de Alagoas, na postagem do Instagram perguntavam “E se, de repente, você fosse proibido de entrar na praia? É isso aí...barrado. De um dia para outro, a praia deixasse de ser pública e só tivesse acesso quem paga. Loucura né? Absurdo.”.

Essa revolta e ação de resistência ganhou força diante da divulgação da construção de um “Caribe Brasileiro” pela incorporadora Due, em parceria com o jogador de futebol Neymar, que pretendem instalar imóveis de “alto padrão”, ocupando 100 km do litoral nordestino¹⁹, o que dará um faturamento de até R\$ 7,5 bilhões ao jogador. O projeto garante “acesso exclusivo à praia” dentre outras vantagens. Para os ambientalistas envolvidos na defesa dos espaços públicos, o empreendimento criará praias privadas e trará riscos à biodiversidade, visto que todos os terrenos ficam nas praias, nas margens dos rios e lagoas e nos espaços que contornam as ilhas com águas ligadas aos mares.²⁰

¹⁷ A discussão é sobre a retirada do inciso VII do artigo 20 da Constituição e permitir a transferência dos terrenos de propriedade da União de forma gratuita aos estados e municípios, “inclusive as destinadas à utilização por concessionárias e permissionárias de serviços públicos”. Disponível no site Diário do Nordeste.

¹⁸ O relator da matéria é Flávio Bolsonaro (PL-RJ) que justificou: “não nos parece justo que o cidadão diligente, de boa-fé, que adquiriu imóvel devidamente registrado e, por vezes, localizado a algumas ruas de distância do mar, perca sua propriedade após vários anos em razão de um processo lento de demarcação.”. Informação disponível em: https://www.instagram.com/p/C7eTb9NuemR/?img_index=1. Acesso em 27 de maio de 2024.

¹⁹ Região entre os litorais sul de Pernambuco e norte de Alagoas.

²⁰ Reportagem disponível no site Diário do Nordeste.

É na ousadia de revoltar-se que o sujeito discursivo, interpelado ideologicamente, identifica-se, contra identifica-se ou se desidentifica, aliando-se a um dos polos na arena da luta de classes. Na figura 18, observamos mais uma vez a relação entre as palavras e o silêncio, em um discurso que produz sentidos na articulação com o político.

RD 12 – O seu resort a beira mar da Praia do Patacho!

Figura 18 - Postagem no OLX para comercialização do loteamento Patacho Eco Residence

Código do anúncio: 10RN8U

O seu resort a beira mar da Praia do Patacho! O Patacho Eco é um sucesso de vendas, loteamento de alto padrão EXCLUSIVO com apenas 205 lotes e agora restam apenas 3!!

Patacho Eco Residence é um Loteamento exclusivo na beira mar da Praia do Patacho. São apenas 205 lotes. O único beira mar da Praia do Patacho pronto para construir, próximo as melhores Pousadas do nosso país de acordo com o Booking.com. São mais de 20 itens de lazer, bar de praia a beira mar, quadra de tênis, praças, piscinas a beira mar, tudo com um alto padrão de construção e o selo de qualidade da Vale Empreendimentos.

Não perca mais tempo fale agora conosco e agende sua visita!

Fonte: Disponível em: https://al.olx.com.br/alagoas/terrenos/lote-com-area-de-lazer-a-beira-mar-do-patacho-em-porto-de-pedras-al-1270439601?lis=listing_no_category. Acesso em: 23 fev. 2024.

Na formulação “seu resort”, observamos a constituição da forma-sujeito histórica e do seu modo de individuação pelo Estado que, sob o prisma do capitalismo, produz uma sociedade cada vez mais individualista, reforçando a dominância do “eu”,

“meu”, “seu”, “seu resort”. Mesmo sabendo que em um condomínio a morada é coletiva, trata-se de imóveis situados em um mesmo espaço geográfico delimitado por muros, razão pela qual o “seu resort” separa o sujeito cliente de alto-padrão dos que estão à margem (fora do muro) que, conforme explicação de Orlandi (2017, p. 135), “para o sujeito que vive em um espaço de segregação, estar ‘fora’ da formação social significa marginalização”.

De fato, “exclusivo” e “exclusividade” são recorrentes no discurso do mercado imobiliário e, que em um jogo de palavras e aliterações, levam à “exclusão”. Nessa forma de significar, na qual o “exclusivo” denota benefícios apenas para os que podem comprar os imóveis de “alto padrão”, somos levados a pensar em uma “identidade fechada” (Orlandi, 2017, p. 309), em um controle para se individuar, para ser “só”. Isso é uma forma de perceber a questão da exclusividade/posse sendo bem forte no imaginário de uma sociedade baseada no capitalismo e, ideologicamente, movida pela ilusão do “*the end*”; de um final feliz mediante a aquisição de uma moradia que apenas poucos conseguem.

Na figura 19, os classificados OLX trazem uma propaganda do Oásis Beach Residence, ao qual é atribuída a responsabilidade de ser o “futuro do litoral sul de Alagoas”.

RD 13 – Uma praia intocável e exclusivamente sua, não deixe sua família de fora desse lançamento de sucesso!

Figura 19 - Postagem no OLX para comercialização do condomínio Oásis Beach Residence

Oásis Beach Residence - O futuro do litoral sul de Alagoas com lotes em até 120x

Publicado em 11/03 às 14:43

Descrição

Localização do Imóvel:

- Condomínio Oásis Beach Residence. Lote em

Descrição e Diferenciais do Imóvel:

O seu futuro no litoral sul de Alagoas!

Um condomínio pé na areia com a mais nova tecnologia do mercado para o ramo imobiliário com mais de 60 pontos de lazer para seus condôminos! Uma praia intocável e exclusivamente sua, não deixe sua família de fora desse lançamento de sucesso!

- 5 espaços de áreas esportivas.
- Home service.
- Área de eventos com 10 itens.
- Bosque com 10 espaços.
- Boulevard com 4 espaços.
- Área lago com 4 itens.
- Área PRAIA com 9 espaços diferentes de lazer.
- São 750 lotes Apartir de 10x26 com 260m² até 541m² contando com apenas 12 lotes beira mar pé

Fonte: Disponível em: https://al.olx.com.br/alagoas/terrenos/oasis-beach-residence-o-futuro-do-litoral-sul-de-alagoas-com-lotes-em-ate-120x-1287135326?lis=listing_no_category. Acesso em: 02 abr. 2024.

Nesse funcionamento discursivo, vemos que o título da postagem, da forma como está enunciada, é feito de um equívoco, por supor que o litoral sul de Alagoas não tem futuro ou que seu futuro esteja comprometido caso não seja mantido como um “paraíso” do mercado imobiliário. Contrapondo a isso, sabemos que o litoral sul de Alagoas é a opção da maior parte dos turistas, pela variedade de espaços naturais e com infraestrutura mais avançada do que no litoral norte (onde, por exemplo, a via que liga Maceió às praias ainda não foi duplicada).

O RD 13 - “Uma praia intocável e exclusivamente sua” nos provoca a pensar sobre uma sociedade individualista, pondo em destaque a questão do outro. Nesse sentido, interessa considerar que, conforme Orlandi (2016, p.226), há duas formas ideológicas que dominam o imaginário citadino:

O mito da completude (a sociedade como um todo organizado e coeso) criando a interpretação da desagregação (aquilo que fica fora dela) e 2. Em uma perspectiva neoliberal, o fato de que a reciprocidade, a solidariedade cede lugar à rivalidade, à competição, à marginalidade.

Desse modo, associamos os condomínios de “alto padrão” como um “todo organizado e coeso”, alimentando o “mito da completude”, visto que os conflitos humanos e internos não são extintos diante de uma moradia bonita, segura e próxima à natureza. No RD 13, a presença da marginalização é apagada, porém, por estarem “fora” de um ambiente tão perfeito e reservado, as classes sociais que não detêm o poder de compra do “paraíso” gritam no lado externo e, na ação de resistir, denunciam, processam e cobram do poder público medidas que garantam a dignidade humana de todos por igual, mesmo em sua impossibilidade estrutural.

Por sua vez, o excerto “Não deixe sua família de fora desse lançamento de sucesso!” ratifica que “também o que não é falado significa [...] e que todo poder se acompanha de um silêncio, em seu trabalho simbólico” (Orlandi, 2008, p. 57). Desse modo, a formulação “não deixe sua família de fora” ao invés de “traga a sua família para” apaga os sentidos que se quer evitar; ou seja, na ordenança de não deixar a família de fora, o sentido do “pode deixar os outros nos outros espaços; mas a sua família, não” aponta um egoísmo apenas parcial do potencial comprador apenas com os demais. Para Orlandi (2008, p. 60),

[...] o mecanismo do silenciamento é um processo de contenção de sentidos e de asfixia do sujeito porque é um modo de não permitir que o sujeito circule pelas diferentes formações discursivas, pelo seu jogo. Com o apagamento de sentidos, há zonas de sentido, e, logo, posições do sujeito que ele não pode ocupar, que lhe são interditas.

Essa contenção de sentidos, observada em “lançamento de sucesso” silencia as dificuldades inerentes à construção do empreendimento, tais como: prazo de

entrega; fidelidade aos projetos virtuais, exigências condominiais, permissão para acompanhamento da obra, etc. e só apresenta o aspecto positivo da aquisição. “É preciso sempre observar: o que [...] *não* está dizendo quando está dizendo “x”? (Orlandi, 2008, p. 61). Nesse movimento de sentidos variados e possíveis e na alternância das posições dos sujeitos consoante ao que lhes é permitido dizer pela formação discursiva à qual se filiam, a ideologia exerce papel determinante na constituição desse que diz algo para o outro/Outro, em determinado espaço e condições.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Tá vendo aquele edifício, moço? /Ajudei a levantar/
Foi um tempo de aflição/Eram quatro condução/
Duas para ir, duas pra voltar.
Hoje, depois dele pronto/Olho pra cima e fico tonto/
Mas me vem um cidadão/E me diz, desconfiado/
Tu 'tá aí admirado/Ou 'tá querendo roubar?*

(Cidadão, letra de Lúcio Barbosa)

Os discursos do mercado imobiliário, no Brasil, consistem em um campo de estudo ainda pouco explorado sob a perspectiva da Análise do Discurso inaugurada por Michel Pêcheux na França, e desenvolvida por Eni Orlandi, no Brasil. Durante o percurso deste trabalho, identificamos uma lacuna significativa na literatura acadêmica que investiga, de maneira aprofundada, os sentidos produzidos a partir das estratégias do mercado imobiliário de “alto padrão”. No entanto, é importante salientar que existem diversos estudos relevantes para a Análise do Discurso no âmbito dos discursos urbanos e que ofereceram contribuições substantivas para o arcabouço teórico que fundamentou esta pesquisa.

Discorremos sobre a importância da Análise do Discurso para a compreensão da ideologia no funcionamento da linguagem em questões específicas no âmbito do mercado imobiliário em Alagoas; acerca da importância da compreensão sobre a constituição do sujeito do discurso nas análises, considerando nossos gestos de leitura e também enfatizamos a mobilização das noções de formações ideológicas, formações discursivas e do silêncio, que são basilares nos estudos discursivos aos quais nos filiamos.

Com base nesses pressupostos, é importante enfatizar que a existência de imóveis em áreas praianas, imóveis construídos com maior investimento e imóveis em condomínios fechados e imponentes, não se caracterizou como problema na investigação desta pesquisa, porém o que é de maior importância é (re)afirmar o

quanto os discursos do mercado imobiliário em Alagoas apontam para o interesse de uma classe social dominante que fecha acessos, separa, exclui e compra omissões.

A tese, desde seu início, voltou-se à análise discursiva relacionada aos imóveis e aos sujeitos de “alto padrão” em Alagoas, observando a constituição desses sujeitos e a compreensão dos modos pelos quais a história, a linguagem e a ideologia se entrelaçam para produzir efeitos de sentido na circulação e na legitimação dos discursos no âmbito do mercado imobiliário.

Ao trazer a análise dos recortes discursivos, o estudo demonstrou aspectos significativos sobre a maneira como os discursos do mercado imobiliário contribuem para a constituição do sujeito cliente de “alto padrão”, ao mesmo tempo em que evidenciam os silenciamentos e omissões por parte do Estado e também por instituições responsáveis pela regulação e fiscalização ambiental.

Quando tratamos do crescimento da construção dos condomínios fechados horizontais nas áreas litorâneas de Alagoas, questionamos as estruturas subjacentes do sistema capitalista na moldagem das relações entre as classes sociais e da própria essência dos sujeitos empíricos nesse sistema. A fim de compreendermos as condições de produção do discurso, foi realizado um percurso histórico-geográfico de Alagoas com ênfase na região de Marechal Deodoro, município no qual se concentrou grande parte dos condomínios de “alto padrão”. No estudo mobilizamos a noção de silêncio, ao apontarmos a omissão do Estado face às liberações de construções em espaços públicos, o que corrobora a perpetuação das contradições que o sustentam. Nesse sentido, consideramos que as instituições de preservação do meio ambiente, ao se esquivarem, unem-se aos interesses dominantes.

Desse modo, o discurso do mercado imobiliário em Alagoas exerce um papel fundamental na construção e perpetuação de determinados padrões de consumo e estilo de vida associados ao luxo e à exclusividade. Por meio de estratégias discursivas, como a valorização de empreendimentos de “alto padrão” e a criação de uma imagem de prestígio e *status*, as empresas do setor imobiliário conseguem atrair e cativar uma clientela específica, que busca identidade e pertencimento por meio do

consumo de bens materiais e imobiliários, com dizeres inscritos na formação discursiva religiosa cristã.

A pesquisa evidenciou o silêncio do Estado e de órgãos de defesa ambiental, que ao se eximirem de posicionamentos claros e de implantação de efetivas medidas de controle e fiscalização; além de reformulações de códigos de obras obsoletas, contribuem para a perpetuação de práticas danosas ao meio ambiente e à qualidade de vida das comunidades locais e o mais intenso que é diminuir e até excluir o acesso das pessoas aos espaços que são públicos.

Esse silenciamento aponta para os interesses econômicos que prevalecem sobre preocupações ambientais e sociais, resultando em impactos negativos para o ecossistema e para as populações afetadas; tudo isso visto no avanço abrupto de novos empreendimentos em áreas de preservação ambiental. Nesse cenário, a pesquisa mostrou que moradores antigos de regiões praianas estão sendo obrigados a saírem de suas cidades ou a buscarem outros espaços para o exercício de suas atividades, devido ao crescente e excludente avanço de empreendimentos particulares que restringem “suas” areias e os “seus” metros quadrados da praia.

Diante dessas constatações, é importante reconhecer a importância de compreendermos como a linguagem, em seu funcionamento discursivo, corrobora a continuidade e o fortalecimento de práticas do mercado, que sempre prioriza o privado. Com este estudo, espera-se contribuir para uma tomada de posição para problematizar e desnaturalizar o sentido de “alto padrão” que aparentemente denota uma característica de boa qualidade ou distinção superiores. Porém, há neste funcionamento, um sentido não apenas de descrição, mas também de constituição e legitimação de relações de poder e hierarquia na sociedade.

Ao utilizar o termo “alto padrão”, os sujeitos discursivos reiteram uma visão de mundo que se fundamenta na hierarquização econômica e social, conferindo a certos indivíduos uma posição de superioridade em relação aos demais, sob os efeitos das formações ideológicas em presença. Ao explorar as dinâmicas entre sujeito e ideologia, Pêcheux argumenta que o discurso não é um mero reflexo da realidade, mas um espaço onde as relações de poder são reforçadas e perpetuadas.

Nessa perspectiva, a expressão “alto padrão” não se limita a uma descrição de qualidade ou luxo, mas constitui uma estratégia discursiva que toca em identidades e contribui para a reprodução de estruturas de dominação, numa sociedade de classes. A aparente neutralidade e objetividade desse enunciado dissimula sua filiação ideológica, que reforça e naturaliza as disparidades sociais ao legitimar determinadas formas de privilegiar e subordinar. Portanto, no discurso do mercado imobiliário em Alagoas há uma repetição do discurso neoliberal que atravessados por outros discursos, principalmente pelo discurso religioso, fortalece a prática capitalista assumindo, sob o nosso gesto de leitura, a posição discursiva de um sujeito “preocupado” em comprar as chaves do paraíso.

REFERÊNCIAS

- ACHARD, Pierre. Memória e produção discursiva do sentido. In: ACHARD, Pierre et al. (Org.). **Papel da memória**. Campinas/SP: Pontes Editores, 1999.
- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. 1970. Disponível em: <https://edisdisciplinas.usp.br/pluginfile.php>. Acesso em: 17 mar. 2023.
- BARONAS, Roberto Leiser. Formação discursiva e discurso em Foucault e em Pêcheux: notas de leitura para discussão. **Anais** do V Seminário de Estudos em Análise do Discurso- SEAD. 2011. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- CAIAFA, Janice. Comunicação e diferença nas cidades. **Revista Lugar Comum**, jun. 2003, p. 91-102.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Enclaves Fortificados: a nova segregação urbana. **Novos Estudos**, São Paulo, p. 156-176, mar. 1997.
- CAVALCANTE, Maria do Socorro Aguiar de Oliveira; SOBRINHO, Helson Flávio da Silva (Org.). **Linguagem, discurso e ideologia**: a materialidade dos sentidos. Maceió: EDUFAL, 2017.
- CORACINI, Maria José. Ler Pêcheux Hoje: no Limiar das Dúvidas e (In)certezas (Lire pêcheux aujourd'hui: entre Doutes et (In)certitudes). **Estudos da Língua(gem)**, [S.L], v.1, n.1, p. 31-40, 2005. Disponível em <https://periodicos2.uesb.br/index.php/estudosdalinguagem/article/view/976>. Acesso em: 23 fev. 2023.
- COSTA, Craveiro. **História das Alagoas** - Resumo Didático. São Paulo: Melhoramentos, 1983.
- COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos/SP: EdUFSCar, 2014.
- DEÁK, Csaba. A cidade: do burgo à metrópole. **Revista Espaço e Debates**, v. 34, p. 113-120, 1991.
- DIAS, Cristiane. Análise do discurso digital: sobre o arquivo e a constituição do corpus. **Revista Estudos Linguísticos – Rev. do GEL**, São Paulo, 2015. Disponível em: <http://www.gel.org.br>. Acesso em: 12 mar. 2023.
- DIAS, Cristiane. e-Urbano: a forma material do eletrônico no urbano. In: DIAS, Cristiane. **E-urbano**: Sentidos do espaço urbano/digital [online]. 2011. Disponível em: www.labeurb.unicamp.br/livroEurbano/. Acesso em: 05 fev. 2023.

DOR, Joel. **Introdução à leitura de Lacan**: o inconsciente estruturado como linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

DUARTE, Fábio. Auto-segregação e gestão das cidades. **Ciências Sociais em Perspectiva**, v. 5, n. 9, p. 109-119, 2006.

FERRARA, Lucrécia D'Alessi. Cidade: meio, mídia e mediação. **Revista Matrizes**, (2), abr. 2008, p. 39-53.

FLORÊNCIO, Ana Maria Gama *et al.* **Análise do discurso**: fundamentos e práticas. Maceió: EDUFAL, 2009.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do Saber**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1972.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Comunicação, mídia e consumo. São Paulo, v. 4, n. 11, p. 11-25, 2007. Disponível em: <https://revistacmc.espm.br>. Acesso em: 01 mar. 2023.

GUERRA, Helena Duarte da Silva. **Projeto e Discurso**: uma análise sobre os novos produtos do setor imobiliário. 2019. 193 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Universidade Federal de Pelotas-UFPel, Pelotas, 2019.

GUIMARAES, Eduardo. (Org.). **Cidade, Linguagem e Tecnologia**: 20 anos de História. Campinas/SP: LABEURB, 2013.

HARA, Tony; POCHAPSKI, Gabriel José. Condomínio fechado: paraíso cínico. **História: Questões & Debates**. Curitiba, v. 69, n. 02, p. 137-154, jul./dez. 2021.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HENRY, Paul. Os fundamentos teóricos da “Análise Automática do Discurso” de Michel Pêcheux (1969). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (Org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas/SP: Ed.Unicamp, 1990, p. 13-38.

INDURSKY, Freda. Formação discursiva: ela ainda merece que lutemos por ela por ela? **Anais** do SEAD, 2005. Disponível em: www.ufrgs.br. Acesso em: 18 mar. 2023.

INDURSKY, Freda. Unicidade, desdobramento e fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso. In: **Práticas discursivas e identitárias**: sujeito e língua. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.

INSTAGRAM. Disponível em <www.instagram.com>. Acesso em: 18 mar. 2023.

KÖRBES, Ana. **Os condomínios fechados horizontais de Cacupé no contexto urbano de Florianópolis**: os lugares fora do lugar. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

LAGAZZI, Suzy. O recorte significativo na memória. In: INDURSKY, Frida.; FERREIRA, Maria Cristina Leandro; MITTMANN, Maria. (Org.). **O discurso na contemporaneidade**: materialidades e fronteiras. São Carlos: Claraluz, 2009. p. 67-78.

LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Org.). **Análise do Discurso no Brasil**: mapeando conceitos, confrontando limites. São Carlos/SP: Claraluz, 2007.

LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina Leandro. O quadro atual da análise de discurso no Brasil. **Letras**, (27), 2003, 39-46. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2176148511896>. Acesso em: 12 mar. 2023.

LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LIMA, Ana Teresa Lopes *et al.* As Cidades dentro da Cidade: as formas tradicionais de ocupação do espaço como demanda do urbano possível. In: COSTA, Maria Alice (Org.). **O Estatuto da Cidade e a Habitat III**: um balanço de quinze anos da política urbana no Brasil e a nova agenda urbana. Brasília: Ipea, 2016.

MALDIDIER, Denise. **A inquietação do discurso**: (re)ler Michel Pêcheux hoje. Campinas/SP: Pontes, 2017.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2001.

MARX, Karl. **Glosas críticas marginais ao artigo “o rei da Prússia e a reforma social de um prussiano**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Livro 1: o processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

OLIVEIRA, Ricardo Barra; OLIVEIRA, Jacqueline Silva. Segregação socioespacial e meio ambiente: o caso de Marechal Deodoro-AL. In: **Anais** do Congresso Brasileiro De Gestão Ambiental E Sustentabilidade, v. ,5, congestas 2017 ISSN 2318-7603: Eixo Temático ET-01-004 - Gestão Ambiental. Anais..., 2017. Disponível em <http://eventos.ecogestaobrasil.net/congestas2017/trabalhos/pdf/congestas2017-et-01-004.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2023.

OLX Brasil. **Venda de imóveis**. Disponível em <www.olx.com.br>. Acesso em: 18 mar. 2023.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso em Análise**: Sujeito, Sentido e Ideologia. 3. ed. Campinas/SP: Pontes Editores, 2016.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Análise de Discurso. In: ORLANDI, Eni; LAGAZZI-RODRIGUES, Suzi (Org.). **Introdução às Ciências da Linguagem**: discurso e textualidade. Campinas/SP: Pontes, 2006.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **A Desorganização Cotidiana**. Escritos: percursos sociais e sentidos nas cidades. 12. ed. Campinas/SP: Pontes Editores, 2015.

ORLANDI, Eni Puccinelli. A questão do assujeitamento: um caso de determinação histórica. **Com Ciência**: revista Eletrônica de Jornalismo Científico. Disponível em: <http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=26&id=296>. Acesso em: 02 jul. 2023.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso**: Princípios e Procedimentos. Campinas/SP: Pontes Editores, 2015.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Cidade dos sentidos**. Campinas/SP: Pontes, 2004.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e Leitura**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2012. Disponível em: <www.comciencia.br>. Acesso em: 10 jun. 2022.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. Campinas: Pontes, 2001.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Eu, Tu, Ele-Discurso e real da história**. 2. ed. Campinas/SP: Pontes Editores, 2017.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis/RJ: Vozes, 1996.

ORLANDI, Eni Puccinelli. O lugar das sistematicidades linguísticas na análise de discurso. **D.E.L.T.A.**, vol. 10, n 02. São Paulo: UNICAMP, 1994.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Recortar ou segmentar? In: **Linguística**: Questões e Controvérsias. Série Estudos. Uberaba: Faculdades Integradas de Uberaba, 1984. p. 09-26.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Terra à vista** – Discurso do confronto: Velho e novo mundo. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2008.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69) (1969). In: GADET, Françoise.; HAK, Tony. (Org.) **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

PÊCHEUX, Michel. Papel da Memória. In: ACHARD, Pierre *et al.* **Papel da Memória**. Campinas/SP: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni Puccinelli. Orlandi *et al.* 5. ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2014.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. **A propósito da análise automática do discurso**: por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2014.

PRADO, Caio Júnior. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SERPA, Ângelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

SILVA, Sóstenes Ericson Vicente da. **Agronegócio e agricultura familiar**: a desfaçatez do Estado e a insustentabilidade do discurso do capital. Maceió: Edufal, 2015.

SIQUEIRA, Vinícius. **As formações discursivas** – Arqueologia do Saber. Colunas Tortas, 2015. Disponível em: <www.colunastortas.com.br>. Acesso em: 23 fev. 2023.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo: Contexto, 1988.

ANEXO**ANEXO I – PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 2022.**

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Revoga o inciso VII do *caput* do art. 20 da Constituição Federal e o § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; e dá outras providências.

AS MESAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DO SENADO FEDERAL, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º As áreas definidas como terrenos de marinha e seus acrescidos passam a ter sua propriedade assim estabelecida:

I - continuam sob o domínio da União as áreas afetadas ao serviço público federal, inclusive as destinadas à utilização por concessionárias e permissionárias de serviços públicos e a unidades ambientais federais, e as áreas não ocupadas;

II - passam ao domínio pleno dos respectivos Estados e Municípios as áreas afetadas ao serviço público estadual e municipal, inclusive as destinadas à utilização por concessionárias e permissionárias de serviços públicos;

III - passam ao domínio pleno dos foreiros e dos ocupantes regularmente inscritos no órgão de gestão do patrimônio da União até a data de publicação desta Emenda Constitucional;

IV - passam ao domínio dos ocupantes não inscritos, desde que a ocupação tenha ocorrido pelo menos 5 (cinco) anos antes da data de publicação desta Emenda Constitucional e seja formalmente comprovada a boa-fé;

V - passam aos cessionários as áreas que lhes foram cedidas pela União.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

2

§ 1º A transferência das áreas de que trata este artigo será realizada de forma:

I - gratuita, no caso das áreas ocupadas por habitação de interesse social e das áreas de que trata o inciso II do *caput* deste artigo;

II - onerosa, nos demais casos, conforme procedimento adotado pela União nos termos do art. 3º desta Emenda Constitucional.

§ 2º As áreas não ocupadas de que trata o inciso I do *caput* deste artigo requeridas para o fim de expansão do perímetro urbano serão transferidas ao Município, desde que atendidos os requisitos exigidos pela lei que regulamenta o art. 182 da Constituição Federal e as demais normas gerais sobre planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.

Art. 2º Fica vedada a cobrança de foro e de taxa de ocupação das áreas de que trata o art. 1º desta Emenda Constitucional, bem como de *laudêmio* sobre as transferências de domínio, a partir da data de publicação desta Emenda Constitucional.

Art. 3º A União adotará as providências necessárias para que, no prazo de até 2 (dois) anos, sejam efetivadas as transferências de que trata esta Emenda Constitucional.

Parágrafo único. Nas transferências de que trata o inciso III do *caput* do art. 1º desta Emenda Constitucional, serão deduzidos os valores pagos a título de foros ou de taxas de ocupação nos últimos 5 (cinco) anos, corrigidos



CÂMARA DOS DEPUTADOS

3

pela taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic).

Art. 4º Ficam revogados o inciso VII do *caput* do art. 20 da Constituição Federal e o § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 5º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 23 de fevereiro de 2022.

ARTHUR LIRA
Presidente

Fonte: Informações sobre a Audiência Pública para a discussão sobre a extinção e redistribuição dos terrenos de marinha (PEC 3/20222). Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoaudiencia?id=29280>

